

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL – UEMS  
PROGRAMA DE PÓSGRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM DESENVOLVIMENTO  
REGIONAL E DE SISTEMAS PRODUTIVOS

WERONICA DERENE ADAMOWSKI

**MULHERES QUE IMPORTAM: UMA ETNOGRAFIA EM UM PRESÍDIO  
DE PONTA PORÃ – MATO GROSSO DO SUL**

PONTA PORÃ – MS  
2019

WERONICA DERENE ADAMOWSKI

**MULHERES QUE IMPORTAM: UMA ETNOGRAFIA EM UM PRESÍDIO  
DE PONTA PORÃ – MATO GROSSO DO SUL**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS como pré-requisito para a obtenção do título de mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Célia Maria Foster Silvestre

PONTA PORÃ - MS  
2019

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente quero agradecer imensamente às mulheres protagonistas desta pesquisa, que narraram suas histórias de vidas carregadas de mensagens de lutas, de resistências, de dores e sabores e que devem ser ouvidas, sentidas e jamais silenciadas.

Tenho muito a agradecer ao meu filho Willian, pela paciência e sacrifício nestes dois anos de estudo. Embora tenha sido quem mais comemorou comigo quando ingressei no Programa, no transcorrer dos meses também foi quem mais me perguntou: Quando vai terminar o Mestrado, mãe?

Ao meu companheiro de vida Mariano, quem me deu forças, me serviu chimarrão durante as horas de estudo e me apoiou de todas as maneiras possíveis neste percurso. Fez-me rir de situações difíceis e me deu abraços quando precisei.

Tenho muito que agradecer também à minha mãe e meu tio Flávio, que, embora não estivessem presentes fisicamente por morarem em outras cidades, ao longo da minha jornada tanto pessoal como acadêmica, fizeram com que fosse possível seguir minha caminhada. Agradeço também ao meu irmão Walter, que sempre está presente nos momentos que mais preciso da ajuda dele.

Aos meus colegas, que sinto e sentirei infinitas saudades: dos momentos em sala de aula, das viagens, momentos inesquecíveis que compartilhamos juntos.

E finalmente, mas não na ordem em que apresento, à minha orientadora Célia, que amo, que admiro e que é minha inspiração como pessoa e profissional. Dentre as manifestações do seu ser, um dos que mais me marcou foi o fato de ela perguntar como eu estava antes de perguntar como estava o andamento da pesquisa. Esse aparentemente simples detalhe fez toda a diferença na minha percepção sobre a relação professora/aluna, ajudando-me a desconstruir alguns preceitos até então aprendidos e vivenciados.

*El marco nunca determinaba del todo eso mismo que nosotros  
vemos, pensamos, reconocemos y aprehendemos.  
Algo excede al marco que perturba nuestro sentido de la realidad;  
o dicho con otras palabras, algo ocurre que no se conforma  
con nuestra establecida comprensión de las cosas.*

**Judith Butler (Marcos de Guerra: las vidas lloradas. 2010).**

## RESUMO

Este trabalho apresenta uma pesquisa etnográfica elaborada junto ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/ UEMS, Unidade Universitária de Ponta Porã, e desenvolvida com mulheres encarceradas. Iniciada em agosto de 2016, a pesquisa buscou, nas histórias de vidas de mulheres presas, a partir dos diálogos estabelecidos em momentos diversos, em visitas ao presídio, vislumbrar quais elementos as teriam levado ao crime. O campo do estudo é o Estabelecimento Penal Feminino de Ponta Porã, situado em um território de fronteira na região oeste do estado do Mato Grosso do Sul. A maioria das mulheres em situação de detenção responde por envolvimento com o tráfico. Acredita-se que os conhecimentos gerados a partir dos relatos possibilitaram contribuições a respeito da dinâmica existente no território mencionado, tanto no que se refere ao lugar que as mulheres ocupam no cenário do tráfico, como a presença desse elemento enquanto componente econômico e, portanto, presente nas questões referentes ao desenvolvimento regional na fronteira entre Brasil e Paraguai.

## **ABSTRACT**

This work presents an ethnographic research developed by the Postgraduate Program in Regional Development and Productive Systems of the State University of Mato Grosso do Sul / UEMS, University Unit of Ponta Porã, and developed with imprisoned women. Initiated in August 2016, the research sought, in the lives stories of women prisoners, from the dialogues established at various times, visits to the prison, to see what elements would have led to crime. The field of study is the Ponta Porã Women's Criminal Establishment, located in a border territory in the western region of the state of Mato Grosso do Sul. Most women in detention account for involvement in trafficking. It is believed that the knowledge generated from the reports made possible contributions regarding the dynamics in the mentioned territory, both with regard to the place occupied by women in the trafficking scenario, the presence of this element as an economic component and therefore present on issues related to regional development on the border between Brazil and Paraguay.

## SUMÁRIO

<b>RESUMO .....</b>	<b>5</b>
<b>SUMÁRIO.....</b>	<b>7</b>
<b>LISTA DE FIGURAS .....</b>	<b>8</b>
<b>LISTA DE GRÁFICOS .....</b>	<b>9</b>
<b>LISTA DE TABELA.....</b>	<b>10</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>I DISCUSÃO METODOLÓGICA.....</b>	<b>24</b>
<b>1.1 SOBRE O RECONHECIMENTO DE SI NO OUTRO.....</b>	<b>24</b>
1.2 Apresentação do campo de estudo .....	28
1.3 A rotina dos corpos em movimento: Curral e Caldeirão; Trabalho e Escola.....	33
<b>II CRIMINALIDADES, GÊNERO E PODER .....</b>	<b>40</b>
2.1 As (rés)existências: do macro ao micro .....	40
2.2 Gênero: mais que um conceito, vivências de lutas .....	50
<b>III A TRAJETÓRIA DE VIDA DAS MULHERES ENCARCERADAS: ENCONTROS E DESENCONTROS.....</b>	<b>54</b>
3.1 Sypavë (primeira mulher) .....	56
3.2 Takua Poty (flor da takuara) .....	59
3.3 Yrasëma (murmúrio das águas) .....	62
3.4 Pykasu (pomba) .....	63
3.5 Kuarahy (sol) .....	65
3.6 Panambi (borboleta).....	67
3.7 Arandú (sábia).....	72
3.8 Mainumby (beija-flor) .....	74
3.9 Ára (céu) .....	79
<b>CONCLUSÕES .....</b>	<b>87</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>90</b>
<b>ANEXO 1 .....</b>	<b>96</b>
<b>ANEXO 2 .....</b>	<b>98</b>

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa do estado do Mato Grosso do Sul.....	16
Figura 2 - Cidades fronteiriças: Ponta Porã (Brasil) e Pedro Juan Caballero (Paraguay).....	17
Figura 3 - Fachada do Estabelecimento Penal Feminino.....	29
Figura 4 - Desenho gráfico da estrutura do Estabelecimento Penal Feminino de Ponta Porã – MS.....	30
Figura 5 - Pavilhão 2 (Caldeirão).....	34
Figura 6 - Cozinha do Estabelecimento Penal Feminino de Ponta Porã – MS.....	36
Figura 7 - Sala de aula do Estabelecimento Penal Feminino de Ponta Porã – MS.....	38
Figura 8 – Cidades com estabelecimentos penais femininos em MS.....	45



## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Variação da taxa de aprisionamento entre 2000 e 2016 nos cinco países com maior população prisional feminina do mundo.....	42
Gráfico 2 – População prisional feminina por Unidade de Federação.....	43
Gráfico 3 – Taxa de aprisionamento de mulheres por Unidade de Federação.....	44
Gráfico 4 – Faixa etária das presidiárias do Estabelecimento Penal Feminino de Ponta Porã – MS.....	46
Gráfico 5 – Escolaridade das presidiárias do Estabelecimento Penal Feminino de Ponta Porã – MS.....	46
Gráfico 6 – Etnia das presidiárias do Estabelecimento Penal Feminino de Ponta Porã – MS.	47

## **LISTA DE TABELA**

Tabela 1 - Doze países com maior população prisional feminina do mundo em 2016..... 41

## INTRODUÇÃO

*“É na fronteira que se pode observar  
melhor como as sociedades se formam,  
se desorganizam ou se reproduzem”*

**José de Souza Martins (2009, p. 10).**

Neste trabalho, desenvolvido junto ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Ponta Porã, apresento o percurso e os resultados de uma pesquisa etnográfica desenvolvida entre agosto de 2016 e agosto de 2018. Ao longo deste percurso, me aproximei, analisei e descrevi as histórias de vida de mulheres encarceradas no Estabelecimento Penal Feminino de Ponta Porã – MS. O entendimento da relevância desse estudo foi pautado pelo grande número de mulheres detidas por tráfico de drogas na fronteira entre Brasil e Paraguai. Por outro lado, outro aspecto destacado referiu-se aos contextos que marcam a fronteira de formas distintas, vinculando-a, também, ao tráfico de drogas, dinâmica que se faz presente no território mencionado.

Por se tratar de uma pesquisa que envolve múltiplos aspectos, tais como gênero, poder, território, drogas, prisões, políticas públicas, dentre outros, ao longo do texto busco, de maneira breve, transcorrer sobre cada um, visando a (des)construção de entendimentos que possam contemplar a complexidade que envolve a presente pesquisa.

Primeiramente, acredito que seja necessário destacar o que é considerado atualmente como *droga*. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), a palavra *droga* significa “toda substância que, introduzida em um organismo vivo, pode modificar uma ou mais funções deste”. Como se pode perceber, a amplitude do conceito engloba substâncias, tanto lícitas quanto ilícitas. Porém, ao mesmo tempo, abre espaço para entrelaçar julgamentos morais, dados falsos e sensacionalistas, associando a droga ao desconhecido, proibido e, principalmente, temido (OLMO, 1990).

Neste contexto, cabe destacar que, na nossa sociedade, diferentes substâncias são proscritas e reguladas conforme graus de permissividade (limitações por idade, espaços, horários, necessidades). Entretanto é preciso entender que o uso de drogas, feito desde séculos atrás, traz consigo sentidos mais profundos. Remete à própria plasticidade da subjetividade

humana, que se espelha em diversos meios para buscar a alteração de si, dos estados de consciência, cognição, afetividade e humor (CARNEIRO in LABATE et al, 2008).

Segundo Foucault (2014a), parece que as sociedades apresentam, de distintas maneiras, uma espécie de temor ao que não é dito, ao zumbido incessante e desordenado do discurso. Como se a sociedade não quisesse ouvir o que não lhe convém, o que incomoda e delata o poder hegemônico. No entanto, se o objetivo é, como prossegue o autor, não o de apagar o temor, mas de analisá-lo em suas condições, jogos e efeitos, deve-se optar por, além de questionar nossa vontade de saber a verdade, restituir ao discurso o seu caráter de acontecimento para, assim, suspender a soberania do significante, ou seja, daquele que monopoliza o discurso.

Nesta mesma perspectiva, Juliana Borges (2018, p. 18) aponta que “O discurso de epidemia e de amedrontamento da população em relação às substâncias ilícitas cria o caldo necessário para a militarização de territórios periféricos sob o verniz de enfrentamento a este ‘problema’ social”.

A este respeito cabe citar o historiador brasileiro Henrique Carneiro, cujas análises sobre o assunto indicam que “A síntese do debate sobre o uso de drogas refere-se à natureza da liberdade humana em poder de decidir e escolher” (CARNEIRO in LABATE et al, 2008, p. 75). Para este autor, as relações de conquistas continuam submetidas a lógicas paranoicas de controle e guerra: controle dos indivíduos e comunidades sobre seus recursos biológicos, corporais e mentais. É o que Foucault chama de biopolítica (2008).

O que se observa a esse respeito é que houve, a partir dos anos 1980, uma forte influência do modelo estadunidense de combate ao crime, que, através da divulgação maciça da transformação da conflitividade social, gerada pela nova configuração do capital, levou (e leva até hoje) à criminalização generalizada da pobreza (AMBRAMOVAY; BATISTA, 2015; WACQUANT, 2009). Em vista disso, conseqüentemente, as drogas vêm sendo cada vez mais valorizadas em seus usos, investimentos simbólicos, de capitais e de conflitos de regulamentação, que servem para ampliar e justificar intervenções políticas e militares de repressão e controle. (CARNEIRO in LABATE et al, 2008, p. 84).

Já no Brasil, a política de drogas é regulada pela Nova Lei de Drogas (Lei 11.343), promulgada em 2006, embora esta lei tenha apresentado importantes mudanças em relação à legislação anterior (Lei 6.368/76 e Lei 10.409/02). Os critérios utilizados para definir se um suspeito deve ser considerado usuário, pequeno traficante ou grande traficante, em um dado procedimento criminal, ainda é pouco claro. Porém, o que se tem observado, claramente, é

que, com a implantação da nova Lei de Drogas, dois fenômenos ocorreram paralelamente: o expressivo crescimento da população carcerária, principalmente feminina, e o aumento na proporção de mulheres presas por crimes relacionados com drogas em todo o país. Atualmente, o tráfico de drogas é responsável por um em cada quatro homens e quase uma em cada duas mulheres presas no país (CARLOS, 2015).

No que tange ao sistema prisional feminino no Brasil, nas últimas décadas, dois fenômenos têm chamado a atenção dos estudiosos, da mídia e do poder público: o aumento da população presidiária feminina e a expressividade do tipo de crime praticado pelas mulheres. Segundo dados publicados pelo Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), a população presidiária feminina teve um aumento de 567,4% entre os anos de 2000 a 2014, representando mais que o dobro de crescimento em comparação com a população presidiária masculina, que foi de 220,20% no mesmo período de tempo. Destas mulheres, cerca de 70 % estão presas ou respondem a processos por envolvimento em atividades relacionadas ao tráfico de drogas (BRASIL, 2014).

Sobre esse prisma, cabe refletir a respeito dos interesses que respondem à chamada “guerra contra as drogas”, como refere Labrousse (2010). Para o autor, a construção do narcotráfico refere-se a um negócio transterritorial, produto de um grande mercado ilegal que, ao longo do século XX, cresceu em potência e violência, tanto pelo combate realizado pelo Estado contra a produção, comercialização e utilização de produtos considerados ilícitos, quanto pelas próprias disputas existentes entre as organizações não estatais vinculadas ao narcotráfico. Sendo assim, deve-se considerar que essa “guerra” responde a interesses políticos, econômicos e geopolíticos.

Segundo Marcelo Campos (2015), quem analisa a atual lei de drogas no Brasil emerge num contexto atravessado pelo duplo discurso de saberes e poderes: médico e jurídico. Num plano, ela é influenciada pelo contexto de políticas repressivas que visam o combate às drogas, chamada “Guerra às Drogas”. Num segundo plano, este preventivo é aprovado em meio ao contexto de expansão das chamadas “políticas de redução de danos”. Estas políticas procuram minimizar os riscos e os danos associados ao consumo de substâncias ilícitas por indivíduos que não podem ou não querem parar de consumi-las.

Sobre o descrito acima e retomando as análises de Foucault (2014a), o qual aponta que o discurso dominante nas sociedades e, como ele mesmo refere especificamente, nas doutrinas (religiosas, políticas e filosóficas), o número de indivíduos que falam é limitado, elitizado e masculino. Pensando nisto, como podem, então, as mulheres serem ouvidas, se

quem fala por elas são homens? Será que esse entendimento justifica a demora na criação de políticas públicas efetivas que atendam às necessidades de todos, pois quem as cria também são homens, que, muitas vezes, visam a seus próprios interesses?

Como analisado por vários autores (BORGES, 2018; ABRAMOVAY e BATISTA, 2015; CAMPOS, 2015; CARLOS, 2015), a promulgação da Lei 11.343/2006 - que visa supostamente à condição de aceitabilidade, trazida como central para a aprovação de novos dispositivos legais sobre drogas - trouxe consigo, contrariamente, a intensificação do encarceramento por tráfico de drogas no Brasil, que ocorreu, sobretudo, após a entrada da atual Lei de Drogas, a partir do ano de 2006, como será mostrado no capítulo II – Gênero, Criminalidade e Poder.

Paralelamente, os mesmos aspectos mencionados – econômicos e geopolíticos -, de certa maneira, também aparecem nos objetivos propostos pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos. No entanto, esse abrange outros âmbitos, os quais se referem a: a) Fomentar o desenvolvimento regional, respeitando as questões socioculturais; b) Fomentar estudos que atendam às demandas socioeconômicas e ambientais relacionadas ao desenvolvimento regional e local; c) Analisar as trajetórias de desenvolvimento regional e local; d) Analisar o processo de formação histórico, econômico e social da região e seus desdobramentos atuais.

Além dos aspectos socioeconômicos, socioculturais e ambientais mencionados, como se pode perceber nos itens elencados, todos eles envolvem as compreensões acerca do desenvolver, que, embora por muito tempo fosse confundido com crescimento econômico (e por vezes ainda o é), apenas a partir da década de 1970 começou a ser associado a outros adjetivos de maneira mais frequente, tais como o humano, o social e o sustentável. (SIEDENBER In BECKER e WITTMANN, 2008).

Nesta perspectiva percebe-se que conceber o que é *desenvolvimento* requer uma abordagem interdisciplinar, pois trata-se de um fenômeno que envolve várias dimensões, além das relações entre os territórios local-regional-nacional-global. (DALLABRIDA e BECKER in BECKER e WITTMANN, 2008). São dimensões históricas, culturais, econômicas e sociais, dentre outras, que, a partir deste entendimento, podem ser propostas como alternativas de ações direcionadas na construção do complexo processo denominado *desenvolvimento*.

Esta nova configuração do conceito, vinculado a outras dimensões, colocou em evidência, aos olhos da mídia, da academia e também das políticas públicas, questões relacionadas ao âmbito social, englobando, desta maneira, aspectos como saúde, educação,

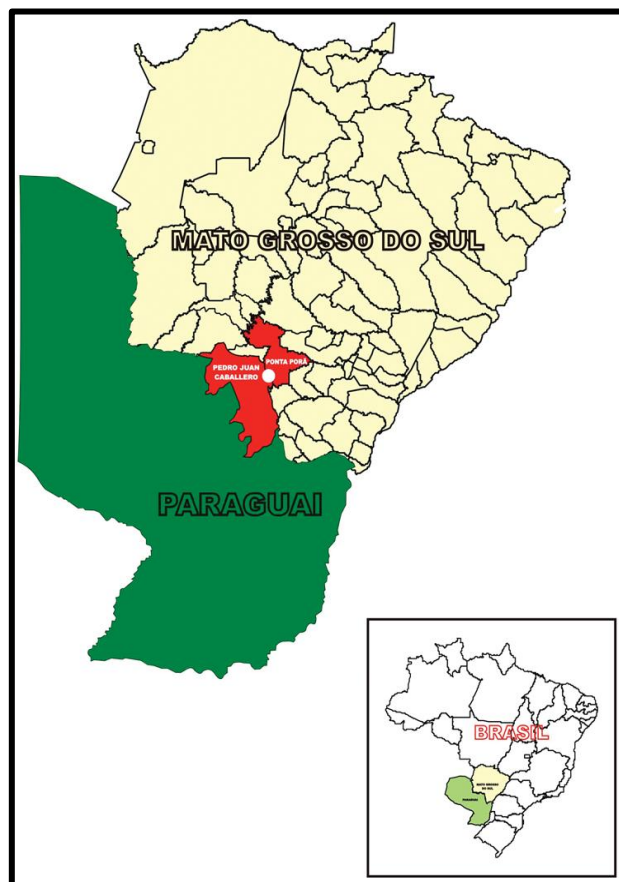
lazer, dentre outros. Dito em outras palavras, antes de pensar em desenvolvimento de um determinado espaço, região ou território, talvez coubesse refletir, primeiro, como acontece o envolvimento das pessoas.

A partir deste olhar pode-se observar como acontece a exposição da população a riscos de naturezas diversas, sejam eles econômicos, culturais, sociais ou ambientais, onde as noções de “necessidades básicas insatisfeitas, pobreza multidimensional e desenvolvimento humano, exclusão e vulnerabilidade social”, são noções, antes de tudo políticas, que abarcam interpretações amplas sobre os processos de desenvolvimento social, para além de sua dimensão monetária (PNUD; IPEA; FJP, 2015).

Concomitantemente, os estudos sobre territórios e dinâmicas territoriais têm despertado o interesse não somente dos geógrafos, mas também, e cada vez mais, de cientistas de diferentes áreas, como economistas, sociólogos, etnólogos, historiadores, dentre outros (SANTOS, 1988).

Nesta perspectiva, o município de Ponta Porã (Figura 1), pertencente ao Estado de Mato Grosso do Sul, Brasil, oferece um contexto bastante peculiar de fluxos e intercâmbios, principalmente socioculturais e econômicos. Dentre eles, o comércio de substâncias consideradas ilegais.

**Figura 1 – Mapa do estado de Mato Grosso do Sul**



Fonte: OLIVEIRA, 2010, p. 27

Mato Grosso do Sul está localizado na região Centro-Oeste do Brasil, cujos limites territoriais encontram-se em fronteira com dois países: Bolívia e Paraguai. Especificamente, na fronteira com o Paraguai (co)existem duas cidades que, por estarem separadas (ou unidas) por uma só avenida, são chamadas de cidades irmãs, ou cidades gêmeas - Pedro Juan Caballero e Ponta Porã (Figura 2). A cidade localizada à esquerda do mapa pertence ao Paraguai e a da direita ao Brasil.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população de Ponta Porã, em 2010, era de 77.872 habitantes, sendo 38.492 homens e 39.380 mulheres, com a estimativa de que, em 2017, alcançaria um total de 89.592 habitantes (IBGE, 2017). No município de Pedro Juan Caballero, pertencente ao país vizinho Paraguai, em 2015 a população era estimada 115.583 pessoas (ANUARIO-PY, 2017).



**Figura 2 – Cidades fronteiriças: Ponta Porã (Brasil) e Pedro Juan Caballero (Paraguay)**



Fonte:<http://www.conesulnews.com.br/cidade/resolucao-de-criacao-e-municipalizacao-de-ponta-pora>

Sobre este contexto, é preciso analisar o trabalho como um elemento fundante da sociabilidade humana e fundamental para a compreensão das relações sociais e da história da humanidade a partir de uma perspectiva ontológica (GUIRALDELLI, 2016: p. 27). Ou seja, conhecer como se apresenta o mercado de trabalho de uma região auxilia na identificação de suas dificuldades e potencialidades, além de proporcionar um panorama que ampara as tomadas de decisões de investimentos que visam o desenvolvimento local.

Neste sentido, a fronteira mencionada é nacional e internacionalmente conhecida como rota<sup>1</sup> do tráfico de drogas para todo país e para o mundo. Ambos os municípios são frequentemente expostos na mídia, que exhibe, na maioria das vezes, ocorrências como apreensão de mercadorias de uso ilegal (cocaína, cannabis, etc), mas também mortes de pessoas envolvidas com o tráfico, além de detenções. Segundo dados da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP), nos últimos cinco anos, as apreensões de drogas

---

<sup>1</sup>Rota no sentido tanto geográfico quanto político, por ser geradora de acesso.

criaram mais de 200% no Estado de Mato Grosso do Sul, saltando de 136,2 toneladas em 2013 para 427,5 toneladas em 2017<sup>2</sup>.

A fronteira é, também, o lugar por onde trafegam produtos que encontram compradores do Brasil e do mundo. Para além das apreensões, existem grandes quantidades de substâncias transportadas que chegam ao seu destino final. Da mesma forma, as quantidades pequenas, que são transportadas pelos inúmeros caminhos da fronteira seca, de várias formas, raramente são mostradas nos meios de divulgação. As pequenas apreensões ocorridas, bem como as histórias de vidas pertencentes às pessoas, que, na estatística do crescimento da população presidiária, representam muitas vezes apenas números, permanecem anônimas, na condição de margem e periferia.

Cabe ainda ressaltar que no Estado de Mato Grosso do Sul (MS) existem oito presídios femininos, e é o Estado com maior taxa de prisões femininas do país, em números proporcionais e o único Estado que não conta com unidades mistas<sup>3</sup>.

As mulheres que surgem nesta pesquisa circulam nestes espaços outros, denominados presídios. Entretanto, estes espaços se expandem com as histórias de vida das mulheres aprisionadas, trazendo suas trajetórias e memórias que, a partir de seus relatos, expõem seus conhecimentos, sentidos e significados vividos na fronteira, tanto territoriais quanto das vivências.

Conjuntamente, outra problemática atrelada às atividades ilegais em geral e ao tráfico de maneira mais acentuada é a violência. Seja por disputa de território, de poder, de ajuste de contas, de intimidação, se faz presente nas relações construídas neste “mercado paralelo” que constitui o tráfico de drogas.

Apesar de as drogas desempenharem um importante papel no crescimento das violências, estas não estão apenas atreladas às “atividades criminosas”, mas encontram-se presentes nas relações, tanto macro como microssociais: nos lares, nas escolas, nos ambientes públicos e privados (SAFFIOTI, 2004).

Nesta perspectiva acrescenta-se que, para além da violência, indiscutivelmente, o poder permeia as relações humanas. Seja em territórios ou momentos históricos diferentes, ele está presente, não como uma categoria espacial ou temporal, mas em toda produção que se apoia no espaço-tempo, além de ser expresso por um complexo e emaranhado tecido nas

---

<sup>2</sup> <http://www.ms.gov.br/em-ms-numero-de-apreensao-de-drogas-aumenta-42-no-ano-de-2017/>

<sup>3</sup> A taxa de aprisionamento indica o número de pessoas presas para cada cem mil habitantes.

tramas das relações. Não é nem possuído, nem adquirido, ele é exercido: o poder transita entre nós (FOUCAULT, 2017; RAFFESTIN, 1993).

Nesta pesquisa considerou-se a dimensão do território para embasar a reflexão a respeito das relações na fronteira em um viés de trânsito: entre dois países, entre o legal e o ilegal, considerando as margens de intersecção entre esses vieses, e o trânsito das pessoas que nele circulam e fazem circular mercadorias e histórias. Isso ocorre de forma ampla e restrita também porque as pessoas que circulam nele por vezes são detidas e inseridas em outros círculos, como o presídio.

Sendo assim, abeirar-se sobre as múltiplas fronteiras, que, por vezes, são negligenciadas pelas ciências (MARTINS, 2009), também são desafios que tratamos de enfrentar no transcorrer deste estudo. São fronteiras referentes a aspectos como gênero, território, métodos de pesquisa, etc.

A este respeito, Campos (2003) refere que, para compreender uma sociedade e como se estruturam suas relações, é preciso olhar tanto para seu processo histórico, bem como para os desequilíbrios existentes, culturalmente pré-estabelecidos, e que legitimam relações de hierarquia e dominação. Neste sentido, o enfoque de gênero fornece uma categoria de análise que permite visualizar as dissimetrias socialmente construídas, que se edificam, muitas vezes, por meio do uso da violência como expressão de dominação.

Nesta perspectiva, a agressividade vincula-se ao fato de que somos afetados, diariamente, pelo poder que, necessariamente, é concretizado através da violência. Juntos – poder e violência - são exercidos nos mais diversos territórios e vividos a partir de múltiplas referências, por grupos e indivíduos distintos. Para Birman (2009), trata-se de dois irmãos siameses que se alimentam da desigualdade social.

Ou seja, o território é um produto consumido, nunca finalizado, porém vivenciado pelos personagens (atores sociais) que o utilizam como meio para exercer o poder.

### **Do lado de fora**

O interesse por trajetórias femininas surgiu como parte da minha história profissional e pessoal. A formação em Psicologia permitiu-me, paulatinamente, iniciar “uma” compreensão sobre alguns conflitos femininos, principalmente os estudados pela psicanálise freudiana, que, por se tratar de um saber construído socialmente, está datado histórica e culturalmente. Alguns pressupostos desta vertente, como a inveja do pênis, o desejo pela maternidade e pelo casamento, naturalizados como destinos “normais” para as mulheres, são

revisitados e ganham novos contornos. Digo “uma” compreensão, pois a Psicologia, assim como qualquer outra ciência que se proponha isolada, dificilmente conseguirá explicar de maneira holística a complexidade humana.

Logo após terminar a formação inicial em Psicologia, os estudos e práticas que realizei direcionaram-me a questões diretamente vinculadas às mulheres. Uma delas foi a Residência Multiprofissional em Saúde da Mulher oferecido pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), que me permitiu compartilhar atividades teóricas e práticas com outros profissionais, como nutricionistas, enfermeiras, farmacêuticos e profissionais de Educação Física. Talvez por pertencermos à área da saúde, nossos olhares estavam voltados aos aspectos concernentes a esta visão de mundo e de ser humano – a biomédica. Nessa especialização, minha pesquisa, assim como a de vários colegas, focaram o período gravídico-puerperal das mulheres.

A esse respeito, Joel Birman (2009), ao discutir Modernidade, Medicalização e Biopoder, alega que:

É possível afirmar que a passagem crucial da problemática da salvação para a da cura é um dos signos constitutivos as modernidades no Ocidente, que se realizou na passagem do século XVIII para o XIX. É preciso compreender que as sociedades ocidentais passaram a ser permeadas pelos discursos médicos, que regulam, desde então, todas as práticas e todos os laços sociais, ou seja, a modernidade ocidental implicou uma medicalização do campo social como um todo. Portanto, desde então nada seria estranho e exterior ao olhar médico, que passou não apenas a interpretar, mas também a intervir sobre a totalidade dos acontecimentos sociais (BIRMAN, 2009, p. 25).

Apenas a título de exemplo, é possível mencionar que as próprias diretrizes das políticas públicas, como a atenção à saúde, por exemplo, priorizam a função de reprodução da mulher, como se a função primordial da mulher ainda estivesse fortemente vinculada à reprodução da espécie e ao cuidado, tanto dos filhos como do lar. Este é um aspecto, inclusive, que será discutido neste trabalho.

Atrelado ao contexto mencionado por Birman (2009), citado mais acima, Foucault (2014) assinala que, no mesmo momento histórico referido (séculos XVIII e XIX), também aparecia em prisões, como peça central dentro dos dispositivos de controle e disciplina vinculados ao novo poder de classe que estava se desenvolvendo: o judiciário.

Desde então, estes dois discursos – médico e jurídico - parecem direcionar os rumos das instituições, das ciências, etc., construindo sociedades disciplinares. “Devemos ainda nos admirar que a prisão se pareça com as fábricas, com as escolas, com os quartéis, com os hospitais, e todos se pareçam com as prisões?” (FOUCAULT, 2014, p. 219).

A escolha por estudar a população presidiária feminina, habitualmente invisível, deu-se logo após eu ter entrado em contato com o texto referente à Lei de Execução Penal (brasileira), instituída em 1984. Observar suas diretrizes despertou-me, primeiramente, curiosidade: de conhecer como é a realidade penal vivida por essas mulheres; saber como são estabelecidas suas rotinas diárias dentro do presídio; como são cumpridas as diretrizes propostas pelo código penal. Foram questões que atravessaram meu imaginário naquele momento.

A partir do preliminar interesse, aos poucos, foi possível formular indagações que me permitiram aprofundar aspectos relacionados à conjuntura mencionada. Contudo, foi apenas com a aproximação das visões e conhecimentos oriundos de outras ciências humanas, como a Sociologia, Economia, Geografia e Antropologia, através das aulas do mestrado, que pude ampliar minha visão sobre o assunto. Percebo que a Psicologia forneceu um entendimento mais direcionado ao subjetivo, a Residência em Saúde da Mulher um olhar mais voltado às questões de saúde/doença, e as demais ciências ao aspecto social.

Ou seja, diferentes campos do saber são necessários para podermos nos aproximar da complexidade pertinente a esta pesquisa, ou qualquer outra que se proponha a analisar fenômenos sociais. Pois, como afirma Birman (2009), quando uma única disciplina pretende ocupar um lugar privilegiado de querer formular soluções, corre o risco de, não apenas, fazer uma leitura errada do ponto de vista teórico, mas também do ponto de vista ético, pela irresponsabilidade que envolveria tal ação. O autor complementa dizendo que:

Evidentemente, os recortes forjados pelas diferentes disciplinas não são os mesmos, considerando as diversas regularidades e séries epistêmicas que estão em pauta em cada uma delas. Contudo, o trabalho interdisciplinar que deve ser aqui empreendido exige de cada uma das disciplinas concernentes um esforço de *descentramento* relativo, para que cada uma delas possa operar nas suas *bordas*, nas quais a *intercessão* com os campos das demais disciplinas possa tornar possível o diálogo e o complementarismo das diferentes abordagens (BIRMAN, 2009, p. 12).

Com isso, é possível atentar tanto para a fragmentação da ciência no estudo das temáticas humanas, quanto para a abordagem de gênero, que, pelos aspectos relacionados às suas especificidades, tornou-se requisito *sine qua non* e um dos pilares desta pesquisa. Embora pensar e conceituar gênero não constitua tarefa simples, é justamente sua complexidade o que nos instiga e entusiasma.

Na mesma perspectiva, Alzira Lobo de Arruda Campos (2003, p. 236) argumenta que: "A Interdisciplinaridade impõe-se. Não se trata de esconder as próprias deficiências, mas

de construir quadros analíticos mais sólidos, que nos conduzam melhor à compreensão do objeto de estudo".

A partir desta perspectiva e da confluência entre os dois fenômenos apresentados no início - o aumento da população presidiária feminina e a expressividade do tipo de crime praticado por essas mulheres, que, em sua maioria estão relacionados ao tráfico de drogas, evidenciado tanto em nível nacional como regional - pode e deve ser considerada uma importante demanda a ser analisada, por envolver categorias em comum identificadas nos relatos. Ou seja, não apenas pelo espantoso crescimento, que necessariamente exige recursos de diversas ordens para a manutenção do sistema penitenciário, mas, especialmente, pelo que este aumento pode representar e quais situações estão por traz destes números.

Por conseguinte, na medida em que se fez viável a realização da pesquisa no local escolhido, pouco a pouco também ocorreu a construção do problema de pesquisa, que diz respeito a como se estabeleceram as relações entre criminalidade, gênero e poder na trajetória de vida de mulheres em situação de detenção na Unidade Penal Feminina de Ponta Porã-MS.

Para alcançar (ou me aproximar) o objetivo proposto, que abrange condições complexas, seja por se tratar de um estudo desenvolvido em um território de controle, como são os presídios, seja pelo objeto de estudo que trata de mulheres em situação de detenção, optei por utilizar o método etnográfico, por ser um método qualitativo, descritivo e que requer certa convivência com o grupo a ser estudado. Com este método busquei contemplar os seguintes pontos: i) Identificar as condições socioeconômicas das mulheres no momento de ingresso às atividades ilegais, a partir do relato de suas trajetórias de vida; ii) Problematizar a divisão sexual do trabalho com base nas atividades ilegais executadas pelas mulheres; iii) Discutir como se estabeleceram relações de vida destas mulheres com os constructos criminalidade, gênero e poder; iv) Refletir sobre a região de fronteira e suas possibilidades de desenvolvimento, englobando a dinâmica socioeconômica apresentada pelos relatos das mulheres em situação de detenção.

Com base nas propostas definidas para esta pesquisa com viés qualitativo, em que aparecem em pauta dimensões complexas a respeito de fenômenos sociais, como é o caso da problemática apresentada, acredito que valorizar o ponto de vista da população implicada forneceria a oportunidade de penetrar nas raízes que, muitas vezes, permanecem escondidas nos resultados trazidos pelas pesquisas de cunho apenas quantitativo. Neste sentido, espero que, ao fornecer dados quantitativos (estatísticas) e também qualitativos (relatos) relacionados

à criminalidade e gênero, possa contribuir na visualização das assimetrias no âmbito das relações de poder inerentes a toda e qualquer relação social.

Sendo assim, acredito que os relatos das condições e das relações estabelecidas na trajetória de vida destas mulheres, e apesar de se referirem a apenas um presídio, retratem realidades semelhantes às encontradas em todo o país. Logo, conjuntamente com as discussões teóricas pertinentes, espero que os dados e as análises possam auxiliar no desenvolvimento de novas visões que se fazem necessárias para a compreensão das necessidades das mulheres no geral, vinculando-as ao planejamento das políticas públicas.

Não pretendo responder de maneira tácita as perguntas trazidas nesta pesquisa, mas abrir caminhos, que as mulheres interlocutoras desta pesquisa irão nos mostrar, com novas hipóteses, reflexões e questionamentos sobre o território fronteiriço de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, sobre desenvolvimento regional, bem como sobre criminalidade, gênero e poder intrinsecamente envolvidos nele.

A intenção, exposta no transcorrer das páginas que se seguem, refere-se a retratar, por meio do método etnográfico, vivido entres os meses de agosto de 2016 a agosto de 2018, as histórias de vidas das mulheres que se encontram em situação de detenção. Assim, vislumbrar como se estabeleceram as relações para sua inserção no tráfico, identificando situações marcantes nessa trajetória, constitui o objetivo central deste estudo.

## I DISCUSSÃO METODOLÓGICA

*“Numa sociedade dominada pela formalização da razão, o eu, em lugar de reconciliar-se com a natureza, sucumbe à lógica da identidade, do sempre-igual, o que significa, paradoxalmente, a perda da individualidade, da unidade do ego<sup>4</sup>. Não há mais devir, e o indivíduo diluído no establishment<sup>5</sup> permanece cindido, incapaz de plena alteridade”.*

**Grando (2001, p. 140)**

### 1.1 Sobre o reconhecimento de si no outro

Lançar a proposta de pesquisar as relações entre gênero, criminalidade e poder, na trajetória de vida de mulheres de um estabelecimento penal, traz consigo o enfrentamento a vários desafios, tanto teóricos quanto empíricos. Dentre eles encontra-se o da escolha do método a ser utilizado. Como qualquer estudo, o método a ser utilizado está relacionado às perguntas e respostas que se busca. Quando se define o recorte de pesquisa, a forma de buscar os dados nele se insinua.

Teorias abstratas têm levado muitas pessoas a procurarem na Antropologia e, em particular, no método etnográfico, uma nova apreensão do mundo, na esperança de resgatar um tipo de elo perdido que auxiliaria o fechamento da lacuna entre a teoria e a realidade (FONSECA, 1999).

A abordagem etnográfica exige uma atenção especial a essas outras linguagens: ao cruzar dados, comparar diferentes tipos de discurso, confrontar falas de diferentes sujeitos sobre a mesma realidade, constrói-se a tessitura da vida social em que todo valor, emoção ou atitude estão inscritos (FONSECA, 1999, p. 64).

Historicamente, o método etnográfico, como é conhecido hoje, surgiu no século XX. Utilizado inicialmente por estudiosos de culturas geralmente distantes, consistia, basicamente, em viver um período de tempo no campo ou ambiente em questão. Os dados eram coletados a partir da observação, realizando logo o registro dos dados que podiam ser ampliados com entrevistas ou outros tipos de registros, como fotos, por exemplo. Dentre os fundadores deste modo de pesquisa de campo encontram-se Franz Boas, Malinowski e Margaret Mead (SOMEKH; LEWIN, 2015).

---

<sup>4</sup> Instância que Freud denomina, na sua segunda teoria do aparelho psíquico, como sendo o “núcleo do eu”.

<sup>5</sup> A ordem ideológica, econômica, política e legal que constitui uma sociedade ou um Estado.



Esta última tornou-se conhecida por documentar as maneiras com que diferentes culturas lidam com as noções de feminilidade e masculinidade, mostrando como os papéis sexuais não são fixos, variando de uma cultura para a outra. Desta forma, pouco a pouco o método foi sendo utilizado pela Sociologia, para o estudo de grupos caracterizados pela marginalidade econômica, política, cultural e jurídica, tais como: delinquentes, prostitutas, homossexuais, imigrantes e minorias étnicas (GUBER, 2016).

O ponto de vista antropológico busca compreender a(s) realidade(s) e os fenômenos que envolvem o humano, tais como a vida e a morte, a organização social, seus mecanismos de poder, de controle e de reprodução. A capacidade de criar significados é uma característica humana. As diferentes combinações remetem às “invenções” que caracterizam as diferentes culturas (WAGNER, 2010).

Do mesmo modo, as diversas ciências, a partir de seus métodos, foram se constituindo como uma das maneiras de buscar respostas sobre o cotidiano dos seres humanos (MINAYO, 2002). A Psicologia, dentre elas, é uma das ciências que aceita a ideia de que não existe a chamada ciência objetiva quando pesquisamos pessoas. “Em psicologia, mais do que em qualquer outra ciência, observador e fatos observados são inseparáveis” (PERLS, 2002, p. 45).

Nesta vertente de compreensão, a etnografia, como método de pesquisa científica, vem contribuindo com o campo das pesquisas qualitativas, e é especialmente utilizada nas áreas das ciências humanas (MATTOS e CASTRO, 2011). Além disso fornece a perspectiva de produzir conhecimento social a partir da valorização da experiência humana, evidenciando não apenas as vivências das pessoas as quais se almeja conhecer – nesse caso, mulheres em situação de detenção - como também as do próprio investigador, aliás, uma das particularidades do método.

É praxe, nas discussões sobre o método etnográfico, dar ênfase à experiência do pesquisador no campo. Discorre-se longamente sobre a relação pesquisador- pesquisado ou o “anthropological blues” dessa etapa da pesquisa e sublinha-se a importância do insubstituível diário de campo. Trata-se de elementos fundamentais do método. No entanto, a análise antropológica não se limita a esta dimensão intersubjetiva da pesquisa (FONSECA, 1999, p.66).

Considerar o investigador como parte integrante da pesquisa remete ao entendimento de que os dados são captados na relação deste com os sujeitos sociais estudados. Investigador e sujeito não são duas partes distintas e opostas, pelo contrário, estão em constante relação. Neste sentido, a participação - não apenas da observação – passa a ser

um instrumento de conhecimento, pelo qual deixar-se ser afetado abre caminho, por meio do mecanismo de identificação, para uma comunicação única (verbal e não verbal) com o grupo que está sendo pesquisado. (FAVRET-SAADA, 2005).

A este respeito, Favret-Saada (2005), ao relatar sua pesquisa sobre feitiçaria na França, utilizando o método etnográfico, aponta que:

Aceitar ser afetado supõe, todavia, que se assuma o risco de ver seu projeto de conhecimento se desfazer. Pois, se o projeto de conhecimento for onipresente, não acontece nada. Mas se acontece alguma coisa e se o projeto de conhecimento não se perde em meio a uma aventura, então uma etnografia é possível (FAVRET-SAADA, 2005, p. 160).

Essa desconstrução mencionada envolve não apenas a experiência teórica, como também os próprios (pré)conceitos, valores e crenças sobre a população a ser estudada e que, aos poucos, vão dando espaço para novos saberes. Isto é consistente, visto que “[...] a verdadeira pergunta possui um pré-saber e um não saber que fazem parte do mesmo universo imaginário, em caráter de complementaridade e não de extremos” (CAVALCANTE; CALIXTO; PINHEIRO, 2014, p. 15). Essa perspectiva é similar a um processo de metamorfose, pelo qual o novo não exclui o velho, mas o contém e o transforma. No entanto, abrir-se ao desconhecido, a novas perspectivas sobre a realidade, não é uma tarefa simples e nem livre de conflitos teóricos, epistemológicos, subjetivos e inclusive sociais.

Como esclarece Judith Butler (2015):

Quando pedimos para conhecer outro, ou pedimos para que o outro diga, final ou definitivamente, quem é, é importante não esperar nunca uma resposta satisfatória. Quando não buscamos a satisfação e deixamos que a pergunta permaneça aberta e perdure, deixamos o outro viver, pois a vida pode ser entendida exatamente como aquilo que excede qualquer relato que dela possamos dar (BUTLER, 2015, p. 38).

Em vista disso, mover-se em direção ao percurso proposto requer, por parte do investigador, primeiramente percorrer o caminho do (des)conhecimento para chegar ao reconhecimento dos fenômenos sociais desde a perspectiva dos sujeitos sociais pesquisados.

Conforme Rosana Guber (2016):

Un actor social dificilmente pueda comprender una acción si no entiende los términos en que la caracterizan sus protagonistas. En este sentido, los agentes son informantes privilegiados pues solo ellos pueden dar cuenta de lo que piensan, sienten, dicen y hacen con respecto a los eventos que los involucran (GUBER, 2016, p. 16).

Além do exposto, o fato das mulheres estarem em situação de detenção, ou seja, responderem por crimes, fez com que, em vários momentos, houvesse a preocupação sobre

como relatar suas histórias, por meio das próprias relações de poder existentes entre pesquisador e pesquisado. Como bem ressaltam Marques e Villela (2005, p. 56): “Assim, ao lado das observâncias da ética, a decisão entre o que publicar ou calar pode ter a ver com o reconhecimento das relações de poder envolvidas [...]”.

Neste sentido tive o cuidado de preservar suas identidades, não apenas no momento de escrever o texto, mas também, nas conversas. Procurei não invadir seus limites e também o meu, em relação ao que elas estavam dispostas a compartilhar e eu disposta (mesmo que inconscientemente) a ouvir. Neste sentido, minhas perguntas levaram em consideração, não apenas as respostas, mas também, as expressões não verbais, como postura, gestos, olhares, ou mesmo, o tom de voz, etc.

A este respeito, Minayo (2002) ressalta que, diferente das ciências naturais, nas pesquisas sociais existe uma identificação, ou reciprocidade, entre sujeito e objeto, seja por razões culturais, faixa etária, ou, em uma perspectiva hermenêutica, pelas características que nos fazem humanos.

Por conta deste aspecto intrínseco, nesta relação entre pesquisador e pesquisado, faz-se necessário, por parte do investigador, uma permanente reflexão ou vigilância, como referido pela antropóloga social Rosana Guber (2016). Segundo ela, três dimensões da reflexibilidade estão constantemente em jogo nas pesquisas etnográficas: i) a do investigador como pertencendo a uma sociedade e cultura; ii) a reflexibilidade enquanto a sua perspectiva teórica, acadêmica e epistemocêntrica; e, ii) a reflexibilidade da própria população a ser estudada.

Seguindo a “ordem” dos desafios, a capacidade de transitar nas dimensões descritas acima, perseguindo o objetivo científico, por vezes exige por parte do investigador, uma autoanálise sobre o lugar que ocupa. Seja como membro de uma sociedade, de um campo acadêmico e no próprio campo a ser estudado. Entretanto, este trânsito não pode se realizar de maneira linear, nem progressiva. Como refere Guber (2016), a neutralidade se apresenta como uma utopia e a ambiguidade uma constante que, ao invés de ser considerada como um *déficit* é estimada como uma qualidade distintiva do método, uma vez que esta condição é a que dá abertura ou espaço para conhecer o desconhecido.

Pode-se dizer que entre a experiência de campo, as análises e as conclusões há uma série de etapas, idas e voltas em universos simbólicos, que parecem distintos do nosso, mas que, por outro lado, carregam proximidades, cujos limites e contornos que a experiência

etnográfica proporcionam, por vezes, difíceis de reconhecer. Como bem menciona Favret-Saada (2005):

As operações de conhecimento acham-se estendidas no tempo e separadas umas das outras: no momento que somos mais afetados, não podemos narrar a experiência; no momento em que narramos não podemos compreendê-la. O tempo da análise virá mais tarde (FAVRET-SAADA, 2005, p. 160).

Desta maneira, o que esta pesquisa propõe vai ao encontro do que Rago (2012, p. 28) apresenta sobre a epistemologia feminista: “[...] novas relações e novos modos de operar no processo da produção do conhecimento [...] a desconstrução das sínteses, das unidades e das identidades ditas naturais, ao contrário da busca de totalização das multiplicidades”.

## **1.2 Apresentação do campo de estudo**

As perspectivas apresentadas no tópico anterior foram emergindo no contexto da pesquisa e podem ser entendidas, também, como um processo de construção, tanto da pesquisadora, quanto do tema de estudo e seus contornos, ou do que, em uma perspectiva metodológica elaborada durante o século XIX e XX, convencionou-se chamar de “objeto de pesquisa”.

Em agosto de 2016 iniciei a pesquisa no Estabelecimento Penal Feminino de Ponta Porã – MS (Figura 3). Fundado em 1º fevereiro de 1996, o estabelecimento conta com capacidade para 50 internas; atualmente alberga, em média, 100 pessoas. O prédio foi construído para abrigar uma escola, originalmente, e sua estrutura física foi adaptada; entretanto, ainda conserva aspectos que lembram uma instituição educativa. Operam neste presídio três regimes de detenção: o aberto, no qual as mulheres comparecem no estabelecimento somente para assinar sua presença; o semiaberto, no qual voltam apenas para dormir no local; e o regime fechado, albergando a maioria das mulheres que estão cumprindo pena ou à espera do julgamento.

**Figura 3 - Fachada do Estabelecimento Penal Feminino**



Fonte: <https://www.campograndenews.com.br/cidades/interior/batalhao-de-choque-faz-revistas-em-dois-presidios-do-interior-de-ms>

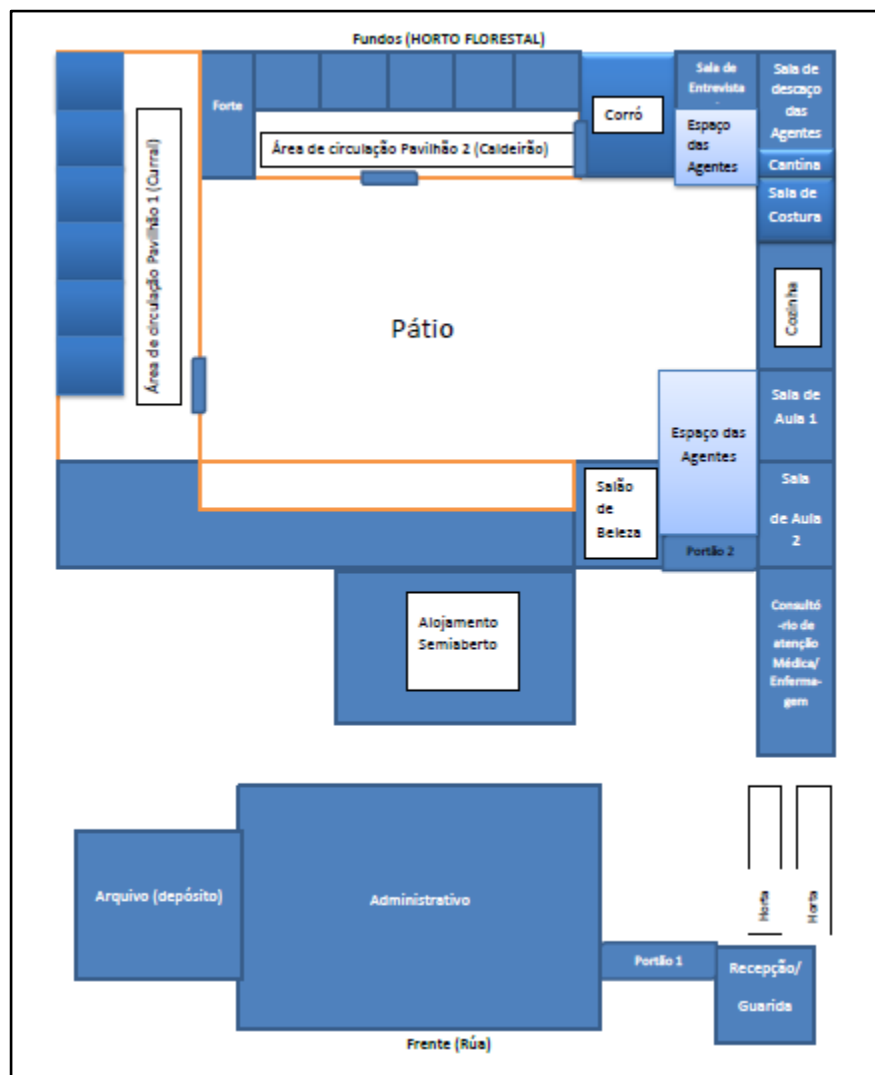
É preciso destacar que cada instituição é produto de um processo histórico que, no geral, tem por objetivo o controle da conduta humana por meio de padrões previamente definidos e com mecanismos de sanções especificamente estabelecidos. Estes resultaram num complexo sistema de controle social (BERGER e LUCKMANN, 2014).

A aproximação com o coletivo estudado ocorreu após autorização de ambas as instituições envolvidas: a Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS) e o Estabelecimento Penal Feminino de Ponta Porã - MS. Cabe mencionar que a realização da pesquisa, a ser desenvolvida em um território de segurança, detenção e controle, conhecido atualmente como presídio, exigiu, além de várias etapas no processo de autorização, uma postura de cuidado e formalidades peculiares no local, sentido de maneira mais contundente no início.

Esse controle é realizado por meio de dois portões de entrada, onde, em cada um deles, são solicitadas informações referentes à identidade, função, tempo, execução, etc., de quem entra. Pelo fato de o plantão das Agentes Penitenciárias ocorrer em turnos de 24 horas de trabalho por 72 horas de descanso, durante as primeiras semanas de pesquisa, geralmente eu encontrava um agente diferente a cada entrada e respondia ao mesmo interrogatório. No entanto, a partir da terceira semana foi possível perceber que, tanto as Agentes Penitenciárias como as internas, começaram a agir de maneira mais tranquila diante da minha presença, pois, para elas, eu representava alguém estranho e sem nenhuma função específica, apenas observadora.

A seguir, na Figura 4, trago um esquema sobre a estrutura física do presídio. Nele mostro a minha percepção sobre as divisões do estabelecimento, as quais pude conhecer e observar durante a realização da pesquisa de campo.

**Figura 4 - Desenho gráfico da estrutura do Estabelecimento Penal Feminino de Ponta Porã – MS.**



Fonte: A autora (2018)

Como pode ser percebido, dentro dos pavilhões 1 e 2 existe um espaço de circulação. Nele as mulheres podem tomar sol, lavar suas roupas, fumar e se socializarem. O pátio maior, que está localizado na parte central, é revestido de grama, porém sem nenhuma árvore, recebendo, desta maneira, a incidência de sol durante todo o dia. Ele é utilizado apenas como

trânsito das internas que trabalham ou estudam. Estas atividades serão descritas no transcorrer do texto.

Existem três guaritas das Agentes Penitenciárias. A primeira fica logo na entrada, ao lado do primeiro portão. Uma disposta ao lado do *Corró* e a outra localizada em frente à sala de aula, próxima ao segundo portão, que dá acesso ao presídio propriamente dito. Pude observar que a maioria das Agentes utilizam óculos de sol. Soube, mais tarde, que é para as presidiárias não saberem para onde elas estão olhando. Esta estratégia remeteu-me ao *Panoptismo*<sup>6</sup> de Jeremy Bentham, cujo efeito mais importante é induzir no detento um estado consciente e permanente de visibilidade, que assegura o funcionamento automático do poder.

Passado este início, após algumas semanas, ao falar com uma das agentes sobre a pesquisa e a preocupação em relação como e onde abordar as internas e se seria possível aceder às celas, ela sugeriu participar das aulas<sup>7</sup>, pois lá as internas se sentiriam mais à vontade para conversarem. Complementou ainda dizendo: “[...] com a gente elas não falam tudo o que pensam; nós representamos o controle, a punição para elas; tem algumas que chegam aqui e sentem raiva da gente, como se nós tivéssemos culpa delas terem caído presas” (AGENTE PENITENCIÁRIA, 2016).

Esta mesma agente informa sobre o *Corró*, lugar destinado à adaptação e classificação das internas logo que chegam. Ao ingressarem no presídio, seja por ordem de prisão ou de transferência, devem permanecer neste lugar por 30 dias. Neste período são observadas e seu comportamento é avaliado pelas agentes, as quais, após o tempo determinado, definem em qual pavilhão a interna será alojada. No *Corró* há nove camas disponíveis e é a maior cela do presídio. Disposto, em sua estrutura física, ao lado de um posto de controle das agentes penitenciárias, dispõe de uma janela com grades que permite a visibilidade (e o controle), bem como a escuta de seus movimentos e discursos ininterruptamente.

Caberia conferir ao *Corró*, citando Foucault (2014b), o estatuto de primeiro contato com o sistema de controle, após o aprisionamento, forjado por uma racionalidade à qual

---

<sup>6</sup> Foucault (2014 b) conceitua como sendo: Esse espaço fechado, recortado, vigiado em todos os seus pontos: onde os indivíduos estão inseridos num lugar fixo; onde os menores movimentos são controlados; onde todos os acontecimentos são registrados; onde um trabalho ininterrupto de escrita liga o centro e a periferia; onde o poder é exercido sem divisão; segundo uma figura hierárquica contínua; onde cada indivíduo é constantemente localizado, examinado e distribuído entre os vivos, os doentes e os mortos — isso tudo constitui um modelo compacto do dispositivo disciplinar.

<sup>7</sup> Asseguradas pela Lei nº 7.210, 11 de julho de 1984, de Execução Penal, que em seu Artigo nº 17 refere que a assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado. O Estabelecimento Penal Feminino de Ponta Porã –MS disponibiliza duas salas de aulas, oferecendo educação primária e secundária, nos períodos matutino e vespertino.

respondem relações de poder infringidas sobre os corpos, buscando discipliná-los, diferente do *Forte*, isolado, fechado e distante.

O *Corró* também poderia ser considerado como o primeiro lugar destinado a romper com a identidade da mulher, já que, ao ser inserida neste contexto, ela perde seus pertences, suas roupas, sua rotina, seu lugar (PERROT, 2017).

O *Forte* refere-se ao local de castigo, onde as internas que brigam podem passar até dez dias trancafiadas. Trata-se de um quarto com área de mais o menos dois metros quadrados, sem janelas e cuja porta não permite o contato visual com o ambiente externo ao quarto. O *Forte* está disposto numa esquina do presídio, na junção entre os dois pavilhões. É o espaço do não ser, onde a mulher se vê em total solidão.

Este isolamento, por vezes responde, segundo Perrot (2017), a uma lógica de reeducação que submete o corpo e a alma à autoridade penitenciária, a esse olhar central e único. Neste sentido, educar o prisioneiro é ensinar-lhe a limitar suas necessidades de contato, de afeto e de convívio social.

O *Bonde* é a denominação dada pelas agentes à viatura que transfere as internas de um presídio para outro. Uma das internas se refere ao *Bonde* como: “[...] ele vem sem avisar, leva você com a roupa do corpo mesmo. Pode vir qualquer dia, qualquer horário, de madrugada inclusive. A intenção é essa mesmo: A pessoa não saber!” (Interna em sala de aula, 27 anos).

Não divulgar a transferência indica a dinâmica de controle institucional sobre os corpos à disposição do Estado. Implica, também, na desconsideração do estatuto de pessoa, já que o *Bonde* não tem lugar para a presa se sentar, colocando-a em uma situação de fragilidade e humilhação; tem que ir “com a roupa do corpo”, sem tempo para se preparar para se apresentar perante outros e outras, que serão “estranhas”. Não é possível preparar a ida e a chegada em outro lugar, não sabe para onde vai e quais relações de poder que encontrarão; não leva itens adquiridos no presídio, como televisão.

Assim como o *Bonde*, que pode aparecer a qualquer momento, a *Batida* também segue a mesma característica. Segundo três internas que estavam na sala de costura em um dos dias da pesquisa etnográfica, a *Batida* se refere à ação executada pelos agentes e policiais para a revista das celas e a retirada de todos os pertences delas: “[...] tiram tudo, enfeites, pôster [...]” (Interna na sala de costura). Ao falar sobre esses mecanismos de controle dentro do presídio, as detentas parecem ter tomado consciência de que estavam conversando com alguém estranho ao presídio, que não era nem Agente, nem interna. Uma delas, inclusive,



perguntou se havia sido fácil entrar no local. Comentam que, em outros presídios, nunca ninguém tinha ido conversar com elas.

Fica explícito, no depoimento da interna, referindo-se à *Batida*, que, na prisão, o existir do indivíduo é despido de sua aparência, seus pertences, e até de seus serviços e vínculos, provocando uma desfiguração pessoal. Como aponta Goffman (2015), referindo-se às instituições totais – quartéis, prisões e conventos -, estas refletem um espaço que subtrai, adestra e disciplina, apresentando geralmente características gerais similares, simbolizadas pela barreira à relação social. São relações de poder infringidas sobre os corpos, buscando discipliná-los (FOUCAULT, 2014).

Neste presídio, a partir dos relatos e das observações captadas pelo método etnográfico, pude perceber que tanto o *Forte*, como o *Corró*, o *Bonde* e a *Batida* se referem e são relacionados às condições de disciplina e controle. Os dois primeiros, materializados em territórios específicos (fixos), e os dois últimos, em movimento.

### **1.3 A rotina dos corpos em movimento: Curral e Caldeirão; Trabalho e Escola.**

Após a passagem pelo *Corró*, as internas são classificadas com base no comportamento observado durante os trinta dias de permanência nesse local. Do *Corró*, elas seguirão para o Pavilhão 2, chamado *Curral* por algumas internas, destinado às trabalhadoras, estudantes, grávidas e doentes. Nele existem cinco celas: a primeira e a quinta têm seis camas, que são chamadas de *Gegas*; nas demais celas há apenas quatro *Gegas*. As celas também recebem o nome de X.

O outro pavilhão, chamado de *Caldeirão*, contém quatro X com seis *Gegas* cada. Apesar de o *Caldeirão* e o *Curral* ofertarem a mesma quantidade de *Gegas* - 24 - segundo relatos de algumas internas, no *Caldeirão* estariam alocadas 70% das 120 internas. Esse é o número médio de presas e costuma variar no decorrer dos meses.

A própria Lei de Execução Penal (BRASIL, 2008), em seu Artigo 5º, estabelece este tipo de divisão: “Os condenados serão classificados, segundo os seus antecedentes e personalidade, para orientar a individualização da execução penal”. Cabe refletir, aqui, como esses dispositivos penais, assim como as instituições totais – manicômios, prisões e conventos - descritas e analisadas por Goffman (2015), estão orientados para o que denomina de divisão binária e da marcação (louco - não louco; perigoso-inofensivo; normal-anormal), o da determinação coercitiva e o da repartição diferencial (quem é ele; onde deve estar; como caracterizá-lo; como reconhecê-lo; como exercer sobre ele, de maneira individual, uma

vigilância constante etc.). Nessa perspectiva, essa divisão não apenas estaria presente nas barreiras entre presidiários e não presidiários, criminosos e não criminosos, mas também acontece dentro do próprio presídio, reforçando a divisão binária na dinâmica das relações sociais estabelecidas em seu interior.

O recluso, a partir da admissão, inevitavelmente se espelhará nos acontecimentos deste território. Pois nele, a fronteira entre o ser e o ambiente é constantemente invadida. Este não tem um lugar para um encontro consigo mesmo. Cabe, assim, ao presídio ser palco privilegiado dos acontecimentos e das dinâmicas nos modos de relação que necessariamente se manifestarão em tramas, horas de submissão, horas de resistência, refletindo as necessidades, impulsos e conflitos dos corpos penalizados (SÁ, 2016).

Em relação à rotina do presídio, esta segue horários específicos, que é o mesmo, tanto para o *Curral* quanto para o *Caldeirão* (Figura 5). As celas são abertas às 8 horas da manhã e fechadas às 11 horas, para que sejam servidas as refeições, feitas nas celas. No período da tarde, as celas voltam a abrir às 13 horas e a fechar às 17 horas, quando as internas ficam reclusas até o dia seguinte. As que não trabalham ou estudam, nos momentos fora das celas, usufruem de um espaço, uma espécie de varanda corredor, entre as celas e o muro. Este espaço destinado à circulação, banho de sol e afazeres, como lavar roupa, por exemplo, mede, aproximadamente, três metros de largura por seis de comprimento e é aparatado com grades de ferro no teto. É o único espaço de convívio e movimento, além das celas.

**Figura – 5: Pavilhão 2 (Caldeirão)**



Fonte: <http://www.agepen.ms.gov.br/diretor-presidente-visita-unidades-de-ponta-pora/visita-ao-presidio-feminino-de-ponta-pora-8/>

Dentre as atividades disponíveis no Estabelecimento Penal Feminino de Ponta Porã estão as destinadas à “ressocialização”. Trata-se de um programa existente no sistema presidiário do Brasil, que utiliza o trabalho como estratégia no contexto de reclusão e visa produzir bens e serviços como maneira de auxiliar na remissão da pena em um terço, pois, por cada três dias trabalhados diminui-se um dia. Além disso, tem como proposta preparar as internas para serem reintegradas ao convívio social ao final de suas penas. (BRASIL, 2008).

Dentre os meios ofertados para alcançarem os ditos objetivos encontra-se, no presídio pesquisado: *sala de costura*, cujo espaço é destinado à produção de artesanatos que são vendidos dentro e fora do presídio; *cozinha*, onde as internas aprendem sobre organização, procedimentos e preparo do cardápio, além de propiciar acesso à renda e remissão da pena; *salão de beleza*, onde têm a possibilidade de aprender o ofício de cabeleireira, manicure, maquiadora, etc.

No momento da primeira visita ao local da *sala de costura*, trabalhavam duas internas. No *salão de beleza* estavam três delas e, na *cantina*, local que frequentemente há rodízio de trabalhadoras, estavam trabalhando duas mulheres. A *cozinha* (Figura 6), único local remunerado com salário, por ser terceirizado, trabalham aproximadamente quinze internas.

Embora os trabalhos dentro dos presídios tenham como objetivo a “ressocialização”, na análise de Foucault (2014, p. 236), a utilidade do trabalho penal constitui um mecanismo de poder, de submissão individual e de seu ajustamento a um aparelho de produção: fabricação de proletários eficientes.

**Figura – 6: Cozinha do Estabelecimento Penal Feminino de Ponta Porã - MS**



Fonte: <http://www.agepen.ms.gov.br/com-27-frentes-de-trabalho-presidio-de-ponta-pora-garante-ocupacao-productiva-a-mais-de-40-dos-detentos/>

Para trabalhar na cozinha, as internas devem manifestar interesse e passar por uma entrevista de avaliação que, segundo relato das internas, analisa o tipo de crime e o perfil da presa, pois, na execução das atividades, ocorrerá o manuseio de objetos cortantes como faca, tesoura, garfo, além de lidar com fogo.

O que se percebe, em relação aos trabalhos oferecidos às internas como forma de ressocialização, é que remetem a reflexões que vão além da simples produção, que incluem dinâmicas psicossociais e de gênero.

As atividades parecem servir como uma espécie de treinamento, projetado para produzir boas esposas e mães, como se, ao transgredirem a lei, tivessem transgredido também princípios morais fundamentais da condição feminina. Desta maneira, cozinhar, costurar e cuidar de sua aparência iria “ajudá-las” a que, quando estivessem “livres”, fossem encaminhadas mais facilmente a empregos para executar serviços domésticos. (DAVIS, 2018).

Em uma conversa com as três internas na sala de costura, elas comentaram sobre as diferenças entre os presídios. Como algumas delas já estiveram presas em outras cidades, dizem que existem diferenças entre um presídio e outro. Alegam que este, em Ponta Porã, é bom e tranquilo, por ser pequeno. Uma delas já esteve presa em Cuiabá-MT, onde havia, aproximadamente, 800 internas, segundo ela. Outra já passou pelo presídio de Campo Grande

e diz que “lá as internas nem usam uniforme às vezes, andam de salto alto, aqui não”. Também relatam que, nos outros presídios, é possível sair mais rápido, pois o processo corre com mais celeridade. Esta fala, posteriormente, apareceu também no discurso de várias outras internas processadas, que estavam aguardando julgamento há mais de seis meses. Segundo elas, cerca de 70% das internas aguardam julgamento de seus processos penais.

Outra atividade existente no presídio, que também é contabilizada para a remissão da pena, é a *Escola* (Figura 7), que funciona de manhã e à tarde, oferecendo acesso ao Ensino Fundamental e Médio. Para frequentar as aulas as internas devem fazer a inscrição previamente; no entanto, “muitas se inscrevem e poucas vêm”, dizem as professoras e as próprias alunas, argumentando que “elas preferem ficar tomando tereré e conversando”.

As internas não são obrigadas a trabalhar ou estudar, esta rotina é de livre opção de cada uma delas. Apesar de ter remissão da pena, de um dia por cada três de trabalho ou estudo, apenas cerca de 20% solicitam estas atividades. A respeito dessa condição, caberiam algumas reflexões e questionamentos. Seria, de certa maneira, uma forma de se subtrair ao controle, entendendo as atividades disponíveis como dispositivos de controle?

O fato de poucas frequentarem as atividades oferecidas é um dado que chama a atenção. Estariam elas evadindo-se de aceitar os enquadramentos (BUTLER, 2010) do presídio, como uma forma de resistência? Cabe lembrar que as mulheres que menos participam das atividades são as do *Caldeirão*, pavilhão mais numeroso.

Logo abaixo, segue uma foto da sala de aula, onde ocorreu metade das narrativas.

**Figura – 7: Sala de aula do Estabelecimento Penal feminino de Ponta Porã - MS**



Fonte: Acervo próprio (Maio/2017)

Além das observações, a partir das quais surgiram as descrições expostas acima, que me permitiram conhecer um pouco do cenário pesquisado, também foram utilizadas entrevistas. Nestes momentos, a partir das conversas mais detalhadas e pessoais, pude me aproximar mais das vivências e complexidades existentes nas histórias de vida destas mulheres encarceradas.

A realização das primeiras entrevistas deu-se em um lugar mais reservado. Tratava-se de uma pequena sala, utilizada geralmente pelos advogados quando conversam com as internas, cedida pela diretora do presídio. Estas entrevistas ocorreram nas primeiras semanas da pesquisa de campo. Cinco mulheres foram selecionadas aleatoriamente e aceitaram participar, as quais foram ouvidas durante três dias, com uma duração média de quarenta minutos cada relato.

Cada entrevistada e eu ficávamos a sós para conversarmos. Acredito que este contexto auxiliou para que as mulheres se sentissem mais à vontade e pudessem relatar, de maneira mais livre, suas histórias de vida. Estas entrevistas seguiram um roteiro semiestruturado (ANEXO 1) e seus tópicos estavam relacionados a eixos temáticos vinculados às instituições. Meu intuito era visualizar como as instituições básicas (família, escola, instituições religiosas, de saúde e de trabalho) se inseriam na vida destas mulheres.

Após me apresentar e explicar às mulheres a proposta da pesquisa, objetivos e particularidades do processo, elas eram convidadas a assinar um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (ANEXO 2). Todas as entrevistas foram gravadas. Nenhuma delas se opôs ou pareceu ficar inibida com o fato. Posteriormente, decorreram as transcrições, conjuntamente com análise dos dados, relacionando-os à literatura pertinente.

Em relação à disposição das mulheres para falarem, percebi que, ao contarem suas histórias, elas entendem como uma oportunidade de se expressarem para alguém de fora, interessada na escuta e sem situações de coerção.

O que percebi em relação às mulheres envolvidas no contexto mencionado, tanto em nível nacional, como estadual e municipal, é que existem aspectos semelhantes em suas trajetórias de vida. No geral, trata-se de mulheres jovens, com baixa escolaridade, acesso precário ao mercado de trabalho e, frequentemente, com histórico de violência familiar. Esta última categoria está presente em praticamente todos os relatos das mulheres que fizeram parte do estudo de campo.

No capítulo que se segue, mostro o contexto relacionado ao perfil das mulheres presidiárias, tanto a nível nacional como local.

## II CRIMINALIDADES, GÊNERO E PODER

*“A pena privativa de liberdade acarreta um grave „desserviço” à sociedade, na medida em que, pela mesma natureza dos „serviços” que ela lhe presta, ela colabora para que a sociedade se aliene em relação aos seus próprios conflitos e tenha dificuldade de entrar em contato com eles”.*

*Sá (2016, p. 162)*

### 2.1 As (rés)existências: do macro ao micro

Aos poucos, os questionamentos latentes, correlacionados às histórias de vida destas mulheres, tornaram-se dinâmicos e complexos, visto que pensar nelas e em suas trajetórias abrangeu dimensões de diversos âmbitos: social, econômico e demográfico, mas também aspectos vinculados à escolaridade, acesso à saúde, relações de gênero, raça, poder, dentre outros. Haveria alguma conexão entre estes aspectos?

Embora, no presente estudo, não seja possível afirmar tal conexão de maneira tácita, até porque não era este o objetivo da pesquisa, os dados nacionais e locais mostram informações que levam a reflexões sobre os aspectos mencionados no parágrafo anterior.

Sobre o assunto, trago algumas palavras de Angela Davis (2016):

É preciso compreender que classe informa a raça. Mas raça, também, informa a classe. E gênero informa a classe. Raça é a maneira como a classe é vivida. Da mesma forma que gênero é a maneira como a raça é vivida. A gente precisa refletir bastante para perceber as intersecções entre raça, classe e gênero, de forma a perceber que entre essas categorias existem relações que são mútuas e outras que são cruzadas. Ninguém pode assumir a primazia de uma categoria sobre as outras (DAVIS, 2016, p. 20).

Ou seja, as categorias nunca aparecem de maneira isolada, mas sempre estão vinculadas a outras, que, de certa maneira, marcam as vivências e as oportunidades que a pessoa terá no transcorrer de sua vida.

Nesta perspectiva, mostro o panorama apresentado pelo sistema prisional feminino brasileiro nas últimas décadas. Nele, dois fenômenos têm chamado à atenção dos estudiosos, da mídia e do poder público: o grande aumento da população presidiária feminina e a expressividade do tipo de crime praticado pelas mulheres, que, em sua grande maioria, está vinculado ao tráfico de drogas.

A Tabela 1 apresenta informações acerca da população prisional feminina dos doze países que mais encarceram mulheres no mundo.



**Tabela 1 - Doze países com maior população prisional feminina do mundo em 2016.**

País	População prisional feminina	Taxa de aprisionamento de mulheres (100 mil/hab)
Estados Unidos	211.870	65,7
China	107.131	7,6
Rússia	48.478	33,5
Brasil	42.355	40,6
Tailândia	41.119	60,7
Índia	17.834	1,4
Filipinas	12.658	12,4
Vietnã	11.644	12,3
Indonésia	11.465	4,4
México	10.832	8,8
Mianmar	9.807	17,9
Turquia	9.708	12,1

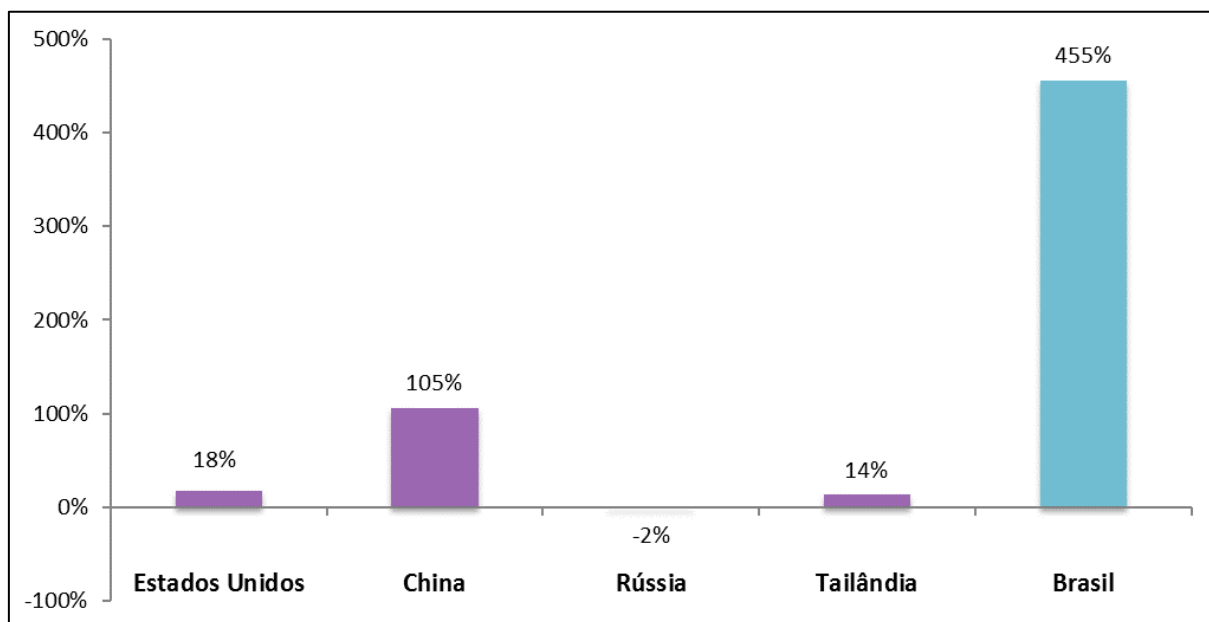
Fonte: INFOPEN Mulheres (2017, p. 13).

Como pode ser observado, em relação aos números absolutos da população prisional feminina, o Brasil encontra-se na quarta posição mundial, ficando atrás apenas dos Estados Unidos, da China e da Rússia. Em relação à taxa de aprisionamento, que indica o número de mulheres presas para cada grupo de 100 mil mulheres, o Brasil figura na terceira posição entre os países que mais encarceram, ficando atrás apenas dos Estados Unidos e da Tailândia (BRASÍLIA, 2017).

Os números mostram-se ainda mais surpreendentes quando observados sobre o prisma da evolução da taxa de aprisionamento nos cinco países que mais encarceram mulheres no mundo, em um período de 16 anos, entre 2000 e 2016.

Conforme mostrado no Gráfico 1, a expansão do encarceramento de mulheres no Brasil não se aproxima de nenhum outro país, mesmo se for comparado aos que mais aprisionam.

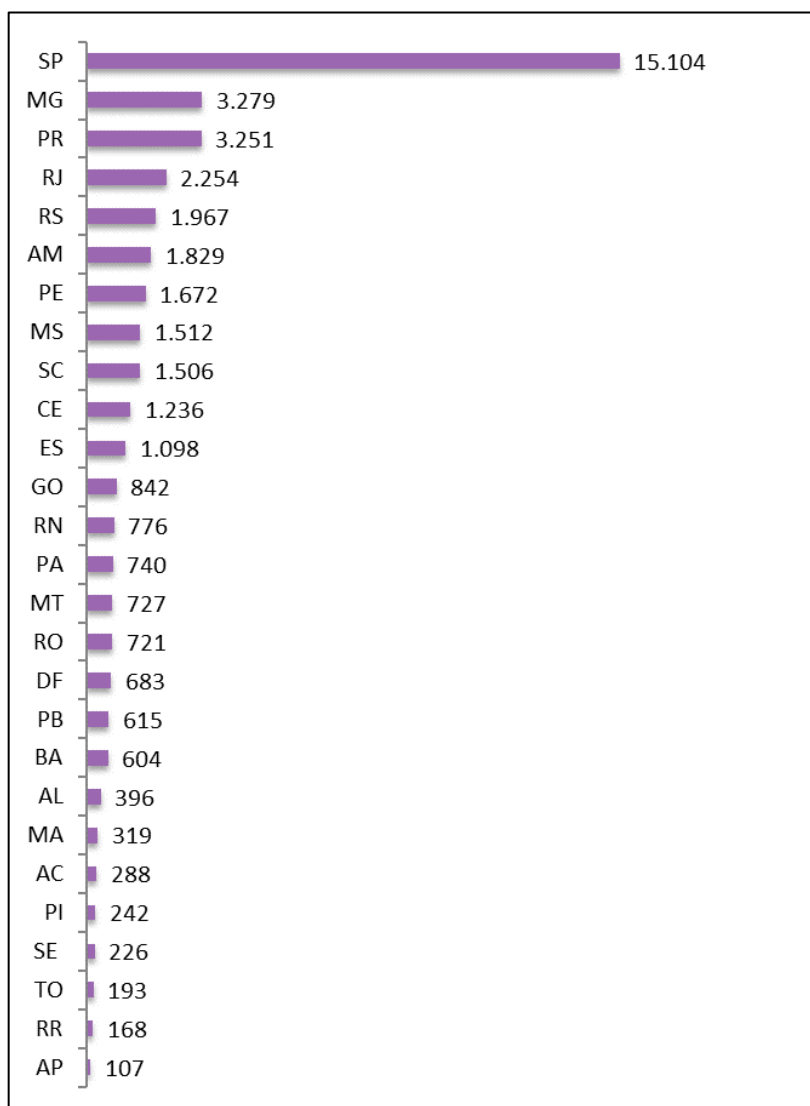
**Gráfico 1 – Variação da taxa de aprisionamento entre 2000 e 2016 nos cinco países com maior população prisional feminina do mundo.**



Fonte: INFOPEN Mulheres (2017, p. 14).

No que se refere ao Brasil, segundo dados publicados pelo Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), a população presidiária feminina atingiu a marca de 42 mil mulheres privadas de liberdade, o que retrata um aumento de 656% entre os anos de 2000 a 2016, representando mais que o dobro de crescimento em comparação com a população presidiária masculina no mesmo período.

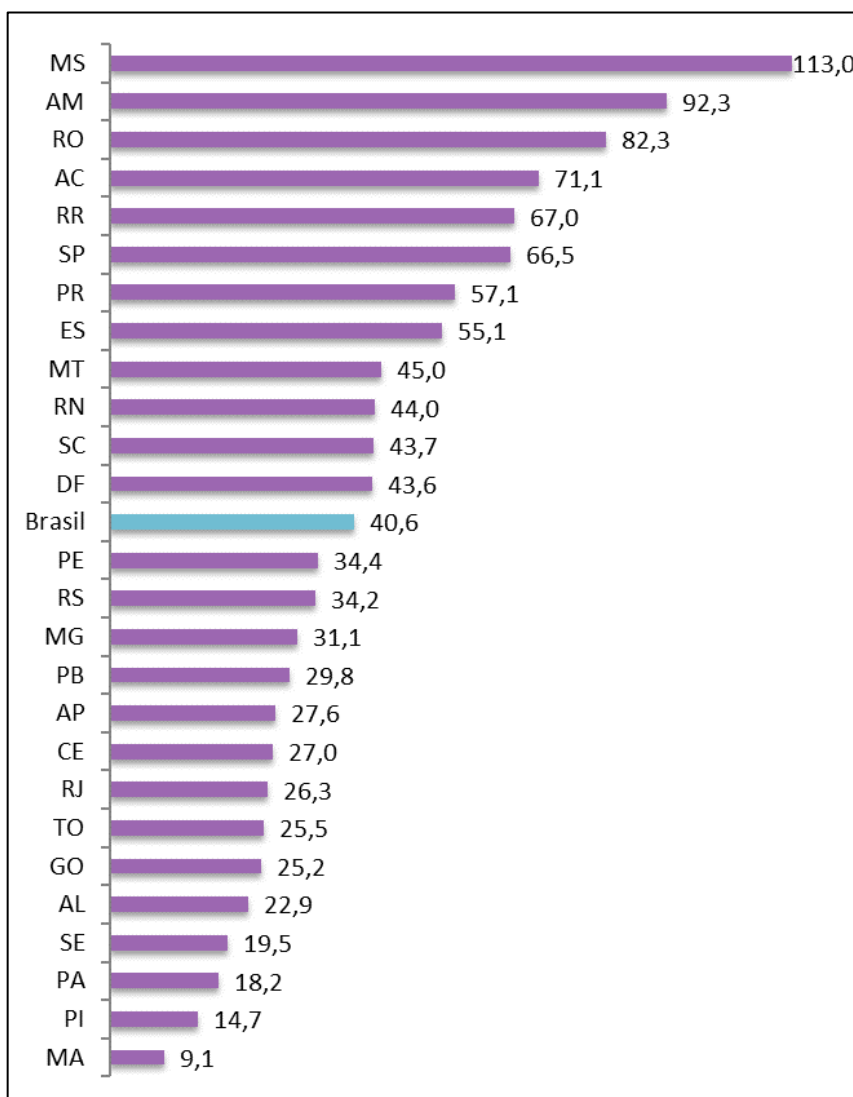
**Gráfico 2 – População prisional feminina por Unidade de Federação**



Fonte: INFOPEN Mulheres (2017, p. 16).

Em relação aos Estados, o Mato Grosso do Sul, apesar de apresentar a 9ª maior população prisional feminina do país em termos absolutos, como mostra o Gráfico 2, figura como o Estado que mais encarcera mulheres em todo o país, em termos proporcionais, com 113 mulheres presas para cada grupo de 100 mil mulheres, como se pode observar no Gráfico 3, a seguir.

**Gráfico 3 – Taxa de aprisionamento de mulheres por Unidade de Federação**

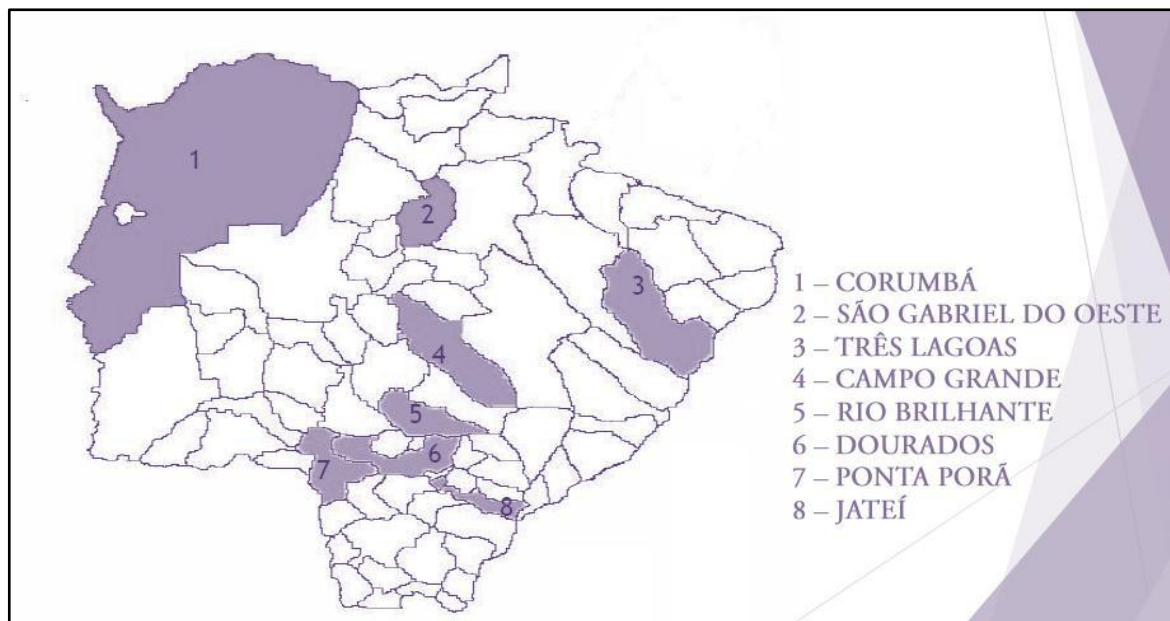


Fonte: INFOPEN Mulheres (2017, p. 18).

Mato Grosso do Sul (MS) que está localizado na região Centro-oeste do Brasil, faz fronteira com dois países, Bolívia e Paraguai. Nele existem oito presídios femininos, como mostra a Figura 8. É o Estado com maior taxa de prisões femininas do país, em números proporcionais<sup>8</sup> além de ser o único que não possui unidades mistas. Também é a Unidade da Federação, que possui, proporcionalmente, o maior número de presídios femininos no País (AGEPEN/MS, 2016).

<sup>8</sup> A taxa de aprisionamento indica o número de pessoas presas para cada cem mil habitantes. A estimativa do IBGE (2010) é que o MS tenha 1.229.096 (51%) de pessoas do sexo feminino. O percentual de mulheres em privação de liberdade no Estado é de 8,81%, acima da média nacional que é de 6,4%.

**Figura 8 – Cidades com Estabelecimentos Penais Femininos em Mato Grosso do Sul**



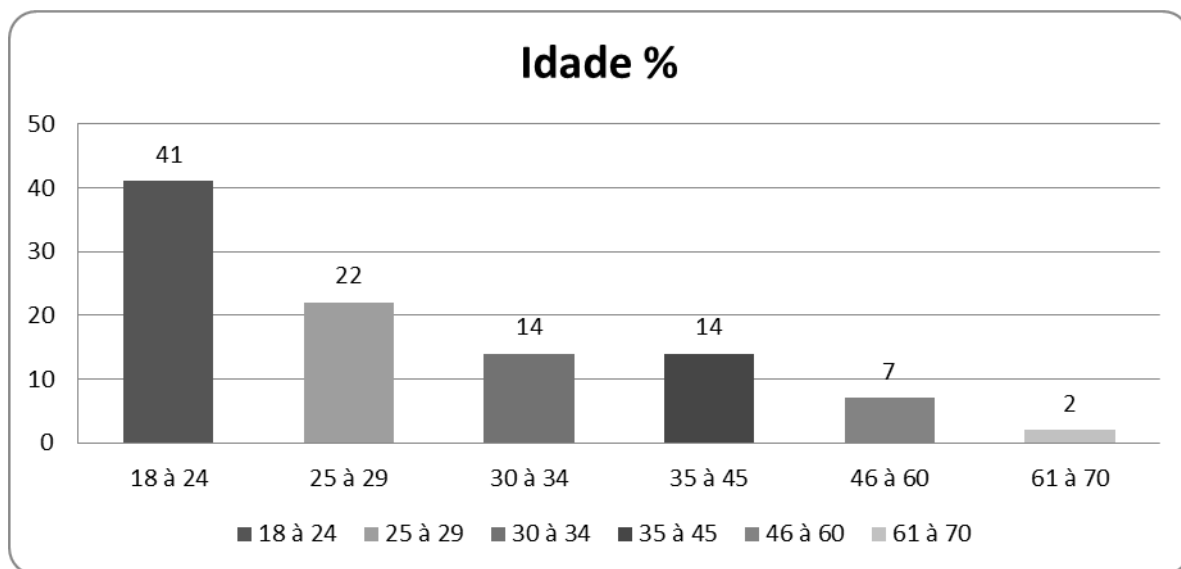
Fonte: AGEPEN/MS (2016, p. 9).

No que se refere ao perfil da população prisional feminina, o que se observa é que 50% são mulheres jovens, entre 18 e 29 anos, sendo que 66%, no máximo, concluiu o ensino fundamental, 62% declaram-se solteiras, 74% têm filhos e 62 % são negras<sup>9</sup>. Cerca de 65% foram presas por envolvimento em atividades relacionadas ao tráfico de drogas (BRASÍLIA, 2017).

No Estabelecimento Penal Feminino de Ponta Porã – MS, lócus da presente pesquisa, observa-se que cerca de 40% têm entre 18 e 24 anos, mais da metade apresenta baixa escolaridade (Ensino Fundamental incompleto) e, aproximadamente, 60% declara-se solteira. Quase 90% delas respondem por crimes que envolvem tráfico de drogas, acima novamente da porcentagem nacional.

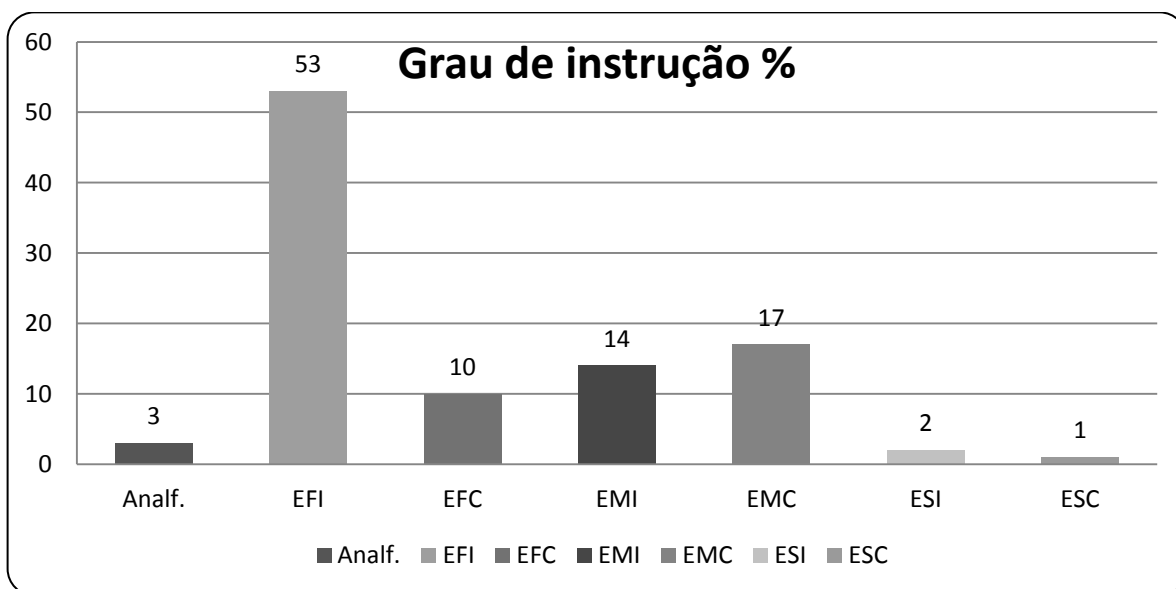
<sup>9</sup> A informação sobre raça, cor ou etnia da população prisional feminina estava disponível para 29.584 mulheres (ou 72%).

**Gráfico 4 – Faixa etária das presidiárias do Estabelecimento Penal Feminino de Ponta Porã – MS**



Fonte: A autora (AGEPEN, Janeiro a Junho/2016).

**Gráfico 5 – Escolaridade das presidiárias do Estabelecimento Penal Feminino de Ponta Porã - MS**



Fonte: A autora (AGEPEN, Janeiro à Junho/2016).

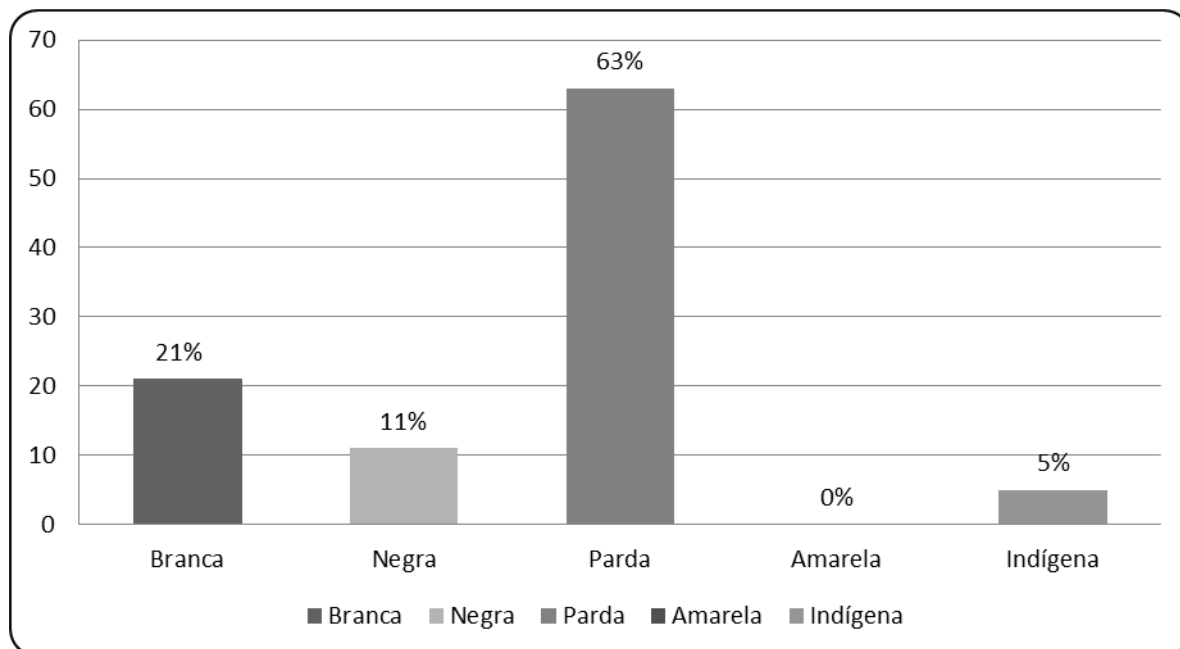
O que se percebe com os gráficos até aqui expostos é que, tanto em nível local como nacional, os números são similares em relação aos dados relacionados à idade, escolaridade e tipo de crime. Em relação a este último dado, pode-se afirmar, a partir das histórias de vida,

que a maioria delas ocupa uma posição de coadjuvante no crime, realizando serviços de transporte de drogas e pequeno comércio, muitas são usuárias e poucas delas exercem atividades de gerência do tráfico.

Os dados apresentados abrangem diferentes aspectos: desde a natureza da prisão, tipo de regime, raça/cor/etnia da mulher privada de liberdade, estado civil, escolaridade, razão de sua prisão. Esse conjunto de dados reflete dimensões bastante distintas, que permitem o cruzamento entre si e a elaboração de diagnósticos sobre as eventuais falhas do sistema de justiça criminal e também de políticas públicas, que poderiam ser traduzidas em maiores oportunidades sociais a perfis específicos de mulheres.

Embora a questão racial, nesta pesquisa, não tenha aparecido como um elemento ressaltante, como o é em diversos outros estudos, acredito pertinente mencionar Angela Davis (2016). Segundo ela, o encarceramento em massa da população negra é utilizado como um mecanismo de controle e dominação social. Neste sentido, segue abaixo, no Gráfico 6, a relação de porcentagens sobre etnia das internas do Estabelecimento Penal em estudo.

**Gráfico 6 – Etnia das presidiárias do Estabelecimento Penal Feminino de Ponta Porã – MS**



Fonte: A autora (AGEPEN, Janeiro a Junho/2016).

Destacar como etnia, escolaridade e idade se entrecruzam, mostra a maneira como as opressões se combinam nestas categorias, que aparecem tanto em nível nacional como local.

Além disso, abre a brecha para questionar a ideia de que a mera adesão a uma lógica punitivista possa trazer soluções efetivas para o combate à violência.

Ao pensar sobre a eficácia do encarceramento, busca-se uma ideologia direcionada a construir mais prisões e encarcerar um número cada vez maior de pessoas, para que, assim, mantenham-se as sociedades livres da criminalidade. Porém, na realidade, o aumento da população carcerária, obviamente, não faz das comunidades lugares mais seguros, apenas faz com que as populações carcerárias fiquem cada vez maiores (DAVIS, 2018).

Sob a mesma ótica, Juliana Borges (2018) explicita o seguinte:

Se, primeiro, o genocídio que acometia as mulheres negras passava mais por outros âmbitos do sistema como negação de acesso à saúde, saneamento, políticas de autonomia dos direitos sexuais e reprodutivos, a violência sexual e doméstica, super exploração do trabalho, notadamente o doméstico, estas violências vão, também, se sofisticando e tomando contornos cada vez mais complexos, modificando-se do controle para o extermínio neopolítico (BORGES, 2018, p. 22).

Corroborando com a autora norte-americana mencionada, Baratta (apud CAMPOS, 1999) alega que a justiça penal brasileira, tanto no que tange à criminalização primária quanto à secundária, apresenta, em sua estrutura, um caráter altamente seletivo. Ou seja, por vezes as condições dos processos de criminalização acabam dirigindo-se a determinados crimes, fornecendo vantagens e desvantagens que dependem de certas condições sociais. Estas, por sua vez, estão ligadas a variáveis que envolvem relações de dominação e exploração, de desigual repartição dos recursos, bem como desigual divisão de riscos frente ao processo de criminalização; portanto, envolvem relações de poder.

Ainda conforme o autor citado, as relações que se estabelecem no sistema penal são complexas e, de certa maneira, refletem a realidade social, já que envolvem variáveis como gênero, etnia, posições sociais (ricos/pobres), instrução, etc.

A este respeito, Butler (2010) afirma que:

El ser de la vida está constituido por unos medios selectivos, por lo que no podemos referirnos a este «ser» fuera de las operaciones del poder, sino que debemos hacer más precisos los mecanismos específicos del poder a través de los cuales se produce la vida (BUTLER, 2010, p. 14).

Neste sentido cabe refletir se as mulheres detidas pelo crime de tráfico de drogas estariam mais expostas ao aprisionamento do que o sexo masculino, por ocuparem lugares, no complexo emaranhado das relações de poder, mais vulneráveis ao risco de detenção?

Para alguns autores, estudiosos sobre o assunto, a chamada “Guerra contra as Drogas”, remete muito mais a uma tática de controle social e perseguição seletiva do que



estratégia de punição ou mesmo de ressocialização (BORGES, 2018; DAVIS, 2018, 2016; CARNEIRO In LABATE et al, 2008).

Sobre este prisma, Beccaria afirma que as vantagens da sociedade são desigualmente repartidas, o que contribui para que haja uma acumulação de poder e privilégios para poucos e miséria e fraqueza para muitos. (BECCARIA, 2015, p. 19). Ou seja, o “ser” ao qual se referia Butler (2010), citada anteriormente, é ontologicamente um corpo sempre capturado por normas, organizações políticas e sociais, o que historicamente tem maximizado a precariedade para alguns e minimizado para outros.

Por isso, ao refletir sobre as condições mencionadas, caberia supor, em relação ao encarceramento em massa, que este fenômeno vai além do controle das substâncias denominadas *drogas*. Mas se prefigura muito mais como um discurso que se constrói em torno do conceito, pois permite incluir, no mesmo discurso, não apenas as características das substâncias, como também as dos próprios indivíduos — consumidor ou traficante — que se converterão, no discurso, na expressão concreta e tangível do terror (OLMO, 1990, p. 22).

Ou seja, a mesma lei que visa “proteger” é a que “desproteje” certos grupos de indivíduos, pois acaba sendo seletiva em seu cumprimento, auxilia a promover formas de controle sociais e oculta as verdadeiras raízes dos conflitos e problemas existentes nas sociedades.

Em relação ao cultivo, produção, comercialização e consumo de substâncias consideradas ilegais, poder-se-ia considerar que, aproximadamente a partir do final do século XIX e princípios do século XX, um conjunto de normas foram construídas, almejando seu controle e erradicação através de uma fórmula comum: o proibicionismo. A partir desta política foi-se estabelecendo o controle e regulamentação de substâncias, consolidando a autoridade jurídica, mas também a médica. Com a criação de leis, paradoxalmente, criou-se um novo crime: o do tráfico e consumo de drogas. Entretanto, curiosamente, este tipo de crime foi sendo conectado a populações urbanas em crescimento conformadas por negros, imigrantes e migrantes rurais, prostitutas, operários, dentre outros (RODRIGUES in LABATE et al, 2008).

No Brasil, em 2006 entrou em vigor uma nova lei – Lei 11.343/06. No entanto, de acordo com Karam (In LABATE et al, 2008), de nova só teria a data, pois segue as mesmas diretrizes proibicionistas contidas nas leis anteriores – Lei 6.368/76 e Lei 10.409/02.

Para Michel Foucault o que existe são discursos construídos socialmente ao longo da história sobre o crime, o criminoso, a vítima, a criminalidade, bem como sobre processos de

criminalização e violências institucionais produzidas pelo sistema penal, que visam o controle dos corpos para que sejam produtivos no trabalho e dóceis no trato (FOUCAULT, 2014).

Butler (2018) reflete a esse respeito a partir das condições que tornam uma vida digna de ser vivida e aquelas que são dispensáveis. Verdades que são construídas por discursos jurídicos e biomédicos que visam, o tempo todo, controlar corpos.

Outra questão atrelada aos fatores mencionados, refere-se ao cotidiano da sociedade atual, mediado pelas relações de consumo e estimulados pela mídia e pela cultura de massa, que impõem esse padrão como forma de reconhecimento social (RODRIGUES In PREUSSLER e RABEL, 2016).

Sobre este aspecto, trago uma breve citação, a modo de introduzir o assunto, que será abordado posteriormente nas histórias de vidas das mulheres:

De tal sorte, a forma como os signos – dinheiro e bens de consumo – são internalizados pelos indivíduos dependerá dos acessos ao capital cultural e econômico, fazendo com que sejam reproduzidos diferentes estilos de vida. Ressalta-se que estes diferentes estilos relacionar-se-ão com as metas culturais legitimadas pela sociedade capitalista burguesa. No entanto, sua representação e reconhecimento no mundo da vida vão depender do nível de aproximação e distanciamento a esses padrões, de acordo com a classe social a que pertencem os indivíduos que lhes adotam (RODRIGUES In PREUSSLER e RABEL, 2016, p. 76).

Sendo assim, as discussões sobre as relações entre gênero, criminalidade e poder, a partir das histórias de vidas das mulheres encarceradas, carregam consigo o emaranhado social existente e que deve ser olhado e analisado para além de seus objetivos aparentes. Estas histórias mostram lutas e reivindicações históricas e políticas, que atravessam suas trajetórias.

## **2.2 Gênero: mais que um conceito, vivências de lutas**

Pensar gênero é uma tarefa complexa, que se manifesta pelo fato de envolver um histórico próprio de uma área que se constituiu em uma trajetória bastante profícua ao longo de algumas décadas, disposta em diversas fases, ou “ondas” promovidas pelos movimentos feministas. Mas também é complexa por estar ligada à desconstrução de concepções arraigadas em nós mesmas: mulheres e pesquisadoras.

Todo conceito carrega consigo sua historicidade. Os significados dos termos geralmente vão mudando com o tempo, com a dinâmica social. Não seria diferente ao se tratar

do termo gênero. Por isso, acredito ser importante trazer brevemente a trajetória deste conceito.

Resumidamente, poder-se-ia dizer que a primeira onda se caracterizou pelo ataque às diferenças discriminatórias entre homens e mulheres, principalmente envolvendo aspectos relacionados aos direitos políticos – ao sufrágio, ao trabalho, à propriedade e à herança. A segunda onda, por sua vez, estaria centrada nas questões privadas e no corpo da mulher - violência e prazer - e contra o patriarcado<sup>10</sup>, com foco, portanto, nas diferenças relevantes entre os sexos: o privado é político, era um dos lemas desta onda. Já a terceira onda reivindica não mais a diferença entre homens e mulheres, mas as diferenças entre as próprias mulheres, ou seja, trata-se de reivindicar a diferença dentro da diferença: tais como raça, classe, localidade e religião (BEDIN, CITTADINO e ARAÚJO, 2015).

Entretanto, historicamente, o termo gênero passou a ser mais amplamente utilizado a partir dos movimentos feministas (décadas de 1960 e 1970), que pretendiam desmontar o processo de naturalização das desigualdades sociais, apoiadas nas diferenças biológicas. Piscitelli (2009) aponta que as feministas, ao utilizarem o termo, queriam evidenciar o caráter cultural existente nas distinções entre homens e mulheres, contestando o fato de que, ao se pertencer a determinado sexo (feminino ou masculino) se justificaria a discriminação feminina e a diferenciação de espaços sociais entre os sexos, além da distribuição desigual de poder. Estas relações posicionam mulheres e homens distintamente na sociedade, exercendo seus mecanismos de poder de maneiras muito sutis e difusas, mas nem por isso menos violentas. (BIROLI, 2013).

Nesta perspectiva, pode-se dizer que existe uma construção social e histórica ao se abordar a categoria gênero, que, necessariamente, vai além das diferenças biológicas, redimensiona o processo de construção social e envolve tanto a representação de papéis socialmente impostos, como uma gama de discursos hegemônicos subjacentes (BUTLER, 2013; BOURDIEU, 2002; SCOTT, 1989). Como diria Simone de Beauvoir (2016): “Não se nasce mulher, torna-se mulher”.

Contudo, embora o conceito de gênero envolva as relações de poder, não se pode apenas trabalhar com as concepções binárias de subordinação e dominação ou opressores e oprimidos. O poder opera através de estruturas múltiplas e fluidas, que posicionam as mulheres em lugares diferentes, em momentos históricos particulares. Ao mesmo tempo, estas relações de poder possibilitam reações diferentes para pessoas posicionadas em lugares e

---

<sup>10</sup>Entendido como o poder dos homens na subordinação das mulheres.

momentos distintos. Como exemplo, mulheres brancas da Europa reagem de maneiras diferentes a determinada situação de opressão do que mulheres negras e indígenas da América Latina.

Nesta perspectiva caberia refletir em qual momento histórico estamos em relação às questões de gênero, criminalidade e poder? Como estão sendo articulados estes descontínuos espaços?

Já que nenhum conceito pode ser compreendido isoladamente, mas, necessariamente, responde a uma dinâmica onde se entrelaçam redes complexas, instáveis e móveis, trago a este respeito a citação de Rago (2004) que diz:

[...] vale notar que, hoje, não apenas as mais jovens entram de outro modo no mercado de trabalho e no mundo público e social, isto é, com muito mais autonomia do que as mulheres experimentaram nessa idade em décadas anteriores, como também se encontram em condições de estabelecer relações de gênero bastante relaxadas e bem menos hierarquizadas, se compararmos novamente com aquelas vivenciadas pelas que tinham vinte anos, na década de 1960(RAGO, 2004, p. 281)

Como referido por Rago (2004), as mudanças sociais, dentre elas os próprios movimentos de emancipação feminina, tiveram impacto nas gerações seguintes e em como as mulheres vivenciavam suas relações nos diversos âmbitos de suas vidas.

Neste sentido, Rubin (2017, p. 10) refere que é preciso observar que “Uma mulher é uma mulher. Ela só se transforma em mulher do lar, em esposa, em escrava, em coelhinha da Playboy, em prostituta, em um ditafone humano dentro de determinadas relações”.

Nesta perspectiva cabe trazer, ainda, para a discussão sobre as relações de gênero, evidências a respeito de que:

Uma das funções mais tradicionais das mulheres, ao longo da vida, é a de serem as principais cuidadoras da família. Isso tem se mantido ao longo das gerações, com poucas e termitentes modificações. Embora as mulheres trabalhem fora, muitas vezes tantas horas quanto os homens, na família e na sociedade a responsabilidade pelos outros continua sendo atribuída a elas. Elas próprias costumam se atribuir essa função como sua primeira e principal responsabilidade (STREY et al, 2012, p.12).

Apesar desta afirmação parecer mostrar, *a priori*, como as desigualdades podem ser sustentadas, ao longo do tempo, por ações cotidianas consideradas normais, existem predisposições biológicas que podem ser mantidas, neutralizadas ou até aumentadas por normas sócias. Como a própria Strey (et al, 2012) alega:

O desenvolvimento de potencialidade e interesses se dá por meio de um processo de socialização que, por sua vez, se baseia em crenças associadas à diferenciação sexual das pessoas e determina as oportunidades de

aprendizagem e os marcos de compreensão da experiência proporcionada (STREY, 2012, p. 10).

A esse respeito podemos pensar sobre as mulheres na prisão, a partir de Butler (2018) e dos enquadramentos que permitiram a essas mulheres se envolverem no tráfico de drogas e na guerra de combate a esse tráfico. Por *enquadramento*, este autor entende as condições sociais que emolduram as vidas e, ao mesmo tempo, os olhares, visões, leituras, que significam as condições objetivas (BUTLER, 2018, p. 23).

Ao trazer a biografia das mulheres encarceradas espero mostrar tanto uma realidade social como também individual (ROSENTHAL, 2017). Entende-se que estas histórias de vida trazem consigo a relação dialética entre indivíduo e sociedade, micro e macro, subjetivo e objetivo, interno e externo, cujo dualismo é, por vezes, difícil de superar. Entretanto, é justamente a partir do reconhecimento das vivências e experiências biográficas, que este trabalho pretendeu fornecer uma via de acesso ao complexo processo de interiorização do mundo social.

O feminismo tem uma dimensão política profundamente crítica e libertadora, que não pode ser negligenciada, afinal foram e têm sido imensas as suas contribuições, especialmente ao questionar as formas e as práticas masculinas de um mundo que, misógino, é opressivo para as mulheres e ao mostrar como a ciência fundamentou essas concepções, com seus conceitos sedentários, mascarando sua realidade de gênero (RAGO, 2004, p. 292).

Neste sentido, o estudo pretende colocar novas questões referenciadas no contexto fronteiro, que passam pela economia do tráfico, a partir das mulheres que circulam por essa fronteira e nos enquadramentos de suas vidas, vivências, trajetórias e motivações, considerando as condições anteriores e as leituras que se fazem delas, no momento em que se encontram no presídio.

### III A TRAJETÓRIA DE VIDA DAS MULHERES ENCARCERADAS: ENCONTROS E DESENCONTROS...

*Quando o “eu” busca fazer um relato de “si mesmo”,  
pode começar consigo, mas descobrirá que esse “si mesmo”  
já está implicado numa temporalidade social que  
excede suas próprias capacidades de narração.*

**Judith Butler (2015, p. 11).**

Após aproximadamente dois meses de convivência no presídio, compreendi que seria importante realizar conversas mais direcionadas com as internas. Informei este interesse à diretora do presídio, que ofereceu uma sala reservada, entre o *Corró* (a sala de descanso das Agentes) e a parte posterior ao local de vigilância. Nesta sala se encontravam dispostas uma mesa e duas cadeiras. Informaram-me que esta sala era utilizada, geralmente, para conversas de cunho assistencial com as internas, por parte de seus advogados, assistente social, psicólogos, etc.

Já havia transcorrido algumas semanas que eu frequentava o estabelecimento, fato que conferia certa familiaridade à minha presença, tanto em relação às agentes penitenciárias, como às internas. Eu mesma, naquele momento, já me sentia mais à vontade para a realização das entrevistas. Foi o primeiro contato mais próximo delas.

Naquele momento, escutar suas histórias de vida possibilitou-me uma primeira aproximação da realidade vivida por elas. Suas experiências de alegrias e desejos, embora vinculadas a angústias, medos, tristezas e revoltas, fizeram-se mais presentes em seus relatos. Ao falarem, além de me ajudar a visualizar suas trajetórias, permitiu a elas mesmas resgatar, relembrar e, talvez, ressignificar aspectos que o diálogo, através do encontro com o outro, auxilia a elaborar. Pois, para além dos enquadramentos que direcionam a leitura do mundo sobre as mulheres, elas próprias também fazem leituras de si (BUTLER, 2015).

Ao relatar suas histórias de vidas, estas mulheres, protagonistas desta pesquisa, gentilmente e principalmente, com muita coragem, mostram como cada vida se coloca em posição relacional com o mundo. Ressalto, acima de tudo, a coragem, pois, como psicóloga, sei que não é fácil entrar em contato com situações dolorosas, pois, por mais que elas tenham ocorrido no passado, ao serem relatadas, as emoções atualizam-se e fazem-se presentes, muitas vezes com intensidade igual ao momento em que foram vivenciadas.

Pensar em um nome para cada uma, a fim de preservar suas identidades, não foi uma tarefa fácil. Inicialmente tinha pensado em nomes de pássaros, resgatando a questão ontológica de liberdade, pois, de certa maneira, as via como pássaros engaiolados. Esta ideia

ocorreu-me logo após ler a tese da historiadora Cláudia Delboni (2017), que, em seu estudo sobre a história de mulheres de um assentamento, deu-lhes nomes de flores, em seu trabalho. Porém, ao comentar a uma das mulheres do estudo, ela achou a ideia engraçada e sugeriu-me, em vez de pássaros, nomes de estrelas.

Inicialmente achei a ideia interessante, pois o universo é algo misterioso e fascinante. Como as estrelas, cada uma tem sua dinâmica e características próprias. Algumas, apesar de estarem muito longe de nosso sistema solar, pelo seu brilho e tamanho são igualmente visíveis. Mas também existem as que crescem sem limites explicáveis pelas leis dos astrônomos. Foi uma excelente sugestão, que infelizmente não consegui levar à prática de uma maneira apropriada. Pois ao estudar as estrelas, percebi que seus nomes eram apenas letras e números. Chamá-las pelos nomes de estrelas ficaria algo como: MAM 49, ACM 26 ou CIS 25, por exemplo, tomando algumas letras de seus nomes e sua idade.

Outro aspecto que me fez refletir refere-se ao fato de que, a cada dia, o ser (dito) humano investe mais tempo, conhecimento e esforços em conhecer novas galáxias, planetas e estrelas do universo. Busca encontrar soluções para questões sobre o infinito, os buracos negros, etc. No entanto existem tantas questões e tão cruciais ainda nem de perto resolvidas, como a violência, as desigualdades sociais, a preservação da natureza, etc., problemas da nossa casa “Planeta Terra”.

O que isto me sugere é exatamente o que percebemos sobre a dinâmica humana. Não queremos ver os nossos problemas, fugimos deles, pois vê-los envolve refletir sobre nossos próprios atos, responsabilizar-nos. Ou seja, é menos doloroso olhar para fora, para os problemas do universo lá fora, do que olhar para dentro, para os nossos problemas e questões a serem resolvidas.

Depois de algum tempo refletindo sobre, e posso citar vários motivos – pessoais, históricos, sociais, políticos, etc. – escolhi nomeá-las com nomes em língua Guarani. Acredito que, ao colocar os nomes das mulheres em Guarani, resgata nossas origens, como seres sociais e admite o lugar histórico que ocupamos. Escolhi nomes que representassem a força de elementos da natureza. Elementos que admiramos, mesmo que por motivos diferentes, mas que remetem ao entendimento holístico e do que nos é essencial como seres vivos.

A partir deste momento seguem-se as histórias de vidas de: Sypavë; Takua Poty; Yrasëma; Pykasu; Kuarahy; Panambi; Arandú; Mainumby; Ára.

### 3.1 Sypavë (primeira mulher)

Sypavë, na entrevista estava com 49 anos. Foi a primeira mulher que entrevistei. Escolhida pela própria diretora, a qual me disse que ela “tem muita história pra contar sobre sua vida”. De fato, pude perceber, logo no início de seu relato, que, realmente, tinha passado por diversas situações marcadas por dificuldades, como separações, violência e abandono, nos seus diversos sentidos, muitas vividas em sua própria família de origem, em épocas precoces de sua vida. Ela nasceu e se criou em São Paulo – SP. Desta maneira deu início ao seu relato:

Eu cresci numa família que é assim: Minha mãe não dava muito carinho, nunca deu, aliás. Eu era a mais velha dos três pequenos, era eu quem cuidava, ela trabalhava, meu pai trabalhava. Meu pai bebia e fumava, gastava todo o dinheiro na rua. Enquanto minha mãe trabalhava e nos trancava na casa. Ficávamos o dia inteiro trancadas. [...] às vezes, quando eu não fazia o que ela queria (referindo-se à mãe), ela batia muito, muito. A gente apanhava e feio! Tínhamos que tomar banho de salmoura. Quando eu tinha oito anos, minha mãe quebrou meu braço com uma vassoura [...] então aquilo lá eu guardo até hoje, eu tenho mágoa disso. (SYPAVË, 2016)

Como percebido, Sypavë inicia seu relato com situações de abandono paterno, ausência materna devido à necessidade de sair para trabalhar, além da mágoa que carrega até hoje da mãe devido à violência que sofreu.

Pode-se pensar, neste sentido, que o capitalismo e a urbanização trouxeram consigo um modelo de família mais economicamente rentável, o qual afeta a dinâmica dos relacionamentos e as formas de convívio e apoio entre seus integrantes (ACOSTA e VITALE, 2015).

Outra questão trazida por Sypavë refere-se à sua trajetória escolar. Conta que começou a estudar quando tinha sete anos. Repetiu o primeiro ano três vezes e frequentou a escola até o quinto ano. Comenta que tinha problema em um dos olhos, com o qual não enxerga direito até hoje; porém, sua principal lembrança é que brigava muito na escola: “Eu não queria ser boa, até hoje não quero, porque senão os outros vão judiar de mim”. Menciona que brigava incentivada por sua mãe, que lhe dizia para se defender, pois se chegasse chorando em casa apanharia. “Seus problemas você resolve na rua”, dizia-lhe sua mãe. Aos onze anos pulava o muro da escola para fumar “maconha”. Sobre sua experiência na escola, narra o seguinte:

[...] me tornei uma pessoa violenta. Com oito anos eu briguei com um menino na escola, quebrei o braço dele também, porque ele veio para me bater, eu era bem fortinha e a minha mãe falava que se eu levasse desaforo pra casa eu iria apanhar. Então eu tinha que bater pra não apanhar em casa [...] briguenta eu era, meu Deus do céu! Com 13 anos eu furei uma mulher de vinte e um, por que ela foi bater na minha irmã, e eu estava com um punhal. Dei três punhaladas no pescoço dela. Fui parar na delegacia.



Apanhei. Depois de seis dias minha mãe foi me buscar senão eu iria pra FEBEM. (SYPAVĚ, 2016)

Na história que Sypavě expõe acima, observa-se como a identificação e interiorização de papéis, normas e atitudes vividas no âmbito familiar foram se construindo, pois, logo após a mãe ter lhe quebrado o braço, ela teve a mesma atitude na escola. A norma interiorizada é a de “*não levar desaforo pra casa*”, frase proferida pela mãe de Sypavě. Pode-se dizer que a violência aparece como peça central em seus relatos. Aos treze anos foi estuprada por um amigo de sua amiga, enquanto brincava de esconde-esconde. Chora ao contar este episódio: “Ele tirou minha virgindade em pé!”. Sypavě não contou o fato para sua mãe por medo, pois acreditava que ela, ao invés de lhe apoiar, lhe espancaria, como sempre fazia: “Ela não sabe até hoje”, diz.

Logo após o ocorrido, parou de estudar porque se casou, com treze anos de idade, e o marido com dezenove. Ficou casada até os quinze anos e teve duas filhas com ele. A primeira foi cesárea. Conta que, com onze dias de pós-parto, ele a forçou a manter relações sexuais. Sypavě engravidou novamente: “Ele era uma pessoa violenta, me batia, usava cocaína, roubava, me furou com faca de cozinha, me dava cada coronhada com arma!”.

Apesar das dificuldades de delimitação conceitual, a concepção de violência, enquanto fenômeno, é considerada multifacetada, ou seja, assume formas e sentidos que variam de acordo com o momento histórico e cultural.

A este respeito, Saffioti (2004) refere que vítimas de abusos físicos, psicológicos, morais e/ou sexuais têm maior probabilidade de reproduzir, de maneira ativa, a violência sofrida de forma passiva, além de ser mais vulnerável a sofrer abusos contra sua integridade.

Quando sua segunda filha nasceu, Sypavě decidiu fugir dele; no entanto, ele a encontrou e a agrediu: “Fez da minha boca como uma flor, meus dois olhos roxos, tirou minha roupa, me deixou pelada na rua. Ele dizia que mulher sem vergonha deveria andar pelada na rua”. Ameaçou-a de morte, dizendo “Se você não for minha, não vai ser de mais ninguém”, fato que a fez voltar com ele durante uma semana. Nesse tempo viveu em sua casa trancada com cadeado: “Pior que minha mãe fazia comigo”. Sypavě, então, tentou suicídio, cortando os pulsos, por não aguentar mais aquela situação. Diante do fato, sua mãe aciona a polícia, que leva o genro preso, e só assim, Sypavě conseguiu ficar “livre dele”. Voltou a morar com sua mãe, levando suas duas filhas com ela.

Para ajudar no sustento da casa, com quinze anos Sypavě começou a trabalhar no período noturno, como recepcionista de um motel. Ganhava pouco. O pai de suas filhas, por

ter mais condições econômicas que ela, logo pediu a guarda das meninas e conseguiu. Porém, ele morreu após três anos. Suas duas filhas ficaram, então, sob cuidado da avó paterna.

Passados sete anos, com vinte e três anos, Sypavë voltou a se casar com outro homem, que também fazia uso de drogas e a agredia fisicamente. Com ele teve também dois filhos. Trabalhava de faxineira na época: “Eu levava um na barriga e outro no colo e ia a pé trabalhar. Era longe, eu ganhava pouco”. Comenta que se sentia melhor no trabalho que em casa. Separou-se dele porque o encontrou com outra mulher, em sua própria cama:

[...] depois disso eu não quis mais nada sério. Fiquei no mundão. Não queria mais morar com minha mãe. Aluguei uma casa sozinha, levei meus dois filhos mais novos comigo e continuei trabalhando, mais não aguentava. Então eu pedi pensão para meus filhos e voltei a morar com minha mãe. Tinha que entregar todo o dinheiro para ela, porque ela ficava cuidando dos meus filhos e também aguentar ela jogar na minha cara que quem tem filhos é solteira tem que ficar quieta. (SYPAVË, 2016)

Seu relacionamento com a mãe sempre foi conturbado. Sypavë, ao se referir à mãe, demonstra sentimentos de mágoa, por não se sentir apoiada por ela e por acreditar que sua mãe lhe tratava diferente do que que a seus outros dois irmãos. Sua irmã do meio tem dois filhos de pais diferentes e é solteira, não chegou a sair da casa de sua mãe, que lhe ajudou a cuidar dos filhos. Seu irmão mais novo também está preso atualmente: “Esse é o que deu mais trabalho pra minha mãe. Nunca trabalhou. Ela sempre passou a mão na cabeça dele”.

Dos quatro filhos de Sypavë – três meninas e um menino – apenas uma, a terceira foi criada com ela. Seu filho menor, que foi criado pela avó paterna, também está preso por envolvimento com tráfico de drogas: “Eu falava para ele não entrar na vida que eu estava, ele sabia que eu vendia droga. Eu vendia para me sustentar, para levar pra casa, eu pagava aluguel para minha mãe”. Quando sua terceira filha tinha onze anos, e Sypavë 27 anos, aproximadamente, foi presa pela primeira vez. Esta é sua oitava vez.

Ao serem presas, penso que as mulheres percebem a vida na prisão como uma vida possível. Lá também são cuidadas e estabelecem vínculos. É uma vida para além do confinamento. Por outro lado, quando saem da prisão voltam para os mesmos lugares de onde saíram, para as mesmas condições objetivas de existência.

Em relação ao presídio, ela se refere como o lugar onde voltou a estudar e concluiu o oitavo ano do Ensino Fundamental. Ali recebe medicamentos para seus vários problemas de saúde (coluna, rins, estômago). Conta-me que a chamam de “Maria das Dores” no estabelecimento penal.

A respeito das violências sofridas, muitas mulheres chegam até a morrer por seus agravos ao longo dos anos, tais como transtornos mentais e baixa imunidade, deixando-as expostas a várias doenças. São situações difíceis de mensurar, pois a violência pode se manifestar de diversas maneiras, da mais visível às mais sutis.

Sypavë finaliza a entrevista trazendo a preocupação com sua terceira filha, pois se casou muito nova e não quer que sofra como ela sofreu. Ou seja, teme pela repetição de sua história.

A partir do relato de Sypavë, trago o entendimento de Beauvoir (2016), a qual afirma que, na humanidade, as possibilidades individuais dependem da situação econômica e social, diferente do que se observa nos outros animais. Refere a mesma autora que, ao sairmos do campo da biologia e incluirmos outras dimensões, como a linguagem e o simbolismo, permite-nos transcender os determinantes biológicos, como explica a seguir:

Não é enquanto corpo, é enquanto corpos submetidos a tabus, a leis, que o sujeito toma consciência de si mesmo e se realiza: é em nome de certos valores que ele se valoriza. Os dados biológicos revestem o que o existente lhes confere. Se o respeito ou o medo que inspiram a mulher impedem o emprego de violência contra ela, a superioridade muscular do homem não é fonte de poder. Se os costumes exigem – como em certas tribos de índios – que as jovens escolham marido, ou se é o pai que decide os casamentos, a agressividade sexual do macho não lhe confere nenhuma iniciativa, nenhum privilégio. A ligação íntima da mãe com o filho será para ela fonte de dignidade ou de indignidade, segundo o valor, que é muito variável, concedido à criança; essa própria ligação, disseram-no, será reconhecida, ou não, segundo os preceitos sociais (BEAUVOIR, 2016, p. 65).

Desta maneira, e refletindo sobre as mulheres, em especial, a população feminina em estudo, caberia a seguinte afirmação: a desigualdade não deriva apenas do fato de se nascer biologicamente mulher, mas está correlacionada com ser mulher, pobre, negra e de pouca escolaridade. Não é apenas um atributo que define a trajetória da mulher, são as relações estabelecidas durante a sua vida e que dependem de outras categorias, sociais, econômicas, demográficas, étnicas, etc., como será percebido nas histórias que seguem.

### **3.2 Takua Poty (flor da takuara)<sup>11</sup>**

Takua Poty foi a segunda entrevistada. É uma jovem de 29 anos de Cassilândia - MS. Conta que sua infância foi tranquila, com pai, mãe e um irmão menor, embora tivesse mais

---

<sup>11</sup> Escolhi este nome para ela visto que a planta de takuara floresce a cada 30 anos, então ela estava próxima de florescer.

três irmãos mais velhos apenas por parte de mãe: “Não tenho nada do que reclamar, meus pais eles fizeram tudo. Não tinha droga em casa, agressão essas coisas, álcool nem nada sabe... nada! Era super tranquilo”. Da época da infância, Takua Poty dá um salto temporal em seu relato e passa para a fase de adolescência: “Daí eu fui crescendo e na escola mesmo comecei a fumar maconha com amigos”. Estudou até a primeira série do ensino médio. Parou de estudar porque ficou grávida aos dezesseis anos, de um homem mais velho (neste momento começa a falar com um tom de voz mais baixo e mais pausado). Quando seu filho tinha cinco meses, sua mãe faleceu:

Depois que ela faleceu virou uma bagunça. Meu pai já arrumou outra mulher em seguida [...] não deu apoio para mim nem para o meu irmão e fomos morar sozinhos, eu com dezesseis ele com quatorze anos. Desde aí foi um tumulto. Meu irmão que até então era tranquilo, começou também a fazer coisa errada, se envolveu com homem mais velho, começou a roubar [...] foi complicado. Como minha mãe faleceu quando a gente era adolescente, foi uma coisa que mexeu muito sabe. Talvez se meu pai tivesse dado apoio... Mas não! Ele só se preocupou com a vida dele, em arrumar logo uma mulher para ele e meio que abandonou agente. Nós ficamos muito sozinhos. Cada um tomou se rumo. (TAKUA POTY, 2016)

O sentimento de abandono e a falta de apoio após a morte da mãe são ressaltados em seu discurso. Entretanto, o falecimento de sua mãe não foi a única perda que Takua Poty enfrentou naquele ano: o pai de seu filho também morreu assassinado alguns meses depois. Seu irmão voltou a morar com o pai e ela, então, decidiu seguir sua vida, indo embora para outra cidade. Depois de três anos, engravidou novamente, em uma festa, segundo comenta. Voltou à casa de seu pai para ter o bebê, uma menina. Logo em seguida, engravidou novamente e, desta vez, resolveu ir morar com o rapaz. Foi quando descobriu que ele era usuário de drogas: “Esse cara me fez mal demais, ele me batia muito, mas eu aguentava porque eu queria uma família. Eu pensava, ele vai mudar... E eu tenho que criar esses meninos!”. Takua Poty tinha vinte anos, na época.

Ao que parece, certos eventos como o casamento e o nascimento do primeiro filho têm impacto maior na vida das mulheres, além de influenciar a maneira como elas mesmas passam a interpretar suas próprias vidas (STREY et al, 2012).

Após perceber que este homem não mudaria, separou-se dele. Deixou seus dois filhos maiores com seu pai e a mulher dele e foi morar sozinha com o filho menor, em outra cidade. Nesta cidade começou a se envolver com “um pessoal”, pois precisava de dinheiro. Foi quando “caiu presa” pela primeira vez. Ficou detida menos de cinco meses, período em

que seu pai buscou também seu terceiro filho para cuidar. Ficaram aos seus cuidados, desde então, seus três netos, filhos de Takua Poty.

Após sair da cadeia, como já não tinha responsabilidade com as crianças, segundo ela, foi morar sozinha. Procurou emprego e não achou. Na época foi morar com outro rapaz, com quem ficou quase três anos: “Também não deu certo. Daí eu voltei para cidade onde estão meus filhos”. Nesta cidade, envolveu-se com um rapaz mais novo que ela:

[...] Comecei a namorar com ele. A gente tentou também, larga e volta. Daí eu tinha uma amiga, que fazia umas viagens pra cá (referindo-se a fronteira), me disse que era fácil e tal... Daí eu vim com ela e vi que era fácil. Daí ela foi presa. Então chegaram a mim, e me pediram para eu vir, por que eu já conhecia. Foi meio forçado, eles falavam que eu tinha que vir e eu acabei vindo. E esse rapaz que eu namorava me acompanhou, ele quis vir junto. Mas eu falei pra ele o que eu iria fazer. Ele estava ciente de tudo, mesmo assim quis vir. Daí a gente foi preso. (TAKUA POTY, 2016)

O relato de Takua Poty mostra a inserção das mulheres no mercado de trabalho, algo que vem acontecendo quantitativamente desde algumas décadas. Entretanto, é a inserção qualitativa a que remete aos indicadores de ocupação e distribuição por setores de atividades. Neste sentido, existe uma dicotomia que apresenta, de um lado, empregos considerados como tipicamente masculinos geralmente vinculados à produção, e do outro, aqueles concebidos como tipicamente femininos, vinculados aos serviços e à comercialização (PNUD, 2016). Mas em relação ao tráfico de drogas, as mulheres estão, em sua grande maioria, vinculadas ao transporte da droga.

Esta é a segunda vez que Takua Poty está em situação de detenção. Comenta que começou a se envolver com o tráfico por não se contentar com o que tinha: “queria mais e rápido, daí acabei fazendo...”.

A este respeito, cabe mencionar que, além de garantir a sobrevivência e satisfação de necessidades, que, no mundo capitalista em que vivemos, cada dia são maiores, as instituições econômicas oferecem possibilidades socioeconômicas de ascensão de classe social. Contudo, nem sempre essas possibilidades são garantidas a todos os indivíduos. Takua Poty, por exemplo, via no tráfico uma possibilidade de ganhar dinheiro, que outra atividade não lhe oferecia.

Neste sentido, conforme Acosta e Vitale (2015), o Estado tem importante participação por meio de políticas públicas, na diminuição das desigualdades sociais, garantindo e promovendo o bem estar de todos, incluindo a renda.

Já finalizando a entrevista, após ter desligado o gravador, Takua Poty conta que, da segunda vez que caiu presa, eles sequestraram um de seus filhos e pediram resgate no valor da droga que estava trazendo. Isto a assustou muito, pois colocou em risco a vida de seu filho. Comenta que este fato a fez decidir não se envolver mais com o tráfico.

Retomando novamente a questão da violência: embora esta não seja exclusividade das relações que se estabelecem nas organizações criminosas, nelas a violência parece ser encarada como uma estratégia, ou mesmo como um código, uma linguagem.

### **3.3 Yrasëma (murmúrio das águas)<sup>12</sup>**

Yrasëma, 20 anos, foi a terceira mulher com quem conversei. Esta foi a entrevista mais rápida feita com as cinco mulheres que participaram no primeiro momento da pesquisa de campo. Embora ela seja a mais jovem, sua trajetória de vida está marcada por situações semelhantes às das outras mulheres detentas. Ela estava trabalhando na cantina do presídio naquele momento. Ao lhe perguntar sobre como foi sua infância, fala que viveu uma infância “meio frustrada”, descrevendo-a da seguinte maneira:

Eu morei assim, a minha infância com a minha mãe, com meu pai e com meu irmão (cinco anos mais novo). Meu pai batia muito na minha mãe. Chegou uma vez até jogar fogo na minha casa. Era terrível! Aí depois dos meus dez anos, minha mãe largou do meu pai, daí eu fui morar só com a minha mãe. Ela começou a trabalhar daí foi melhorando (YRASËMA, 2016).

A violência que se faz presente e fica registrada na memória das mulheres que a tenham vivenciado, aparecem no discurso de maneira ressaltante. Já as lembranças boas ficam esmaecidas. Yrasëma continua seu relato, dizendo que morou com sua mãe até os quatorze anos, quando se casou com um rapaz de vinte e seis anos. Consequentemente, deixou de estudar também, parando no quinto ano do Ensino Fundamental. “Nunca trabalhei, meu marido não aceitava eu trabalhar, sabe... Vim trabalhar aqui (presídio). [...] trabalho na cantina, mexo com vendas, bem gostoso, distrai um pouco a mente”, relata. Este marido não a deixava estudar, trabalhar ou frequentar outro tipo de atividade: “Ele foi um bom homem comigo dentro de casa, o único ruim era ter que ficar dependendo dele, era meio chato”.

---

<sup>12</sup> Optei por este elemento, pois, apesar de ter sido a entrevista de menor duração, seus murmúrios conseguiram dimensionar as profundezas das relações entre gênero e poder.

Gênero, como mostra Yrasëma em seu relato, se refere ao conjunto de relações, atributos, papéis, crenças e comportamentos aprendidos socialmente que definem o que significa ser homem ou ser mulher. Na maioria das sociedades, as relações de gênero são desiguais. Estes desequilíbrios são observados, principalmente, nas práticas sociais dentro das instituições familiares, escolares, mas também no mercado de trabalho e seus desdobramentos.

Yrasëma comenta, também, que, antes de se casar, gostava de ir à escola e de frequentar as atividades religiosas junto com sua avó. Ficou casada durante cinco anos. Separou-se deste rapaz, pois ele foi preso por tráfico. Depois de alguns meses, Yrasëma conheceu outro rapaz, através de um grupo de “whatsapp”. Por conta deste último, que ela se envolveu no tráfico e caiu presa.

O que fica cada vez mais evidente em cada um dos relatos é que se faz necessário superar o entendimento meramente individual sobre as causas ou motivos que levam a “desvio”. É preciso construir críticas socio-históricas sobre a dimensão mencionada e, principalmente, sobre os sistemas repressivos e a política criminal. Ou seja, os “atos criminais” não podem ser entendidos apenas como uma decisão pessoal, mas tem causas que estão além deste aspecto e fortemente atreladas a fatos sociais e às relações de gênero.

### **3.4 Pykasu (pomba)<sup>13</sup>**

Pykasu tinha 26 anos e começou seu relato da seguinte maneira:

Na minha infância eu morava com minha mãe e meus irmãos. Eu tinha sete irmãos (cinco pais diferentes), agora eu tenho seis. Eu sou a última. A gente morava na mesma casa só com a mãe. [...] o meu pai mesmo eu nunca tive contato com ele. Não conheço. [...] Nossa vida foi difícil, passamos muita fome quando éramos criança, muita fome mesmo. Minhas irmãs cuidavam de nós, a mais velha. [...] Não tínhamos outros parentes, porque minha mãe nasceu de uma mãe, mais daí ela foi doada, pra outra mãe e a outra mãe já era bem mais velha já, daí ela perdeu cedo também a mãe. (PYKASU, 2016)

O relato de Pykasu também vai ao encontro do que referem Acosta e Vitale (2015) que, se em todas as sociedades a família tem um alto valor social, nas camadas mais pobres ela adquire uma importância fundamental na vida do indivíduo, pois, muitas vezes, representa a única rede de apoio frente ao desamparo social. Os vínculos familiares asseguram ao indivíduo a segurança de pertencimento social.

---

<sup>13</sup> Pykasu traz em seus relatos importantes “mensagens” em relação às questões de gênero e trabalho.

Por outro lado, há uma leitura de quais famílias têm a prerrogativa da reprodução da vida em condições de dignidade, as quais são passíveis de serem destruídas.

Na escola eu ia estudar e pronto, não conversava muito com os professores [...] reprovei muitas vezes a 5º série, eu faltava muito, fugia de casa, era muita briga. [...] parei de estudar porque engravidei da minha menina. (PYKASU, 2016)

A violência, presente na maioria dos relatos apresentados, por ser um fenômeno complexo e não unívoco, nem sempre apresenta contornos claros e definidos, o que torna muitas vezes difícil de ser percebida (SOUZA, MARTINS e ARAÚJO, 2011). Ainda que seja um fenômeno reconhecidamente presente na vida de milhões de brasileiras, não existem estatísticas sistemáticas e oficiais que apontem para a magnitude desse fenômeno.

Porém devemos abrir os olhos não apenas para as violências na esfera privada, mas as múltiplas violências sofridas e, por vezes, não percebidas, na esfera pública, dentre elas o desemprego.

Eu não trabalhei muito, era mais os “*corre*” (*tráfico*) mesmo que eu fazia. [...] acho que com uns 13, 14 anos comecei [...] bem antes de engravidar [...] eu recebi a proposta e fui. [...] Fora isso trabalhei em restaurante, lanchonete, trabalhei também, mais trabalhei pouco. Acho que eu não fiquei nem um ano em cada serviço meu que eu trabalhei. [...] eu não ia porque tinha que pagar pra alguém ficar com minhas crianças (quatro filhos de pais diferentes, nenhum deles ajudava), minha mãe não aguentava ficar com eles. [...] daí geralmente eu saía por causa deles. [...] o que eu ganhava dava para a gente se virar [...] Talvez eu estivesse até hoje naquele restaurante se não fosse isso (dificuldade em deixar os filhos), eu gostava de lá. (PYKASU, 2016)

Novamente, pode-se perceber, no relato de Pykasu, que o fenômeno da “criminalidade” envolve responsabilidade do Estado. Com isto, para além da mera utilização do encarceramento como pena, é fundamental que o Estado proponha e ofereça políticas públicas mais complexas, que dialoguem com as necessidades sociais.

Pykasu mostra como as relações de gênero influenciaram suas escolhas – quatro filhos de pais diferentes e sem ajuda de nenhum deles.

Diante disso, percebe-se que a dinâmica atual é duplamente excludente, já que, ao deixar o indivíduo, neste caso as mulheres, lidarem com sua exclusão na busca do bem-estar, acaba aumentando o controle penal sobre as populações marginalizadas. (ABRAMOVAY; BATISTA, 2015).



### 3.5 Kuarahy (sol)

Nós éramos uma família muito humilde. Minha mãe era mãe de cinco meninas. Minha mãe nos criou sozinha, a bem dizer. O meu pai abandonou minha mãe com cinco filhas (as cinco são do mesmo pai). Então minha mãe tinha dificuldade de nos criar, aí ela amigou com padrasto meu. A dificuldade que eu tinha com ele era por que ele mexia comigo, “só isso”. Aí eu saí cedo de casa, por causa dele, fiquei morando na casa das minhas amigas. Minha infância não foi boa. Por isso que eu não lembro muito da minha infância, por que minha infância foi muito triste. Então eu fui estuprada com oito anos de idade. (KUARAHY)

A escola é o seguinte, lá era interior, nas escolas lá você só passava de ano se você tivesse dinheiro, entendeu? Se você fosse de família rica você passava de ano, se você não fosse você estaria ali oh (mostra o chão). Eu estou com 28 anos e não sei nem ler direito e nem escrever direito. Parei até 4º serie. Reprovei um monte de vezes, todos os anos. Eu parei de estudar porque eu só reprovava. (KUARAHY)

A fala de Kuarahy, 28 anos, vai ao encontro das ideias de Irelad e Lucena (2013), concernente às influências que a escola pode ter na vida das pessoas e que dependerão tanto do contexto (objetivo) como do sentido dado às experiências (subjetivo), como, aliás, acontece com toda experiência social. Neste caso, a escola adquiriu um sentido de fracasso e revolta, por ter, naquele momento, cobrado uma interpretação que imprimia desigualdade social entre ricos e pobres. Apesar disso houve percepções diferentes entre uma escola e outra. Em uma, Kuarahy se sentiu mais acolhida que na outra. No entanto, pelo seu relato, apesar de ela ter atribuído seu abandono escolar às reprovações, coincide com o nascimento de sua primeira filha, aos 12 anos.

Penso, também, em determinadas formas de enquadramento. Para os filhos de famílias letradas, a escola se apresenta como uma continuidade de experiências. A escola realiza um enquadramento das vidas infantis, reforçando não a proximidade, mas a distância entre grupos sociais e a percepção, pelas crianças de famílias não letradas, de que aquele mundo não é para elas. Afinal, Kuarahy só reprovava.

O mundo das drogas aparece como possível: "Não trabalhava pra ninguém, num gostava de trabalhar pra ninguém. [...] Agora sou manicure aqui do salão (presídio) [...] fui pro tráfico com uns 12 anos, eu já conhecia" (usuária). (Kuarahy)

A baixa escolaridade, as histórias de vida familiares (casamento e filhos na adolescência), associado a pouca formação profissional capaz de incluí-las no mercado formal de trabalho, são denominadores comuns nas entrevistas destas cinco mulheres, assim como nas histórias de vida de mulheres presidiárias no geral (IRELAND e LUCENA, 2013).

Os relatos mostram como as histórias de vida e familiares das mulheres em situação de detenção são marcadas por dificuldades, como separações, violência e abandono. A violência que a mulher sofre não é um fenômeno somente contemporâneo e abarca mulheres de todos os grupos sociais. Entretanto, abordar este assunto requer um olhar direcionado não apenas ao ato em si, mas também do contexto histórico e cultural que o permeia e que, necessariamente, demanda um enfoque de gênero. Este permite visualizar como se distribui o poder na sociedade, além dos preceitos culturais que o legitimam e como se perpetuam as assimetrias existentes entre homens e mulheres.

Neste sentido, na busca pela compreensão das relações sociais, é preciso olhar para seu processo histórico, bem como para as relações de hierarquia e os fundamentos de dominação, visto que as relações de poder atingem, de maneira diferente, as pessoas, dependendo dos lugares que elas ocupam na hierarquia, inclusive nas relações de gênero.

Pode-se dizer que todas as práticas sociais estão permeadas por relações de poder. (FOUCAULT, 2017, 2014a, 2014b). A este respeito, e voltando o olhar às trajetórias de vida de mulheres que estão em situação de detenção, interlocutoras no presente estudo, esta condição não é diferente. Por vezes, suas histórias estão marcadas por situações que mostram variadas nuances de como se estabelecem as relações de poder, não apenas no âmbito privado (doméstico), como o abandono paterno, presente na maioria dos relatos, mas também público, como as oportunidades de trabalho, de acesso ao estudo, incluindo as construções das políticas públicas que afetam as vidas das mulheres.

O que se observa, preponderantemente, é que as experiências de vida destas mulheres levam-nas a perpetuar um ciclo de vulnerabilidade social, econômica, familiar, etc. Este, por sua vez, expressa como se reproduzem as desigualdades existentes entre homens e mulheres no funcionamento da sociedade como um todo e como se reproduzem em diversas dimensões: renda, participação e oportunidade nas diferentes ocupações. (CEPAL, 2014). Estas desigualdades se repetem, inclusive, nas atividades desempenhadas por elas no tráfico e na renda que lhes é destinada pelos seus serviços, como retratam as histórias apresentadas na sequência.

Acredito importante ressaltar que as histórias de vida relatadas até aqui foram contadas pelas suas protagonistas, de maneira individual, em uma sala reservada, onde eu as ouvia uma por vez. Ou seja, não havia o peso da dimensão social, como refere Claudia Fonseca (1999), nestas primeiras cinco entrevistadas. Entretanto, nas quatro histórias de vida que se seguem, apenas uma foi colhida em um ambiente semirreservado (sala de costura); das

três restantes, os relatos acorreram na sala de aula, onde estavam presentes outras alunas e professoras.

Percebo que os três relatos verbalizados com “público” presente podem ter ocorrido, como argumenta Erving Goffman em seu livro *A representação do eu na vida cotidiana*, visando ressaltar aspectos positivos de suas atividades: “[...] quando uma pessoa chega à presença de outras, existe, em geral, alguma razão que a leva a atuar de forma a transmitir a elas a impressão que lhe interessa transmitir” (GOFFMAN, 2014, p.16).

Para Goffman (2016), o papel desempenhado por um indivíduo tem uma intencionalidade, uma mensagem a ser comunicada, que pode ser alterada de acordo com o palco ou cenário em questão. Segundo o autor, existe um ciclo potencialmente infinito de encobrimento e revelações falsas intencionalmente desenvolvidas nas relações interpessoais. Trata-se de técnicas que empregamos para manter uma determinada impressão em um determinado encontro.

Ao analisar este aspecto, surgem reflexões sobre a intencionalidade dos discursos em ambos os casos: entrevista individual e social. Em cenários diferentes transparecem emoções e vivências diferentes. Como se houvesse, e cito novamente Goffman, “um tipo de jogo de informação, um ciclo potencialmente infinito de encobrimento, descobrimento, revelações falsas e redescobertas” (GOFFMAN, 2014, p. 20).

Minha trajetória como psicóloga me faz concordar com o citado autor. Existem respostas diferentes em situações diferentes, que podem transparecer de maneira intencional ou não e dependem do contexto. Revelações feitas em uma consulta psicológica, como violências sofridas, dificilmente são reveladas ou verbalizadas em outro ambiente.

### **3.6 Panambi (borboleta)**

Panambi, de 25 anos, foi a primeira a contar sua história nesta etapa da pesquisa. Ela cursava o Ensino Médio. Estava com uma das pernas imobilizada e utilizava muleta. Era a segunda ou terceira vez que eu comparecia à sala de aula, próximo ao horário de intervalo (entre 9 e 10 horas). Ela me conhecia e sabia que sou pesquisadora. Perguntei-lhe se gostaria de participar, de contar sua história. Na sala estavam uma interna, duas professoras e ela. Começamos a conversar.

Panambi contou que começou no tráfico há uns 5 anos, por conta de um amigo que lhe apresentou uma pessoa que estava presa.

Weronica: Como te apresentou?

Panambi: Por telefone... (risos). Nós estávamos tomando tereré e ele perguntou se eu não queria conversar com um amigo dele que estava na prisão, disse que ele era bacana, assim assado. Daí, como eu estava sozinha, mesmo, estava ali mesmo, topei. Daí, depois, ele saiu da prisão e eu conheci o irmão dele que era o que mexia. Depois de um tempo eu larguei dele, mas continuei trabalhando com o irmão dele.

Weronica: Você estava desempregada na época?

Panambí: Não... Eu trabalhava num mercadinho. Levava aquela vida pacata... (Tive a impressão de que Panambi queria emoção, movimento. Não comentou sobre salário).

Este relato era constantemente interrompido por uma das professoras, que, por trabalhar há muitos anos no presídio, tem muito conhecimento e também queria falar, demonstrar que sabia das coisas e, inclusive, por vezes mostrar que sabia mais estratégias que a própria interna, e como fazer os “bate estrada”<sup>14</sup>. E, realmente, ela sabia muito.

Panambi contou que só ela, como mulher, trabalhava para este homem. Ela era encarregada de levar a maconha para São Paulo.

Panambi: Na maconha ganha mais. Um quilo de maconha compra por 100 e vende por 800 até 1.000. Agora na coca é mais cara e não ganha tanto.

Professora: Só que tem que levar mais quantidade. Na coca você pode levar só um pouquinho, não dá vulto. Duro é disfarçar o cheiro da maconha também; o troço fede!

Weronica: E por que só você, de mulher?

Panambi: Sei lá...

Nesse momento, percebi que Panambi talvez não tenha se questionado, até então, sobre as relações de gênero existentes nas atividades desempenhadas por ela. Por outro lado, a professora já parecia visualizar um panorama sobre o assunto.

Professora: Nesse mundo não entra mulher, muito pouco, e quando entra é para ser mula<sup>15</sup>.

Panambi: Eu era certa no serviço, os homens eram preguiçosos. Eu não, eu ia lá, se era para pesar eu pesava, ajudava a carregar a droga. Sempre tudo certinho. Por isso uma das primeiras vezes que eu fui, o tio lá disse pra mim: vou te dar um carro! Pode escolher... você

---

<sup>14</sup> Refere-se à pessoa que vai em outro carro antes, para verificar como está o controle policial nas estradas naquele momento.

<sup>15</sup> Mula é a expressão utilizada para designar a pessoa utilizada para levar pouca quantidade de droga, muitas vezes em uma mala, ganha pouco em relação ao lucro do dono e, por vezes, serve de isca para um carregamento maior passar, enquanto os policiais revistam a pessoa, que geralmente vai de ônibus.

quer um HB20 ou um Celta? Eu peguei o Celta. Tinha que começar de baixo, não podia logo ir abusando.

Professora: Por que você não pegou o HB20? Se fosse eu pegava...

Panambi: Daí eu voltei com meu Celtinha, feliz da vida.

Weronica: Quantas viagens você fazia por mês?

Panambi: Umas duas viagens. Depende do movimento. Tem vezes que você fica parada um mês, mas nunca chega a dois meses. Sempre tem alguma coisa para você levar.

Weronica: E o que você fazia com o dinheiro?

Panambi: Festava!! (ri com gosto!) Tomava cerveja logo cedo. Pegava quem eu queria.

Este comentário me lembra “um comentário de homem” e me mostra como eu, pesquisadora, também tenho introjetado as amarras do sexismo e como é difícil se desfazer delas.

Professora: Torrou todo o dinheiro! Comprou casa, pelo menos? Carro?

Panambi: Carro sim, casa não. Montei um mercadinho para meus pais.

Weronica: Eles sabiam?

Panambi: Sabiam... os carros e moto, estão no nome deles. Não tenho nada no meu nome, porque se eu cair, a polícia não tira de mim.

Panambi fez questão de comentar que não deve nada a ninguém, mas que, pelo contrário, tem gente que lhe deve cerca de 20 mil reais.

Weronica: Você não tinha medo de chegar lá e, ao invés de eles te pagarem, eles te matarem?

Tive a impressão de que Panambi se assustou um pouco com a pergunta. Arregalou os olhos neste momento.

Panambi: Eles não vão fazer isso, porque senão eles vão ficar sem quem leve para eles.

Professora: Mas sempre tem, *fia*, sempre tem alguém que vai levar para eles.

Panambi: Mas daí eles se queimam. Arruma treta com os chefões daqui (traficantes da cidade).

Esta colocação levanta questões sobre como se estabelecem as relações de confiança e de hierarquia na organização do tráfico de drogas, como um código de ética peculiar a estas atividades.

Professora: Isso sim! Tem chefões poderosos aqui, pessoas que você nem imagina, políticos, empresários...

Panambi: Só que a gente não fala quem é, a gente não dedura. Pode cair preso, mas a gente não dedura. Por isso eles tão cuidando agora da minha família, mantendo minha família enquanto eu estou aqui. Porque eu sempre fiz o serviço certo, entende!?

Weronica: Entendo.

Neste ponto reflito em relação ao discurso de Panambi. Sua fala denota a necessidade de mostrar um serviço mais competente ou mais confiável, como mulher, talvez para ocupar um espaço que é majoritariamente masculino, como é o tráfico? Seu relato parece mostrar um pouco como é a divisão sexual do trabalho, então percebida como efeito do discurso construído sobre as mulheres, como refere RAGO (2012). Mas também, de certa maneira, mostra uma relação de cuidado (por ela ser mulher?) ou de recompensa.

Professora: Porque você não saiu da estrada e foi para o financiamento? Ou eles não te deram abertura?

Panambi: Se eu quisesse eu poderia... mas eu gostava de ir nas estradas, da adrenalina, é adrenalina pura!

Professora: Adrenalina!! Se eu quisesse adrenalina, pulava de paraquedas. Agora tá aqui presa.

Weronica: O que é financiar?

Professora: Financiar é quando você só põe seu dinheiro na mercadoria. Só que é um risco, porque se não passar você perde tudo. Mas se passar você ganha. É como se fosse um jogo.

Professora 2: Meu ex-namorado uma vez me propôs financiar. Eu tinha 20 mil para dar entrada no meu terreno. Daí ele queria que eu colocasse, investisse. Se passasse, eu comprava meu terreno à vista. Mas daí eu fiquei com medo, vai que cai e, com a investigação, eles chegam até mim. Imagina que vergonha.

Professora: Eu também sou cagona. Eu sei tudo como tem que ser feito. Mais sou cagona. Um professor do presídio foi preso esses tempos. Se a gente não tiver uma cabeça boa, se envolve.

Weronica: É sedutor, né!?

No entanto, “ser cagona” talvez represente a não permissão de se envolver socialmente em determinados assuntos. No caso do professor homem que se envolveu, é possível que ele tenha se permitido entrar neste mundo e a mulher não. Trata-se de uma

permissão social. Pode ser que isto esteja mudando, pelo fato de cada vez mais mulheres estarem entrando no tráfico.

Panambi, em algum momento, fala dos diferentes tipos de maconha produzidos e dos diferentes preços. "Tem até maconha azul... mas, o que eles gostam mesmo é da verdinha, cheirosa".

Ela foi presa há mais ou menos um ano, depois de transportar pelas estradas durante vários anos. É ré primária. Estavam ela e um homem num carro. Panambi já estava com a perna quebrada. Disse aos policiais que não sabia de nada, mas que viu a droga no banco de trás: "Porque era muita! Só que falei aos policiais que quando estava dentro do carro já era tarde. Daí decidi ir assim mesmo", relata Panambi. Conta, também, que um dos policiais perguntou ao rapaz: "Por que não abandonou o carro quando viu que tinha droga? O rapaz respondeu que não sabia da droga, e que só viu depois, no carro: "Porque fiquei com medo deles me matarem" [...]; "Eu só estava levando o carro, só isso", alegou o rapaz.

Panambi saiu da sala, para almoçar, por volta das 11 horas. Fiquei na sala de aula conversando com as professoras. As duas também dão aula no presídio masculino, e insistiam para eu complementar minha pesquisa naquele espaço, pois "lá estão os chefões", e lá eles iriam saber me explicar porque não querem mulheres, porque não deixam entrar mulheres nos patamares superiores do tráfico.

Professora: Porque funciona assim: por mais que você é bate-estrada, você tem dinheiro, não é qualquer um que eles deixam entrar não, para financiar. Agora... eu não sei por que a Panambi não entrou, porque ela tem um papel diferenciado, não é qualquer mulher que faz o que ela fazia. A maioria nem sabe pra quem trabalha. Ela sabe muito e sabe como as coisas funcionam.

Weronica: Talvez porque, mesmo quando a mulher tem a oportunidade de crescer, as amarras sociais e psicológicas do seu papel de mulher, de se subjugar ao homem, são mais fortes.

Professora: Pode ser...

O relato de Panambi remete-me ao entendimento de Henrique Carneiro, historiador. Segundo ele, tanto as ações como as opiniões são sempre resultados de injunções sociais, inclusive aquelas que parecem ser puramente pessoais. Para este autor, os gostos, crenças, convicções e ideologias respondem a parâmetros coletivos, apesar de que as margens de adequação tenham se ampliado, admitindo certas singularidades e excentricidades. (CARNEIRO in LABATE et al, 2008).

Neste sentido e como já foi mencionado, as construções de gênero estão também imbricadas neste contexto.

### **3.7 Arandú (sábua)**

Comecei a conversar com Arandú (45 anos), quando ela estava sozinha na sala de costura. Já me conhecia e eu também já a havia visto em outro dia, quando estavam mais mulheres na sala de costura confeccionando flores para o dia das mães. Tinham que terminar a encomenda no mesmo dia. Naquele dia, Arandú nada falou, não se manifestou.

Primeiro fiquei na porta, porque minha primeira intenção era fotografar o lugar para uma apresentação sobre ressocialização. No entanto, como a vi sozinha, resolvi entabular conversar com ela. Sentei-me em uma cadeira que estava ao lado da máquina de costura. Ela estava costurando, arrumando uma calça. Comentei o fato de ela estar sozinha no ateliê. Ela me explicou que, algumas vezes, ficam trabalhando na cela mesmo, fazendo crochê e que, naquele dia, não tinha muito trabalho. Perguntei como funcionava o trabalho delas, se recebiam, etc. Respondeu-me que sim e que, inclusive, há alguns dias havia pregado vários bolsos de camisa para uma agente, que lhe pagou 50 centavos cada. Perguntei-lhe, então, se ela já trabalhava como costureira antes. Foi então que Arandú começou a me contar sua história.

Ela contou que trabalhou nove anos em uma grande empresa de costura de roupas em Campo Grande (capital do Estado de MS), que veio a falir. Arandú é de Campo Grande. Narrou que tem casa lá, duas filhas e netos. É divorciada há muito tempo (mais de 20 anos). Comentou ser a segunda vez que estava presa. Na primeira, ficou dois anos em Campo Grande. Ela namorava um policial, trabalhava por conta própria, pois suas filhas ainda eram pequenas e os horários de trabalho não coincidiam com as creches. Vendia lençóis, colchas, etc., que trazia do Paraguai (Pedro Juan Caballero). O policial, segundo ela, trazia carros de lá: “isso eu sabia, mas que ele mexia com droga, não”.

Novamente as questões das políticas públicas relacionadas às creches e trabalho aparecem. Além disso, os cuidados dos filhos ficam sob a responsabilidade exclusiva da mulher.

Arandú contou que, um dia, foi com ele de carona até Pedro Juan Caballero, Paraguai, mas não voltaria com o namorado porque ia fazer compras e voltaria de ônibus às 18 horas. Entretanto, quando já estava no ponto de circular, aproximadamente às 17h15, ele ligou perguntando onde ela estava e ofereceu para voltarem juntos. E ela aceitou. Então comentou: “Se eu tivesse voltado de ônibus não teria acontecido o que aconteceu, foi por 15



minutos”. Ficou em dúvida, pois já estava no ponto, mas, por causa das sacolas, decidiu ir com ele de carro.

No caminho, eles pararam num restaurante para jantar, apesar de ela dizer que não queria. Mas antes de jantar, ele foi até um orelhão. Isto lhe pareceu estranho, uma vez que ele tinha celular. Arandú, então, perguntou-lhe por que utilizou o orelhão e ele alegou que a bateria do seu celular tinha terminado. Depois da janta, seguiram viagem. Quando uma caminhonete os ultrapassou, ele diz: “Deve ser (diz um nome que não me recordo)”. Pouco tempo depois desta ultrapassagem, a polícia apareceu e pediu para pararem o carro. Neste momento os dois são presos. No começo, ela não entendeu direito o que estava acontecendo. Na delegacia, horas depois chegou um homem preso, algemado, todo sujo de barro. Era o homem da caminhonete que, na fuga, saiu do carro e se jogou em um rio tentando escapar. Mas a polícia conseguiu capturá-lo.

Arandú comentou que este policial não ficou nem um ano preso e que voltou a trabalhar na corporação. Não foi afastado. Ela, no entanto, ficou mais de dois anos na prisão. *“Ele tinha influência, tinha sido guarda-costas de um político um tempo”*. Naquele momento, percebo a revolta na sua fala e eu também sinto o mesmo. Sinto-me “afetada” com o seu relato (FAVRET-SAADA, 2005).

A este respeito, Fonseca (1999) refere que, tanto pelo contato interpessoal que a pesquisa etnográfica propicia, como também por envolver, geralmente, um número pequeno de interlocutores, o método permite o estudo da subjetividade. Porém, segundo a mesma autora, trata-se de uma apreensão da subjetividade que vai além do individual, pois são tratados como fatos sociais. Ou seja, não se questiona a peculiaridade ou a sinceridade do sentimento, mas a maneira como ele se repete em outras mulheres em situações semelhantes, ou mesmo em mim, ao ouvir seu relato. Dito nas palavras da autora: “Quando cada caso NÃO é um caso”.

Arandú continuou seu relato. No presídio, ela começou a trabalhar com costura e, depois de sair, trabalhou numa fábrica por mais nove anos. Esta fábrica fechou em outubro, de um determinado ano, e Arandú voltou a ser presa, em abril do ano seguinte, o que sugere a relação entre a ausência do trabalho e a criminalidade, na história dela.

Nesta segunda história, tive a impressão de que Arandú omitiu alguns detalhes. Contou-me, apenas, que é um “amigo” e que é uma longa história de onde ela o conheceu. Este amigo lhe pediu que ela levasse um carro para um lugar (não lembro onde). Ele tinha ordem de captura e queria que ela lhe avisasse se havia policiais no caminho. Ela, então, ligou

para ele informando que tinha policiais em um posto de gasolina. Arandú caiu presa. No carro havia maconha. Ela estava com outra moça - amiga que lhe apresentou este “amigo” - e seu neto de três anos. Como era a segunda vez, sua pena seria maior. Está presa há quatro anos no presídio feminino de Ponta Porã e, segundo ela, provavelmente sairia em seis meses. Trabalha na costura. Pensa em trabalhar por conta própria. Disse que tem um dinheiro para receber de uma indenização da Prefeitura por um terreno por onde passou uma avenida. Pensa em voltar a Campo Grande e abrir um negócio.

Quando lhe perguntei quais lugares tiveram os homens da história em sua vida, neste momento, ela chorou. Logo alguém grita seu nome, lá de fora, dizendo: "Você não vai almoçar, não?" Olhei no relógio e vi que já eram 11h05. Elas almoçam nas celas às 11 horas. Arandú secou as lágrimas e eu lhe agradei por ter me contado sua história.

Na medida em que vou me adentrando no universo vivido por essas mulheres - tanto dentro como fora do presídio - entendo um pouco melhor a organização existente no tráfico e os lugares que as mulheres ocupam.

### **3.8 Mainumby (beija-flor)**

Um dia, ao chegar no presídio, vi que a porta da sala de aula estava fechada. Bati e pedi licença para entrar. Estavam duas professoras e duas alunas. Uma já havia me contado sua história e a outra era a primeira vez que via ali.

Weronica: Tem pipoca!

Professora: Tinha!

Weronica: Ainda tem cheiro gostoso!

Weronica: Você eu não conheço. (Sento ao lado da desconhecida, Mainumby de 21 anos).

Mainumby: Eu sou nova aqui.

Professora: É o primeiro dia dela.

Weronica: Tudo bem? Seu primeiro dia aqui no presídio?

Mainumby: Não... aqui já faz trinta dias, só que eu estava em Jardim (MS), fui transferida para Bela Vista (MS) e agora estou aqui, presa há um ano e nove meses já. Você é professora também?

Weronica: Não, eu sou... (fico em dúvida sobre qual palavra usar) pesquisadora... da universidade. Eu estudo a história de vida das mulheres que estão aqui.

Panambi: É... eu já contei a minha para ela. Deu quase um livro (risos na sala).

Weronica: Você quer participar?

Mainumby: Pode ser.

Ela conta que foi presa com 300 quilos de maconha, em Jardim – MS, há um ano e nove meses. De lá foi transferida para Bela Vista - MS porque estava presa em uma delegacia que não oferecia suporte. Em Bela Vista, também ficou em delegacia. Novamente a transferiram, desta vez para Ponta Porã – MS, porque, segundo ela, “botei fogo”. Achando que era uma metáfora, perguntei-lhe “o que é botar fogo?”.

Mainumby: Botar fogo, queimar mesmo! Queimei um colchão.

Weronica: Como?

Mainumby: Com isqueiro.

Weronica: Por quê?

Mainumby: Por que eles tomaram meu celular!

Weronica: Quem são eles?

Mainumby: Os policiais!

Weronica: E eles não devolvem depois?

Mainumby: Devolvem nada! Eles ficam para eles. Meu celular era muito melhor que o deles.

Weronica: Daí você veio aqui e ficou no Corró?

Mainumby: Daí eu fiquei no Corró trinta dias.

Weronica: E como foi lá?

Mainumby: Eu gostei...A gente acaba criando amizades, querendo ou não, não adianta negar, acaba se acostumando com as pessoas.

Mainumby conta que começou a utilizar maconha com 14 anos, na escola mesmo, e que, por comprar a droga numa "boca"<sup>16</sup>, conheceu um rapaz com quem passou a se envolver. Ele tinha, na época, 22 anos e ela 15, quando saiu de casa e foi morar com ele. Começava sua história no tráfico.

Mainumby: Eu sempre gostei de caras do tráfico.

Weronica: O que te chamava a atenção?

Mainumby: O poder! (Quando Mainumby utiliza esta palavra percebo que poderia me ajudar a entender muito sobre meu objetivo de pesquisa). O dinheiro... o poder mesmo! Eles mandam e desmandam.

---

<sup>16</sup> Casa onde é realizado a venda de drogas para os usuários.

Contou que foi morar com ele e largou os estudos. Foi ele quem lhe ensinou tudo sobre o tráfico. “Coisa errada a gente aprende rápido” (sic). Refere que logo ela ficou muito conhecida (ela fala isso com orgulho), porque vendia muito.

Mainumby: Os homens preferiam vir comprar comigo.

Weronica: Por que?

Mainumby: Porque eu usava roupa curta. (Mainumby é uma moça bonita!)

Comentou, também, que não aceitava trocas, apenas dinheiro. “Homem com homem trocam as coisas, tênis, essas coisa. Eu não, comigo tem que ser no dinheiro” (sic). Ela fez questão de comentar, várias vezes, que era muito conhecida, nos presídios e, inclusive, em outras cidades.

Weronica: O que te trouxe para essa vida?

Mainumby: Você pode comprar o que você quiser: roupa, comida. (Pensei comigo mesma: traficar para comprar roupa e comida?).

Weronica: E como você se sentia?

Mainumby: Poderosa! É muito massa você chegar nos lugares toda no salto, daí você saber que uma guria não gosta de você, mas ela tem que te respeitar, ela tem que baixar a cabeça para você, isso é muito massa.

Weronica: Você andava sozinha?

Mainumby: Não, nós íamos entre quinze nas festas. Eu nunca andava sozinha.

Weronica: Eram homens ou mulheres que andavam com você?

Mainumby: Homens e mulheres. Uma coisa que você não pode fazer nesse tipo de vida é confiar nas pessoas.

Weronica: Você não tem medo que te aconteça alguma coisa?

Mainumby: Você não pode ter medo.

Weronica: E tua família?

Mainumby: O que têm eles?

Weronica: Você tem pai, mãe, irmãos?

Mainumby: Tenho sim, tenho uma irmã menor. Eu os visito, vou à missa com eles, tudo certinho.

Weronica: Eles sabem?

Mainumby: Meu pai sabe. Minha mãe eu acho que não, minha irmã eu não quero que ela saiba, não quero que ela se envolva nisso. Sempre preservei minha família. Por isso saí de casa, para não envolver eles. (Sua irmã tinha 15 anos no momento desta conversa).

Também comentou que sempre andava armada. E que, quando quer fazer uma menina sofrer, “dar uma lição nela”, corta seu cabelo, o que parece ter um componente simbólico, “bagaço mesmo, para não ter conserto”. Em algum momento, Mainumby diz que conhece as pessoas pela roupa, mas que às vezes pode se enganar. Também fala que as pessoas a julgam pela roupa, “principalmente policial”, refere, “infelizmente”, complementa. Diz que se veste diferente para cada ocasião. Na missa vai comportada, para vender droga usa shortinho, blusinha e boné (utiliza o corpo) e, na balada, vai “poderosa”.

Para a análise da narrativa de Mainumby, trago as contribuições de Butler (2010). Segundo este autor, para que o sujeito seja “reconhecido”, são necessárias práticas, atos e, inclusive, cenários que preparam e modelam o sujeito para tal reconhecimento.

Ou seja, no tráfico, Mainumby é reconhecida como “chefe do tráfico”, em casa como filha “certinha”, que vai à missa. São lugares heterogêneos que ela transita de maneira híbrida e aparentemente tranquila e esclarecida, inclusive em relação ao uso de sua sexualidade. Mainumby usa as normas sociais a seu favor.

Entretanto, a questão não é tão simples quanto parece: “El problema no es meramente como incluir a más personas dentro de las normas ya existentes, sino considerar como las normas ya existentes asignan reconocimiento de manera diferencial”. (BUTLER, 2010, p. 20).

Mainumby, já quase finalizando seu relato, comenta que, aos 18 anos largou esse parceiro e conheceu outro, com quem perdeu a virgindade, mas, diz ela: “não gostei muito do troço” (sic). Refere que, com o primeiro, nunca tinha tido relação sexual. E conheceu o segundo através de um amigo “gay”, que começou a morar com ela.

Pelo que Mainumby me contou, era ela quem comandava e aliciava menores: preferia os menores, porque “se caíssem presos saiam rápido, não tinha que gastar com advogado”. Dava a impressão, pela sua fala, que ela estava no comando. Segundo ela, este amigo homossexual foi quem lhe apresentou um homem que, depois de solto da cadeia, foi morar com eles. Ela foi presa porque não tinha ninguém para buscar a droga que estava encomendada: “eu sou mulher de vir buscar também”. Parece que quis mostrar seu valor, ou será que alguém a desafiou? As quatro pessoas que estavam no carro foram presas, entre as quais, uma era menor. O rapaz, mencionado na conversa, estava junto e também foi preso, estando nesta condição até o momento de nossa conversa.

Esta vivência me remeteu ao entendimento de que, para as mulheres conseguirem galgar um espaço e mais ainda os de prestígio, elas devem, a todo momento, mostrar seu

valor. Tive essa mesma impressão com o relato de Panambi, que precisou mostrar que era “certinha” no serviço, fazendo, por vezes, mais do que lhe correspondia. Ou seja, parece que devem sempre mostrar suas capacidades para serem valorizadas e poderem ocupar espaços em ambientes considerados masculinos. Como por exemplo, estarem no financiamento do tráfico.

O que os estudos têm constatado (FRAGA, 2015; BRAZINSKI, 2009) é que a participação das mulheres no tráfico aumentou nas últimas décadas, e as funções desempenhadas por elas também são cada vez mais de liderança. Entretanto, em sua grande maioria, ainda representam as chamadas “mulas”, ofício que se refere ao transporte de pequenas quantidades de droga. Por outro lado, Mainumby aparece como chefe, enquanto minoria feminina.

Mainumby comentou que pediu para a mãe vender sua casa, cujo valor era de, aproximadamente, 50 mil reais. Ela não quis pagar advogado, pois considerava que “com advogado ou sem eu vou sair daqui, e o advogado pediu 50 mil; preferi dar para minha mãe”.

Weronica: O que pensa em fazer quando sair daqui?

Mainumby: Ah... não sei... eu não vou aguentar esperar um mês para ganhar um salário merreca. Tenho que dar uma boa vida para minha mãe (essa justificativa parecia ser mais nobre do que dar uma boa vida para si mesma).

Weronica: E ela, o que prefere, será? Você ou a boa vida?

Mainumby: Eu claro! (Naquele momento pareceu pensar, mas só por um segundo).

No final da conversa explica que não irá mais buscar a droga (na fronteira) só ficará em casa, pois "se os policiais entrarem haverá tempo de fugir". Também fala sobre o perigo dos policiais invadirem sua casa e ainda levarem sua droga. Pensei, naquele momento: "que diferença faria, se ela iria ser morta mesmo, eles levarem a droga ou não?" No entanto, parece que, para ela, a droga em sua vida adquire um valor fundamental de existência.

Mainumby explicou como transformar a base em pó, que é vendido mais caro. Falou também, rapidamente, do PCC<sup>17</sup>. Segundo ela, queira ou não, são obrigadas a se aliar a eles, ter um bom relacionamento. Contou que já foi em algumas reuniões. Perguntei se havia mulheres além dela; ela respondeu que sim, as mulheres dos "chefões". Tive a impressão de

---

<sup>17</sup> Primeiro Comando da Capital (PCC), originário de São Paulo, rival do Comando Vermelho (CV) do Rio de Janeiro. Refere-se a facções, milícias ou comandos do crime formados pelo sistema penitenciário, favelas e periferias. Operam como empresas, não apenas no tráfico de drogas, mas também através de outras ilegalidades, agenciando grupos, dentre os quais encontram-se policiais, autoridades públicas, juízes, advogados. (Thiago Rodrigues, Apresentação do livro Geopolítica das Drogas, de Alain Labrousse, 2010, p 12).

que ela não distinguiu o papel ao qual me referia, não o papel de esposas dos chefões, mas de mulheres no comendo.

Terminava a aula.

Mainumby: Oh... que aula boa essa! (E sai para almoçar).

Todas nós (professoras e eu) ficamos empolgadas com a história de Mainumby, não apenas pela construção de sua narrativa e pelas representações mnêmicas que ela trouxe. Suas práticas remetem a práticas de coerção (cortar os cabelos das meninas) e do uso da força, tal como os homens, que ao exercerem a dominação masculina, a utilizam no seu cotidiano.

Entretanto, ao me debruçar sobre a narrativa de Mainumby, outros entendimentos foram surgindo. Um deles relacionado à geração a qual ela pertence e como este pertencimento faz com que certas práticas, envolvendo, principalmente, a relação com seu corpo, sejam vivenciadas, expressadas ou, inclusive, autorizadas. Mainumby é uma mulher que utiliza a sedução na prática do tráfico, mas não se prostitui. Demonstrou descontentamento com a prática policial por julgá-la pelas roupas curtas que usava. Contudo, ela transita nos espaços tranquilamente, conhece as regras do jogo e as utiliza a seu favor.

### **3.9 Ára (céu)**

Após seis meses, em fevereiro de 2018, voltei a frequentar a sala de aula do presídio. Nestes meses longe do campo de pesquisa, dediquei-me a leituras, realizando um mergulho teórico sobre gênero, criminalidade feminina e violência.

Era uma segunda-feira. Cheguei ao presídio próximo das 9 horas da manhã. Novamente passei pelo processo de identificação no portão de entrada, mas, desta vez, me sentindo mais confiante e, conseqüentemente, mais tranquila. Depois desse tempo longe, tanto eu quanto a pesquisa passamos por redimensionamentos.

Aproximei-me, rapidamente, da sala administrativa, onde reconheci apenas duas funcionárias; as demais eram novas para mim. Expliquei-lhes que retomaria a pesquisa daquela data em diante.

Ao me dirigir à sala de aula, cumprimento algumas internas, sentadas em frente à porta da sala de atendimento de saúde. Logo, uma delas me reconheceu e esboçou um agradável sorriso. "Voltou?", pergunta-me. "Sim, voltei!", respondo, retribuindo-lhe a afável expressão percebida em seu rosto.

Cheguei à sala de aula. Lá se encontravam a professora e duas alunas. Uma delas havia ingressado no presídio em dezembro de 2017; portanto, não nos conhecíamos. As outras

duas mulheres já as conhecia, pois convivi com elas durante a pesquisa no ano anterior. Cumprimento as três de igual maneira, com um beijo no rosto. Converso um pouco com a professora a respeito do andamento da pesquisa. Digo-lhe que daria continuidade, voltando a conversar com as mulheres, tanto com as que já foram entrevistadas, como com as novas. Naquele momento, a professora perguntou a uma das mulheres - Ára, de 54 anos - se ela gostaria de participar da pesquisa. Ela relutou, a princípio, dizendo: “Não sei o que vou falar”. Mas a professora acrescentou: “Ela vai fazendo as perguntas, você só responde. Não vai teu nome em nenhum lugar, é só a história que interessa”. Ela, então, aceitou participar.

Aproximei-me dela e me sentei em sua frente. Disse-lhe para contar sua história desde a infância, com quem morou, como foi, irmãos, etc. Decidi começar pela infância, para não ir tão direto ao assunto do tráfico, e até para ver sua trajetória em relação às demais mulheres com quem já havia conversado.

Ára: Minha infância foi boa, com pai, mãe, estudei sempre em escola particular. Tinha tudo, nunca me faltou nada.

Contou que sua mãe faleceu quando ela tinha sete anos. Seu pai voltou a se casar e teve mais dois filhos homens que, atualmente, vivem no Japão. Estudou até o primeiro ano do Ensino Médio. Parou de estudar porque casou, como a maioria das mulheres deste estudo. Ela tinha dezessete anos e ele vinte, na época. Casou “certinho”. Após dois anos, ele veio a falecer de acidente. Depois de quatro anos, Ára se casou novamente. Esteve vinte anos casada com este segundo marido: “Levava vida boa! Nunca trabalhei!”, relata.

Professora: Só no tráfico, né!

Weronica: Como foi que você entrou no tráfico?

Ára: Meu pai era contrabandista de wiski e cigarro, por isso a gente tinha vida boa! Quando caí presa, um policial falou para mim: ‘A Senhora era para ser uma grande contrabandista’. Por causa do meu sobrenome, meu pai é famoso aqui na fronteira! Era normal em casa se falar sobre isso. Cresci ouvindo e conheci pessoas que contrabandeavam e foram para o tráfico.

Ára é natural de Dourados e, embora tenha fixado residência em Cuiabá, quase nunca ficava em casa: “Se você quer se esconder de mim tem que ir em casa”, explicou. Também viajava muito: “São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina, Argentina, Paraguai, tudo quanto é lugar”. Percebi que Ára falava com orgulho sobre o que fazia/faz. Mostrava ter conhecimento sobre o assunto e parece que tinha uma posição-chave dentro da sua organização.



Ára: Você não vai anotar? Vai lembrar de tudo?

Weronica: Acho que vou anotar! Posso?

Ára: Pode sim! É muita coisa!

E realmente era. Contou-me que cuidava da droga, não a perdia de vista: “Nunca levei comigo, eu ia atrás, levava o dinheiro”. Esta é uma função diferente da “Bate Estrada” - pessoa que vai à frente da droga, para avisar se tem barreira policial e a localização. Quem a convidou para entrar neste trabalho foi o chefe, “o dono”, que a chamou por confiar nela.

Ára: Eu era casada com um *coronel*<sup>18</sup>, e o *chefe*<sup>19</sup> era um amigo chegado da família. Era o *comendador*. Ele está preso, agora, por tráfico [...]. Fiquei em dúvida com o convite, eu tinha uma boa vida. Mas fui tentada, a ganância foi maior. Fiz oito viagens, eu e o motorista.

Weronica: Em um mês?

Ára: (sorriu) Em uma semana! De Cuiabá até aqui e voltava. O motorista era bom, só parávamos para almoçar [...] eu falava pro meu marido que eu visitaria o meu pai, que faria compras, inventava qualquer coisa. Só que, na última viagem, a carga caiu, eles dedaram, caiu todo mundo preso, só eu não, porque o motorista assumiu e me deixou livre.

Weronica: Era só você de mulher?

Ára: Só eu!

Weronica: Por quê?

Ára: Ah! Porque mulher fala demais, daí não dá certo. Mulher é muito fofoqueira. Já estou no tráfico há mais de vinte anos. Parei um tempo, mas depois voltei.

Neste sentido, Simone de Beauvoir (2016) refere, justamente, que falta às mulheres esta coesão. Segundo a autora, as mulheres vivem dispersas entre os homens. Burguesas são solidárias aos burgueses e não às mulheres proletárias; brancas, aos homens brancos e não às mulheres negras. Ao que parece, recusar a cumplicidade com o homem seria, para as mulheres, como renunciar a todas as vantagens que a aliança com ele pode lhes conferir. Haveria uma dificuldade de se perceber como sujeito sem o homem.

Weronica: Uma das coisas que eu queria saber é como funciona a hierarquia, quantas funções existem. Por exemplo: tem o chefe, tem quem faz os pagamentos, quem leva, quem faz a batida... como funciona?

Ára: Daí depende do que você carrega, se é maconha, pó. Eu só mexo com óleo.

Weronica: Óleo? Que é óleo?

---

<sup>18</sup> Refere-se a uma patente militar mesmo e que, neste caso, não está sendo utilizada pela interlocutora como posto na hierarquia de comando do tráfico de substâncias ilegais.

<sup>19</sup> Neste caso, a interlocutora refere-se a uma hierarquia relacionada ao tráfico de substâncias ilegais.

Ára: Ela não sabe o que é óleo! (Comenta para a aluna que está a seu lado e ambas riem).

Weronica: É pasta base?

Ára: Não! Não é pasta base! É produto puro que derrete e daí sai a cocaína, o pó. É o mais caro que tem! Cada quilo custa 10 mil reais e vende por 21 mil. Mil eu pago pra quem leva a carga, mil por quilo. Daí cada produto tem seu esquema diferente, eu só mexo com óleo, é o que dá mais. Não mexo com maconha, Deus me livre! Aquilo faz só volume e fede! Além do mais, os paraguaios são muito mentirosos. Às vezes eles mostram um tipo pra você, uma qualidade, tipo 2 x1 e quando entrega é outra qualidade.

Professora: Esses dias passou uma reportagem de um homem que veio para o Paraguai por conta própria, ele sozinho veio comprar maconha. Parece que ele tinha recebido um dinheiro de garantia, 15 mil reais. Daí ele comprou para levar, só que a polícia pegou ele, mas quando abriu os pacotes era erva de tereré que estava empacotada. (Risos na sala). Daí ele foi solto. Sorte dele por um lado, o ruim é que perdeu o dinheiro, coitado.

Ára: Que vergonha! Eu preferiria ter sido pega com a maconha do que ter sido enganada! Imagina que vexame! Preferiria ter ido presa.

Weronica: É a primeira vez que você é presa?

Ára: Vixi! É a sexta vez que eu caio, mas é a terceira vez que vou presa. Deixa eu te explicar. É que das outras três vezes teve acerto na Delegacia mesmo. Uma vez com o juiz mesmo. Fui presa três vezes aqui no Mato Grosso do Sul mesmo. Uma vez na Argentina, teve acerto, uma em Assunção, também teve acerto e uma vez aqui em Ponta Porã, acerto também. Aqui foi uma advogada muito boa que negociou com o juiz.

Weronica: Advogada mulher... E você confiava nela, mesmo sendo mulher?

Ára: Sim! Porque ela é famosa em tirar os caras da cadeia. A gente pesquisa pela internet, acompanha quem caiu, quem saiu, quem tirou. Sabe tudo. Eu já vou sair logo daqui.

Weronica: Você nunca contratou mulher para carregar para você? Porque o que a gente vê é que as mulas geralmente são mulheres.

Ára: É uma droga muito cara, tem que ter a pessoa certa, e mulher é mulher, fala demais.

Observa-se, com esta fala, que as amarras do sexismo são tão fortes, que as marcas da dominação masculina são internalizadas não apenas pelos homens, mas também pelas próprias mulheres (BEAUVOIR, 2016; BIROLI, 2013; BOURDIEU, 2002), que, por vezes, desvalorizam ou pré-julgam as mulheres enquadrando-as em seu gênero.

Caracterizações das mulheres como frágeis e insuficientemente racionais estiveram na base das justificativas para que fossem governadas por outros e subordinadas ao controle masculino, isto é, para que não fossem consideradas agentes capazes de autodeterminação. O que acaba acontecendo é uma naturalização dos valores de opressão e subordinação, constituindo as identidades e mantendo as mulheres em posição de desvantagem. A ênfase vai além dos aspectos físicos, abarcando a desvalorização das opções feitas, assim como de suas vivências e de seus saberes (BIROLI, 2013).

Neste sentido, cabe acrescentar como o pensamento binário deixou marcas que refletem as oposições estabelecidas pelas sociedades ocidentais em relação ao que é considerado público e privado, produtivo e improdutivo, razão e emoção, político e doméstico, passivo e ativo, que foi e pode-se dizer que ainda é utilizado como justificativa para o papel relegado às mulheres (SCOTT, 2012).

A divisão sexual do trabalho é, então, percebida como efeito do discurso construído sobre as mulheres (RAGO, 2012).

Ára: Só uma vez! Há muitos anos, uma mulher conhecida minha veio pedir serviço. Ela queria, na época, comprar uma casa, essas de conjunto, que custava 4 mil reais e queria mais 3 mil para murar. Tinha um filho com problema, não lembro qual. Não tinha condições de trabalhar por causa do filho, tinha que cuidar dele. Daí eu dei uma carga para ela levar para São Paulo. Deu o horário dela chegar e nada, eu mandava mensagem pra ela e nada. Daí eu liguei para ela. Ela me disse que estava com medo, que estava nervosa. Fui conversando com ela, acalmando ela. Ela chegou. Disse-me que quase desistiu de trazer a mercadoria, porque, na metade do caminho, bateu um arrependimento nela. Me disse que começou a pensar em quantas famílias ela iria destruir com essa droga e se, futuramente, o filho e netos dela começassem a usar, com que cara ela olharia para eles. Essa mulher foi à única que me fez duvidar do que eu fazia. Eu resolvi, então, dar, ao invés de 7 mil, que era o combinado, dar 15 mil, mas falei para ela: ‘Olha... Eu estou te dando mais que o dobro do que você me disse que precisava. Agora compra a sua casa, faz sua vida e nunca mais mexa com isso! Entendeu!?’.

Explica que não saiu dessa vida porque a ganância falou mais alto.

Weronica: Você não tem medo, de morrer? Já viu alguém sendo morto? Se não quiser, não precisa responder.

Ára: Eu já matei. Tive que matar. Eu e outro colega fomos para receber um dinheiro do comendador. Marcamos em um depósito abandonado aqui nesta região. Daí o homem falou pra mim: ‘vai você chamar na porta, porque se ele me ver, não vai abrir pra mim’. Daí

eu fiz isso e o cara abriu, porque me viu sozinha. Quando ele abriu a porta, vi que estava segurando uma arma. Logo o colega, que foi comigo, apareceu e disse: ‘cadê o dinheiro do comendador?’ E o outro respondeu ‘aqui não tem nenhum dinheiro de comendador!’, e começaram a brigar (corpo a corpo). O cara estava fazendo força pra alinhar a arma na cabeça do meu colega, mataria ele e depois me mataria, porque eu seria testemunha. A gente tinha levado arma, mas estava no carro. Então eu vi um extintor velho, não sei da onde tirei força, aquilo lá é pesado! Peguei e joguei na cabeça dele. Ficou esticado lá.

Perguntei-lhe, também, se alguma vez já se sentiu discriminada por ser mulher. Ela respondeu que sim, por várias vezes, mas que isso lhe dava força e coragem: “Aí que eu me imponho mesmo”. Sobre isso relata dois episódios.

Ára: Uma vez, um cara lá do Rio de Janeiro não quis negociar comigo, me perguntou se não tinha algum homem no grupo, pois ele não gostava de negociar com mulher. O chefe dele estava sentado alguns metros atrás dele. Daí eu disse assim para ele: ‘Escuta aqui, você sabe de onde eu vim, da onde eu sou? Eu estou vindo lá da fronteira do Paraguai, estou aqui na tua casa e eu tenho certeza que você não tem coragem de sair daqui para negociar comigo lá. Sou muito mais homem que você’. O chefe dele levantou da cadeira e disse para ele: ‘Ela está certa! Pode negociar com ela mesma’. Eles morrem de medo aqui da fronteira sabe, é só falar que a gente é daqui que eles respeitam.

Faço, aqui, uma pausa para uma análise parcial. Segundo Foucault (2014), as sociedades apresentam, de distintas maneiras, uma espécie de temor ao que não é dito, ao zumbido incessante e desordenado do discurso. Como se a sociedade não quisesse ouvir o que não lhe convém, o que incomoda e delata o poder hegemônico. No entanto, se o objetivo é, como prossegue o autor, não o de apagar o temor, mas de analisá-lo, em suas condições, jogos e efeitos, deve-se optar por, além de questionar nossa vontade de saber a verdade, restituir ao discurso seu caráter de acontecimento, para, assim, suspender a soberania do significante, ou seja, daquele que monopoliza o discurso.

Neste sentido, e ainda seguindo com a análise do discurso, pode-se perceber em que medida a violência é a materialização do discurso hegemônico de dominação que visa perpetuar seu poder a qualquer custo. E essa violência se expressa das mais diversas formas, seja simbólica, moral, patrimonial, dentre outras.

Outro aspecto que se apresenta refere-se à naturalização dos valores de opressão e subordinação, que constituem as identidades e mantêm as mulheres em posição de desvantagem. Neste sentido, a ênfase vai além dos aspectos físicos, abarcando a

desvalorização das opções feitas, assim como de suas vivências e de seus saberes. É por isso que a valorização das vivências das mulheres requer um olhar primordial, por meio do reconhecimento de que suas experiências não são individuais e que não refletem um desajuste ou um caso particular, mas que, pelo contrário, a violência sofrida é compartilhada (BIROLI, 2013).

Weronica: Como você sabe quem é o chefe?

Ára: Sabe como? Pelo tamanho da corrente, quanto mais grossa a corrente de ouro, quanto mais maciça é, mais poder tem a pessoa. Eu usava uma grossona!

O tráfico abarca diferentes cenários que vão além dos locais onde produz, transporta e distribui a droga. Múltiplos fenômenos e manifestações sociais estão vinculados à cadeia produtiva do tráfico, produzindo e se reforçando em símbolos de poder alimentados pelo mercado de consumo: jóias, músicas, filmes, estilos de roupas e carros, festas, mulheres (como troféus). Muitas vezes, não lhes basta possuir fortunas, têm que fazê-las visíveis através de objetos ou situações que reflitam seu êxito, seu poder (GUZMÁN e GÓMEZ In FRAGA, 2015).

Ára: Sabe o que o Bonito (refere-se a um chefe de uma organização de tráfico) me disse uma vez? ‘Você é uma mulher de se tirar o chapéu, não é que nem as outras que só fica se importando com a beleza, você sabe o que você quer, eu tiro o chapéu para você!’ Sabe o que foi? Eu, uma vez, estava levando uma carga para ele, daí ligou um do grupo dele e me disse que ele não tinha todo o dinheiro, mas que, na outra semana, ele me entregaria o que faltava. Eu falei pra ele: ‘Então diz para ele que semana que vem eu entrego a mercadoria, quando ele tiver todo o dinheiro. Porque eu não estou levando biscoito, nem pirulito não! Ele sabe muito bem disso!’. Depois de meia hora, ele voltou a me ligar dizendo: ‘Pode vir! Ele conseguiu a grana’. Eles acham que porque a gente é mulher vai falar: ‘Tudo bem, quando você tiver você me paga’ (diz esta última frase com uma voz afinada). A gente não pode abaixar a cabeça não!

Percebo que as mulheres presas reforçam muito nelas a atitude de não aparentar ou parecer “boazinha”. Referem que precisam ter uma postura durona, firme, senão, os homens não as respeitam. Como nas falas descritas anteriormente: de Sypavë - “Eu não queria ser boa, até hoje não quero, porque senão, os outros vão judiar de mim”; ou de Kuarahy - “Eu só pareço boazinha, não sou boazinha, não. Sou boazinha, mas também sou ruim”. É como se fosse uma forma de resistência e de enfrentamento às situações de múltiplas violências que elas enfrentam.

Pensando na perspectiva mencionada, as mulheres pesquisadas trouxeram em suas narrativas diferentes trajetórias que percorreram suas experiências individuais. Entretanto refletem marcas coletivas, fruto das relações de gênero.

Para elas, ocupar espaços no tráfico requer um desempenho perante os observadores, alinhando este entendimento às práticas das mulheres protagonistas desta pesquisa: ora defensivas e frágeis, ora diplomáticas, ora empoderadas, ora sensualizadas, ora agressivas, e assim por diante. São desempenhos sentidos de maneiras diferentes, a partir da convivência com elas, na sala de aula, na sala de costura e na sala reservada.

## CONCLUSÕES

Essa dissertação representa o momento final da pesquisa desenvolvida no período entre 2016 a 2018, que buscou compreender como se estabeleceram as relações baseadas nas dimensões de gênero, criminalidade e poder na vida de mulheres que se encontravam encarceradas no Estabelecimento Penal Feminino de Ponta Porã, MS, em decorrência de sua inserção no tráfico de drogas.

Primeiramente, o perfil constituído, tanto pelos dados estatísticos apresentados inicialmente, como o das mulheres protagonistas da pesquisa, mostram características similares em relação à escolaridade, idade e situação de trabalho. São trajetórias de vida que se repetem, em sua grande maioria, através de históricos de vulnerabilidade social e violência.

As experiências com contextos de violência contra as mulheres estão presentes nas histórias narradas, seja na forma da violência sofrida por elas mesmas ou por suas mães. No entanto, o modo como cada mulher carrega consigo sua história é como uma bagagem. Existem as que são mais pesadas que outras, o que acaba dificultando seu acesso e suas negociações ao longo de seu caminho. O que se pode perceber é que a criação dos filhos ainda é uma tarefa destinada à mulher, mesmo estando casada, e, mais ainda, depois da separação do casal.

Neste sentido, o que se observou nas histórias de vida é que são mães que arcaram com a criação de seus filhos, da maneira que lhes foi possível. São mulheres produtoras do sustento social, econômico e afetivo, exercendo uma atividade considerada ilegal e encontram-se encarceradas.

Ingressar nas atividades ilegais apareceu como uma possibilidade, não apenas acesso a recursos financeiros, mas também de ganhar prestígio, de ocupar um espaço anteriormente não vivenciado e que era almejado. Takuá Poty, Mainumby, Panambi e Ára mostram, em suas histórias, que cada qual buscou ir além do que lhe foi posto, oferecido.

Entretanto, a partir das histórias de vida dessas mulheres vinculadas ao tráfico, pode-se sugerir outras abordagens tais como: 1 – Os enquadramentos que produzem a vulnerabilidade de pessoas que não são contempladas pelos direitos sociais; 2 - Os enquadramentos históricos e sociais que configuram o sistema prisional, colocando mulheres como agentes potenciais e preferenciais no tráfico de drogas, na contemporaneidade; 3 – O desdobramento de histórias colocadas e deslocadas nesse processo de enquadramento; 4 – A existência de um setor econômico que se mantém na ilegalidade e dela/nela elabora seus

dispositivo de poder e que passou a recrutar mulheres para ocupar funções, com base nas representações de gênero.

Outro aspecto ressaltante desta pesquisa envolve as questões de gênero, vinculadas às atividades oferecidas neste presídio. Ao que parece, são oriundas das representações a respeito dos lugares que as mulheres devem ocupar e que remetem à reprodução da vida miúda e cotidiana: cozinha, sala de costura e salão de beleza, além da sala de aula, pouco frequentada pelas internas.

Por outro lado, a análise que faço sobre o comportamento delas de não trabalharem e de não frequentarem a escola - atividades ofertadas às internas - indica uma resistência em se submeter ao poder e ao controle estabelecidos no presídio e de não ocupar este espaço de 'prisão dentro da prisão'.

É possível perceber que a fronteira do tráfico se dilui nos centros urbanos e suas periferias. As mulheres se colocam em um cenário que faz parte de suas vidas, especialmente a partir dos vínculos que estabelecem com homens ligados a esses setores, por vezes companheiros, mas também familiares. São mulheres que assumem a linha de frente na criação dos filhos, no sustento do lar e, por vezes, entram na rota do tráfico – como mulas, em sua grande maioria.

Quando elas se libertam das amarras das relações patriarcais exercidas pelo pai ou pelo marido agressor, elas caem em outras múltiplas violências praticadas pelo chefe ou pelo sistema penal e judicial, que as excluem e as discriminam. São comportamentos exercidos e legitimados a partir de interpretações de códigos regidos por um número restrito de pessoas pertencentes ao mesmo grupo social dominante e que responde a interesses que visam à manutenção de seus poderes e hierarquias.

Neste sentido, cabe refletir sobre as políticas destinadas às mulheres, que favoreçam a construção de suas vidas de forma autônoma, no sentido de um desenvolvimento que preze pelos critérios de inserção e não exclusão. Ao ingressarem na prisão, não são apenas os muros físicos que se interpõem entre elas e a sociedade. Também são acrescidos os muros da desigualdade, da falta de oportunidade, ou, como mais frequentemente ocorre, a voltarem às mesmas atividades julgadas ilegais, mantendo o círculo vicioso da violência social.

Como pode ser percebido nas histórias de vida das cinco primeiras mulheres, seus encontros e desencontros institucionais tiveram repercussões importantes em suas trajetórias. Além disso, ao considerar a prisão como uma instituição que, além de punir, deveria reintegrá-las ao convívio social, caberia perguntar quais seriam as linhas de recomeço a serem



propiciadas? Qual desenvolvimento é proposto pelo sistema penitenciário? Ou será apenas mais um momento do ciclo de violência sofrido pela mulher?

Isso posto, com esta pesquisa proponho elementos para discutir o desenvolvimento regional perante o contexto do tráfico de drogas e a fronteira como território no qual transitam múltiplas histórias e vivências. Este é um novo campo capaz de se abrir para a formulação de novas perguntas e respostas, ou para novos modos de existência.

Contudo, não se pode negligenciar o fato de que o tráfico de drogas é um negócio lucrativo, tanto para quem produz e comercializa, como para quem combate estas atividades, ou seja, para o Estado. A “guerra contra o tráfico” movimenta recursos humanos e financeiros, além de permitir o controle e punição “legais” das mais diversas maneiras.

Dito em outras palavras e tomando como base a compreensão psicodinâmica que se faz sobre os sintomas na Psicologia, o combate às drogas seria um sintoma social com “ganhos secundários” que permitem sua manutenção, apesar da disfunção social que acarreta.

Sob esta perspectiva, acredito que seja necessário e urgente abordar os problemas sociais frente às questões apresentadas e debatidas, a partir de concepções mais abrangentes. Desenvolver principalmente as capacidades e potencialidades das pessoas, buscando relações sociais mais simétricas. Disto se trata o desenvolvimento.

## REFERÊNCIAS

- ACOSTA, Ana Rojas e VITALE, Maria Amalia Faller. *Família: redes, laços e políticas públicas*. 6ª Ed. São Paulo: Cortez, 2015.
- ABRAMOVAY, Pedro Vieira; BATISTA, Vera Malaguti (orgs.). *Depois do grande encarceramento*. Rio de Janeiro: Revan, 2015.
- AGEPEN/MS. Módulo Mulher. *Sistema Penitenciário do Estado de Mato Grosso do Sul*. SEJUSP, 2016. Disponível em: <http://www.agepen.ms.gov.br/wp-content/uploads/sites/58/2016/08/MODULO-MULHER-AGEPEN.pdf>
- ANUARIO-PY. *Anuário Estadístico del Paraguay 2015*. Fernando de la Mora, Paraguay: DGEEC, 2017.
- ARAÚJO, Silvia Maria de; BRIDI, Maria Aparecida; MOTIN, Benilde Lenzi: *Sociologia: um olhar crítico*. 1ª. ed. 4 reimp. São Paulo: Contexto, 2015.
- BARATTA, Alessandro. O paradigma do gênero: da questão criminal à questão humana. In: CAMPOS, Carmem Hein de. *Criminologia e Feminismo*. Porto Alegre: Editorial Sulinas, 1999.
- BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: fatos e mitos*. 3ª. ed. vol 1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.
- \_\_\_\_\_. *O segundo sexo: a experiência vivida*. 3ª ed. vol 2. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.
- BECCARIA, Cesare. *Dos delitos e das penas*. 2ª. ed. São Paulo: Edipro, 2015.
- BEDIN, Gilmar Antonio, CITTADINO, Gisele Guimarães, ARAÚJO, Florivaldo Dutra de. *Poder, cidadania e desenvolvimento no estado democrático de direito*. Florianópolis: CONPEDI, 2015.
- BERGER, Peter L. e LUCKMANN, Thomas. *A construção Social da Realidade: Tratado de sociologia do conhecimento*. 36. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- BIRMAN, Joel. *Cadernos sobre o mal: agressividade, violência e crueldade*. Rio de Janeiro: Record, 2009.
- BIROLI, Flavia. *Autonomia e desigualdades de gênero: contribuições do feminismo para a crítica democrática*. Vinhedo: Editora Horizonte, 2013.
- BORGES, Juliana. *O que é: encarceramento em massa?* Belo Horizonte-MG: Letramento: Justificando, 2018.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRACINSKI, Mariana. Protagonismo e vitimização na trajetória de mulheres envolvidas na rede do tráfico de drogas no Rio de Janeiro. In: *Ciência & Saúde Coletiva*. 14 (2): 577-586, 2009.

BRASIL. Lei de Execução Penal. *Lei de Execução Penal: Lei n. 7.210, de 11 de julho de 1984*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2008.

\_\_\_\_\_. Ministério da Justiça. *Levantamento nacional de informações penitenciárias. Departamento Penitenciário Nacional*. Junho, 2014. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/noticias/mj-divulgara-novo-relatorio-do-infopen-nesta-terca-feira/relatorio-depen-versao-web.pdf>

BRASÍLIA. Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. *Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres*, 2011.

BUTLER, Judith. *Relatar a si mesmo: crítica da violência ética*. Tradução Rogério Bettoni. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

\_\_\_\_\_. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da realidade*. 6ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

\_\_\_\_\_. *Marcos de Guerra: las vidas lloradas*. Traducción: Bernardo Moreno Carrillo. México: Paidós, 2010.

CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda. *Casamento e Família em São Paulo colonial: caminhos e descaminhos*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

CAMPOS, Carmen Hein de. *Criminologia Feminista: Teoria e crítica às criminologias*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

CAMPOS, Marcelo da Silveira. Entre doentes e bandidos: a tramitação da lei de drogas (nº 11.343/2006) no Congresso Nacional. In: *Revista de Estudos Empíricos em Direito*. Vol. 2, n 2, p. 156 – 173, Jul. 2015.

CARLOS, Juliana de Oliveira. Política de drogas e encarceramento em São Paulo, Brasil. *International Drug Policy Consortium*. Fifth Floor, 124-128 City Road London, 2015. Disponível em: [http://fileserver.idpc.net/library/IDPC-briefing-paper\\_Drug-policy-in-Brazil-2015\\_PORTUGUESE.pdf](http://fileserver.idpc.net/library/IDPC-briefing-paper_Drug-policy-in-Brazil-2015_PORTUGUESE.pdf)

CARNEIRO, Henrique. Autonomia ou heteronomia nos estados alterados de consciência. In: LABATE, Beatriz Caiuby, et al. *Drogas e Cultura: novas perspectivas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

CAVALCANTE, Ricardo B.; CALIXTO, Pedro; PINHEIRO, Marta M. K., Análise de conteúdo: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método. In: *Inf. & Soc.: Est.*, João Pessoa, v.24, n.1, p. 13-18, jan./abr. 2014.

CEPAL. COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. *Panorama Social de América Latina*. Santiago de Chile, 2014. Disponível em: <[http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/37626/S1420729\\_es.pdf](http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/37626/S1420729_es.pdf)>.

CHANTER, Tina. *Gênero: conceitos-chave em filosofia*. Porto Alegre: Artmed, 2011.

DALLABRIDA Valdir Roque; BECKER, Dinizar F. Dinâmica territorial do desenvolvimento. In: BECKER, Dinizar F.; WITTMANN, Milto Luiz (orgs.). *Desenvolvimento Regional: abordagens interdisciplinares*. 2ª. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008.

DAVIS, Angela. *Estarão as prisões obsoletas?*. Tradução de Marina Vargas. Rio de Janeiro: Difel, 2018.

\_\_\_\_\_. *Mulheres, raça e classe* [recurso eletrônico]. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELBONI, Cláudia. *Histórias de mulheres dos assentamentos Ernesto Che Guevara e João Batista na luta pela terra em Sidrolândia/MS: vivências, consentimentos, rupturas e continuidades*. Tese (Doutorado) Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), 2017.

FAVRET-SAADA, Jeanne. Ser afetado. In: *Cadernos de Campo*. n° 13. 2005.

FONSECA, Claudia. Quando cada caso não é um caso. In: *Revista Brasileira de Educação*. N° 10. Jan/Fev/Mar/Abr, 1999.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 5ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

\_\_\_\_\_. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. 24ª Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014 a.

\_\_\_\_\_. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 42ª. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014 b.

\_\_\_\_\_. *Nacimiento de la biopolítica: curso en el Collège de France: 1978-1979*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2008.

FRAGA, Paulo Cesar Pontes. *Mulheres e Criminalidade*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. 20ª. ed. 2ª. reimp. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

\_\_\_\_\_. *Estigma: la identidad deteriorada*. 2ª. ed. 3ª. reimp. Buenos Aires: Amorrortu, 2015a.

\_\_\_\_\_. *Manicômios, prisões e conventos*. 9ª. ed. São Paulo: Perspectiva, 2015b.

GRANDO, José Carlos (org.). *A (des)construção do corpo*. Blumenau: Edifurb, 2001

GUBER, Rosana. *La etnografía: Método, campo y reflexividad*. 1ª. ed. 3ª. reimp. Buenos Aires: SigloVeintiuno Editores, 2016.

GUZMÁN, José Carlos Cisneros e GÓMEZ, Arturo Santamaría. As mulheres no narcotráfico mexicano. Uma etnografia. In: FRAGA, Paulo Cesar Pontes (org.). *Mulheres e criminalidade*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Cidades*. Disponível em: [www.cidades.ibge.gov.br](http://www.cidades.ibge.gov.br) Acesso em: Julho, 2017.

IRELAND, Timothy e LUCENA, Helen Halinne Rodrigues. *O Presídio Feminino como Espaço de Aprendizagens*. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 38, n. 1, p. 113-136, jan./mar. 2013.

KARAM, Maria Lucia. A Lei 11.343/06 e os repetidos danos do proibicionismo. In: LABATE, Beatriz Caiuby et al. *Drogas e Cultura: novas perspectivas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

LABROUSSE, Alain. *Geopolítica das Drogas*. São Paulo: Desatino, 2010.

MARQUES, Ana Claudia D. R.; VILLELA, Jorge Luiz Mattar. O que se diz, o que se escreve. In: *Revista de Antropologia*. Vol. 48, nº 1, p. 37-74.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Contexto, 2009.

MATTOS, CLG. A abordagem etnográfica na investigação científica. In: MATTOS, CLG.; CASTRO, PA., orgs. *Etnografia e educação: conceitos e usos*. Campina Grande: EDUEPB, 2011. pp. 49-83. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 21ª. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de (coord.) *Perspectivas para o meio ambiente urbano: GEO Ponta Porã*. Mato Grosso do Sul, Campo Grande: PNUMA, ONU-Habitat, IBAM, ISER, Ministério do Meio Ambiente e Ministério das Cidades, 2010.

OLMO, Rosa del. *A face oculta da droga*. Tradução de Teresa Ottoni. Rio de Janeiro: Revan, 1990.

PERLS, Frederick S. *Ego, fome e agressão: uma revisão da teoria e do método de Freud*. Tradução de Georges d. J. Bloc Boris. 3ª ed. São Paulo: Summus, 2002.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

PISCITELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. In: ALMEIDA, Heloisa Buarque de; SZWAKO, José Eduardo (orgs). *Diferenças/igualdade*. São Paulo: Berlindis&Vertecchia, 2009.

PNUD; IPEA; FJP. *Prêmio Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil: coletânea de artigos*. Brasília, 2015.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Editora Ática, 1993.

RAGO, Margareth. *Gênero e história*. Espanha: CNT-Compostela, 2012.

\_\_\_\_\_. A “mulher cordial”: feminismo e subjetividade. In: *Verve*, 6: 279-296, 2004.

RODRIGUES, Ellen Cristina Carmo. Consumo, estilo de vida e criminalização: Breves apontamentos sobre meios legítimos e ilegítimos para o consumo e seus desdobramentos na atualidade. In: PREUSSLER, Gustavo de Souza e RABEL, Lucimara (orgs). *Temas sediciosos e criminológicos*. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2016.

RODRIGUES, Thiago. Tráfico, Guerra, Proibição. In: LABATE, Beatriz Caiuby et al. *Drogas e Cultura: novas perspectivas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

ROSENTHAL, Gabriele. *História de vida vivenciada e história de vida narrada: Gestalt e estrutura de autoapresentações biográficas*. Traduzido do alemão por Tomas da Costa. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017.

RUBIN, Gayle. *Políticas do sexo*. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

SÁ, Alvino Augusto de. *Criminologia clínica e psicologia criminal*. 5ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado: Fundamentos teóricos e metodológico da geografia*. Hucitec: São Paulo, 1988.

SCOTT, Joan Wallach. *Las mujeres y los derechos del hombre: Feminismo y sufragio en Francia, 1789-1944*. Buenos Aires: SigloVeintiuno Editores, 2012.

\_\_\_\_\_. *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica*. Recife: SOS Corpo, 1989.

SIEDENBERG, DieterRugard. A Gestão do Desenvolvimento: ações e estratégias entre a realidade e a utopia. In: BECKER, Dinizar F.; WITTMANN, Milto Luiz (orgs.). *Desenvolvimento Regional: abordagens interdisciplinares*. 2ª. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008.

SOMEKH, Bridget; LEWIN, Cathy. *Teoria e métodos de pesquisa social*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

SOUZA, Mériti de; MARTINS, Francisco M. M. e ARAÚJO, José Newton Garcia (orgs). *Dimensões da violência: conhecimento, subjetividade e sofrimento*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

STREY, Marlene Neves et al. *Gênero e ciclos vitais: desafios, problematizações e perspectivas*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012.

WACQUANT, Loic. *Castigar a los pobres: el gobierno neoliberal de la inseguridad social*. Traducción Margarita Polo. Barcelona: Gedisa, 2009.

WAGNER, Roy. *A invenção da Cultura*. Cosac Naify, 2010.

# ANEXO 1

## Encontros e desencontros institucionais na trajetória de mulheres em privação de liberdade

Entrevista Semi-estruturada sobre as Instituições Formais.

Data: \_\_\_\_\_ Tempo Inicial: \_\_\_\_\_ Tempo Final: \_\_\_\_\_

Iniciais: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_

### EIXO 1: Família

1) Me conte, do que você se lembra, como foi sua vida em família até aqui.

- i) Com quem morou?
- ii) Como eram os relacionamentos?
- iii) Dificuldades
- iv) Apoios

2) Genograma Atual (Desenho da estrutura familiar: Nuclear, semi-nuclear ou extensa)

### EIXO 2: Escola

1) Me conte, como foi sua vida escolar?

- i) Com quantos anos você foi para a escola?
- ii) Reprovou alguma vez?
- iii) Como se sentia na escola?
- iv) Nível de estudo (Ano, Série, etc.)
- v) Se parou de estudar, o que aconteceu
- vi) Dificuldades
- vii) Apoios

### EIXO 3: Igreja

1) Como foi sua relação com a religião?

- i) Atividades religiosas?
- ii) Frequência
- iii) Como se sentia nessas atividades?
- iv) Dificuldades
- v) Apoios

### EIXO 4: Trabalho

1) Me conte sobre sua relação com o trabalho.

- i) Primeiro emprego
- ii) Atividades de trabalho



- iii) Renda
- iv) Relacionamentos com colegas e superiores
- v) Dificuldades
- vi) Apoios

**EIXO 5: Saúde**

- 1)** Das instituições de saúde, que lembranças te trazem?
  - i) Momentos em que você as procurou?
  - ii) Como se sentiu?
  - i) Dificuldades
  - ii) Apoios

## ANEXO 2

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

*Autorizado CIN° 637/2016 – EPFPP/AGEPEN/MS*

Sr(a) foi selecionado(a) e está sendo convidado(a) para participar da pesquisa intitulada: **ENCONTROS E DESENCONTROS INSTITUCIONAIS NA TRAJETÓRIA DE MULHERES EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE DO PRESIDIO FEMININO DE PONTA PORÃ-MS**, que tem como objetivo: identificar de que maneira as instituições formais – família, instituições religiosas, econômicas, educacionais e de saúde - se fizeram presentes ou ausentes ao logo da trajetória de vida destas mulheres, até elas chegarem à condição atual de detenção. A pesquisa possui caráter científico, social e humanitário, cuja análise buscará trazer uma maior compreensão sobre o impacto que as instituições citadas mais à cima tiveram nas vidas das mulheres. Este é um estudo baseado em uma abordagem qualitativa, utilizando como método entrevista semi-estruturada.

Suas respostas serão tratadas de forma anônima e confidencial, isto é, em nenhum momento será divulgado o seu nome em qualquer fase do estudo. Quando for necessário exemplificar determinada situação, sua privacidade será assegurada uma vez que seu nome será substituído de forma aleatória. Os dados coletados serão utilizados apenas NESTA pesquisa e os resultados divulgados em eventos e/ou revistas científicas. Sua participação é voluntária, isto é, a qualquer momento você pode recusar-se a responder qualquer pergunta ou desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição que está inserida. Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder as perguntas a serem realizadas sob a forma de entrevista que será gravada em áudio para posterior transcrição. Sr(a) não terá nenhum custo ou quaisquer compensações financeiras relacionadas à pesquisa. Não haverá riscos de qualquer natureza relacionada à sua participação. O benefício relacionado à sua participação será de auxiliar na construção do conhecimento científico, visando o desenvolvimento regional.

Sr(a) receberá uma cópia deste termo. Desde já agradeço!

---

*WeronicaDereneAdamowski*

*Pesquisadora*

Mestranda em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos – UEMS

**Declaro estar ciente do inteiro teor deste TERMO DE CONSENTIMENTO e estou de acordo em participar do estudo proposto, sabendo que dele poderei desistir a qualquer momento, sem sofrer qualquer punição ou constrangimento.**

**Sujeito da Pesquisa:** \_\_\_\_\_

**Assinatura:** \_\_\_\_\_

**RG:** \_\_\_\_\_

**Ponta Porã-MS, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.**